



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LETÍCIA JÔKÁHKWYJ KRAHÔ

As mulheres na construção dos saberes mehê:
corpo, saúde e resistência

Goiânia
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

LETÍCIA JÔKÁHKWYJ KRAHÔ

3. Título do trabalho

As mulheres na construção dos saberes mehî: corpo, saúde e resistência

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mainardi, Professor do Magistério Superior**, em 08/11/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Jôkàhkwyj Krahô, Discente**, em 05/05/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5002805** e o código CRC **3E420426**.

Referência: Processo nº 23070.060949/2024-16

SEI nº 5002805

LETÍCIA JÔKÁHKWYJ KRAHÔ

**As mulheres na construção dos saberes mehî:
corpo, saúde e resistência**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Área de concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Etnopolítica, Resistências e Transformações Epistemológicas

Orientadora: Profa. Dra. Camila Mainardi

Goiânia
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Krahô, Letícia Jôkâhkwyj
As mulheres na construção dos saberes mehî [manuscrito]: corpo, saúde e resistência / Letícia Jôkâhkwyj Krahô. - 2026.
156 f.: 2026

Orientadora: Prof(a). Dra. Camila Mainardi
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2026.

1. Saúde. 2. Cuidado. 3. Corpo Feminino. 4. Saberes Tradicionais. 5. Mehî.

I. Mainardi, Camila, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 009/24-D da sessão de Defesa de Tese de LETÍCIA JÔKÁHKWYJ KRAHÔ, que lhe confere o título de Doutora em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos dezenove dias do mês de dezembro de 2024, às 14:00 horas, na sala de defesas AS 01, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **LETÍCIA JÔKÁHKWYJ KRAHÔ**, intitulada *As mulheres na construção dos saberes mehi: corpo, saúde e resistência*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: **Profa. Dra. Camila Mainardi (PPGAS-UFG - presidente); Profa. Dra. Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia (NTFSI-UFG); Profa. Dra. Rosani Moreira Leitão (PPGDH-UFG); Profa. Dra. Monica Soares Pechincha (FCS-UFG) e Profa. Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS-UFG)**. A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à doutoranda o seguinte resultado: **aprovada pelos seus membros**. Reabertos os trabalhos, o presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ele e os/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mainardi, Professor do Magistério Superior**, em 21/12/2024, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo de Moraes Wichers, Usuário Externo**, em 21/12/2024, às 20:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Thereza Soares Pechincha, Professora do Magistério Superior**, em 22/12/2024, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosani Moreira Leitao, Professora do Magistério Superior**, em 06/01/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia, Usuário Externo**, em 16/06/2025, às 21:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5002804** e o código CRC **D1232C18**.

Referência: Processo nº 23070.060949/2024-16

SEI nº 5002804

Imagem 1- Quatro gerações de mulheres da minha família *mehi*



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a *Pahpãm*, que me deu saúde e forças para concluir esta tese. Agradeço à minha irmã Liliane Ahkrakwyj e a Leila Joxá Krahô, bem como aos meus sobrinhos Koiamprô, Hohjat e Pjêká Krahô, por me derem apoio e coragem para escrever, pensar e resistir.

Agradeço ao meu esposo, Lucas Konxa Krahô, que *Pahpãm* colocou em meu caminho no meio desta jornada, para me apoiar nos momentos bons e ruins.

Sou grata ao professor Alexandre Herbetta por me acolher e me orientar na minha chegada à Universidade Federal de Goiás. Minha gratidão também vai para minhas amigas que me acolheram em Goiânia e me fortaleceram, ao coletivo de indígenas e quilombolas, pela recepção generosa.

Agradeço à minha amiga Verônica Aldé, pela força, apoio e orientação; à CAPES, pelo apoio financeiro; e à minha professora, orientadora e amiga Camila Mainardi, por me acompanhar com paciência durante toda a pesquisa e a escrita.

À minha mãe, minha profunda gratidão, por estar sempre ao meu lado e me orientar a não desistir.

Agradeço a todos que, de alguma forma, torceram por mim nesta conquista. Agradeço também pelas críticas, que, mesmo quando indiretas, me fortaleceram ao longo do caminho. Gratidão.

RESUMO

Esta tese nasce do desejo de registrar, na academia do cupê, parte dos saberes vividos e aprendidos entre as mulheres do povo Krahô, do qual faço parte. Trata-se de uma escrita que carrega o corpo, a memória e a resistência de uma mulher Krahô, cuja trajetória é atravessada por experiências coletivas, espirituais, afetivas e políticas. Ao longo deste trabalho, compartilho relatos sobre o lugar onde *Pahpãm* permitiu que eu nascesse, crescesse com minha família e vivesse até hoje — um território repleto de desafios, mas também de ensinamentos. A pesquisa se constrói a partir do meu caminhar, da minha história, das lembranças de minha infância, dos ensinamentos recebidos de meus pais e, sobretudo, das falas das *cahhãj*, mulheres *mehi* que me inspiram e me guiam com seus conhecimentos. São elas que, com sabedoria e cuidado, transmitem os resguardos, as práticas de cura, os modos de alimentar e proteger o corpo.

Também trago neste estudo reflexões sobre nossa ancestralidade, a origem das aldeias segundo a tradição Krahô, o Sol *Pyt*, a Lua *Pytwyr rè* e a *Caxekwyj*, que ensinou o preparo do *paparuto* com o milho — alimento sagrado e símbolo de resistência. O corpo das mulheres, os rituais de cuidado e os saberes que sustentam a vida nas aldeias são elementos centrais para compreender o modo como produzimos e preservamos conhecimentos. Durante a pandemia da COVID-19, vivemos momentos de grande apreensão com a possibilidade de perder nossos parentes. Nesse contexto, resgatamos saberes ancestrais, preparamos remédios naturais, e permanecemos em nossas comunidades, evitando a ida à cidade. Minha mãe conseguiu realizar, mesmo em tempos difíceis, os resguardos de minha irmã, minha prima e meu primo — um gesto de força e continuidade. Fomos vacinados, mas seguimos respeitando as orientações dos pajés, que nos guiavam quanto ao preparo dos remédios e à importância das comidas leves. Este trabalho é, portanto, uma forma de resistência e valorização dos saberes *Mehi*, especialmente aqueles vivenciados e transmitidos pelas mulheres. É também um modo de afirmar que os conhecimentos indígenas têm lugar legítimo na produção acadêmica e científica.

Palavras-chave: saúde; cuidado; corpo feminino; saberes tradicionais; *Mehi*.

TO CUPRÔ

Ihkáhhôk ita mâ itê tô ihcakên quê amê hõmpun caxuw, wa itê tô ihcakên mãm mê pa jûjârenxá kôt, mê ikwy jarenxá, jori wa mê icuneã amê ipa, nê jôri pê ajcô pahpãm apu ipa hô hôpin mê, rirôpê mã, ipaxá, pê ikriré nã, krî jûhkãm pê wa apu ipa, mê ikwy mê, pê wa ampô kwy jakrepej, mê rompun kôt, mê ihkárê jõmpun kôt, wa ajpên ampô jakrepej tô mô. Ihkôt wa ite ihcakên, pe mãm mê kri ita mã pê kãm ajco pahpãm mê hô rôpin apu ipa nê apu ape. Pê raneam Caxekwyj cojkwa pin wryr nê mêhi mã mê ropan xá kwâ tô rakrepej ita te rajar wa kãm raré. Wa

Ihkáhhôc-te cuprôn; hupá, hî, pyjê; hapac crê; *Mehî*.

ABSTRACT

This thesis emerges from the desire to document, within the non-Indigenous academic sphere (cupê), part of the knowledge lived and learned among the women of the Krahô people, to which I belong. It is a form of writing that carries the body, memory, and resistance of a Krahô woman, whose trajectory is shaped by collective, spiritual, affective, and political experiences. Throughout this work, I share accounts of the place where Pahpãm allowed me to be born, to grow up with my family, and to live to this day—a territory full of challenges, but also of teachings. The research is built upon my journey, my history, the memories of my childhood, the teachings received from my parents, and, above all, the voices of the cahhãj, mehî women who inspire and guide me with their knowledge. It is they who, with wisdom and care, transmit practices of protection, healing, nourishment, and ways of caring for and safeguarding the body.

This study also includes reflections on our ancestry, the origin of the villages according to the Krahô tradition, the Sun Pyt, the Moon Pytwyr rè, and Caxekwyj, who taught the preparation of paparuto with corn—a sacred food and symbol of resistance. The bodies of women, the rituals of care, and the knowledge that sustains life in the villages are central elements for understanding how we produce and preserve knowledge. During the COVID-19 pandemic, we experienced moments of great apprehension about the possibility of losing our relatives. In this context, we revived ancestral knowledge, prepared natural medicines, and remained in our communities, avoiding going to the city. My mother managed, even in difficult times, to carry out the protective practices for my sister, my cousins - a gesture of strength and continuity. We were vaccinated, but we continued to respect the guidance of the pajés, who advised us on the preparation of medicines and the importance of light meals. This work is, therefore, a form of resistance and of valuing Mehî knowledge, especially that which is experienced and transmitted by women. It is also a way of affirming that indigenous knowledge holds a legitimate place in academic and scientific production.

Keywords: health; care; female body; traditional knowledge; *Mehî*.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Quatro gerações de mulheres da minha família <i>mehî</i>	8
Imagem 2 - Terra Indígena Kraolândia	20
Imagem 3 - Aldeias na Terra Indígena Krahôlândia	27
Imagem 4 - Aldeia Cachoeira, o momento de organizar a finalização da <i>wyty</i>	28
Imagem 5 - Aldeia Sol	29
Imagem 6 - Letícia J. Krahô	34
Imagem 7 - Crôw do pár	35
Imagem 8 - Inxê Prumkwyj Krahô, grávida de mim	38
Imagem 9 - Inxû Koiamprô Krahô	41
Imagem 10 - Amanhecer na aldeia Sol	45
Imagem 11 - Mulher cabaça desenhada por Liliane Krahô	47
Imagem 12 - Pur (roça)	55
Imagem 13 - Defesa da minha monografia, Aldeia Nova	65
Imagem 14 - Defesa da monografia (Aldeia Nova)	66
Imagem 15 - Naímar Tuhhôt Krahô, Aldeia Sol	78
Imagem 16 - Encontro na Aldeia Sol	86
Imagem 17 - A beira do riozinho, Aldeia Sol	94
Imagem 18 - Minha tia-avó Maria José Kayari Krahô fazendo a tinta de jenipapo	96
Imagem 19 - Os homens trazendo as folhas de bananeira do mato para fazer o <i>kwyrupu</i>	97
Imagem 20 - As <i>cahhâj</i> fazendo <i>kwyrupu</i> , a Wopar e Amcrakwyj	99
Imagem 21 - Finalização do ritual de resguardo na parte da manhã	100
Imagem 22 - Ritual de resguardo <i>kwytî</i> . <i>Kwyrupu</i> já assado	101
Imagem 23 - Minha irmã, meu sobrinho e minha prima com o ritual finalizado	102
Imagem 24 - Aldeia Sol, fevereiro de 2023	104
Imagem 25 - Construção da minha casa na Aldeia Sol	106
Imagem 26 - <i>Ijúmkwa</i> (minha casa)	106
Imagem 27 - Apresentação do projeto na Aldeia Cachoeira	119
Imagem 28 - As mulheres na roça da dona Vilma se pintando com pau-de-leite	122
Imagem 29 - Atividade na Aldeia Cachoeira	124
Imagem 30 - As <i>cahhâj</i> na Aldeia Cachoeira	125

Imagem 31 - Visita a roça na Aldeia Capitão do Campo	127
Imagem 32 - Desenho do entorno da Aldeia Sol.....	129
Imagem 33- Finalização das atividades na Aldeia Sol.....	130
Imagem 34 - Entrevistando Terehkwyj, esposa do cacique, Aldeia Cachoeira	131
Imagem 35 - Cantoria no pátio na Aldeia Cachoeira	136
Imagem 36 - Apresentação da atividade na Aldeia Capitão do Campo	141
Imagem 37 - Entrevista com a Luana Capekwyj Krahô na Aldeia Sol.....	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Contextualização desta pesquisa e do povo Mehî	25
AJPEN IMÔR XÀ KÔT (MINHA TRAJETÓRIA)	34
Inxê (mãe).....	37
Inxû (pai)	40
Ampô kôt Rakôp xà (Aprimorando meus conhecimentos)	44
Pê ihkrâri krî (primeira aldeia)	45
A história da Caxêkwyj e pôhhy.....	47
O amjikin do jât (batata).....	50
Atô impejxâ (saúde).....	52
Conhecimentos de mehî, pajê.....	55
Ihkrâri ijôpenxá (primeiro trabalho de cupê).....	59
A caminhada fora da aldeia	60
Os desafios com o modo de vida cupê	68
SOBRE OS RESGUARDOS: OS RELATOS DAS CAHHÂJ.....	71
Wryhkwyj (bisavó).....	73
Tuhhóc Krahô (avó).....	76
Pekê Krahô (tia-avó).....	82
Prumkwyj, inxê (mãe)	84
A vida na aldeia é coletiva.....	86
PESQUISA EM MEIO A PANDEMIA DE COVID-19	89
A prevenção da pandemia/ aldeia.....	91
Kwyrî (paparuto grande) na Aldeia Sol.....	94

CAMINHADA PÓS-PANDEMIA	104
AS FORMAS DE CONHECIMENTOS MEHÍ: OS RESGUARDOS	118
Aldeia Cachoeira	118
Aldeia Capitão do Campo	125
Aldeia Sol, uma aldeia menor	128
Atividade nas aldeias Krahô, janeiro de 2024	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

INTRODUÇÃO

Wa ihkáhhôc ita kãm tô tê, itê cupê te amji kãm rapacxá nê ihcakôc xá, itê ihkin kôt nê cuxá ihcakên xá caxuw, ita kôt wara mã kãm tô imor. Wahhá ityj ampô wa jarê itê rômpun xá ri nê ihkôt rakôp x'ri.

Começo este trabalho com muito orgulho e *jakryxá* (felicidade) por estar relatando a minha trajetória. A trajetória de uma mulher Krahô que enfrentou os desafios de sair da aldeia, enfrentando também críticas da comunidade, já que, tradicionalmente, nós meninas somos criadas para casar e constituir família. No entanto, eu não segui essa regra. Escolhi trilhar o caminho da academia em busca de conhecimentos não indígenas – os conhecimentos do mundo cupê (dos brancos).

Morei na aldeia desde a infância até a adolescência, e guardo muitas memórias desse período. Uma lembrança marcante foi a mudança da aldeia Galheiros, feita em cima de um caminhão, com bagagens, rumo à beira do rio Vermelho, onde um *cupê* nos recebeu. Foi a primeira vez que vi um rio grande. No dia seguinte, subimos de barco para explorar o local onde poderia ser fundada a nova aldeia — tudo era muito novo para uma criança. Foi assim que começou nossa jornada na Aldeia Nova, ainda no mesmo território.

Com meu *inxû* (pai), aprendi muito. Às vezes eu o acompanhava em caçadas, e passávamos até três dias no mato caçando e pescando — momentos que guardo com carinho. Por isso, escrevo também sobre ele neste trabalho.

Depois de alguns anos vivendo na aldeia, mudei-me para a cidade, onde vivi novas experiências — a vida acadêmica, a convivência com minha mãe e minhas irmãs, os momentos difíceis, os problemas de saúde, e os desafios enfrentados na pós-graduação. Sigo firme, ainda na luta.

Neste trabalho, busco contar as histórias das mulheres Krahô e os relatos que elas mesmas compartilham. Minha *inxê* (mãe), liderança entre os Krahô, desenvolveu um trabalho sobre os resguardos, prática que seguimos com seriedade em nossas vidas. O tema, para nós, é ancestral, vem desde as origens. Faço referência ao trabalho dela neste texto. Conforme palavras da minha *inxê*:

Ao pesquisar, vi que a maioria das coisas não é do jeito que estão registradas, porque são as mulheres que fazem e o contam. Mal acredito que tinha tanta coisa guardada com as mulheres mais

velhas! Nunca saiu nada das histórias das mulheres Krahô, de como faziam as coisas, nenhum livro conta a mulher Krahô. Nenhum. O antropólogo pode ser mulher, pode ser homem, o que for, vai pesquisar os Krahô e só procura os homens (PRUMKWYJ KRAHÔ, 2017, s/p).

A expectativa é que este trabalho continue como uma forma de resistência cultural. Os relatos apresentados ao longo do texto são das *cahhâj* (mulheres) da minha família, especialmente sobre os resguardos que vivenciaram. Relato aquilo que o pai, a tia, o avô, a mãe e outras pessoas responsáveis pela alimentação das meninas durante o resguardo não permitiam que elas comessem — alimentos que, segundo nossa tradição, podem adoecer os *craré* (crianças). Essas narrativas fazem parte da nossa origem: revelam de onde viemos, como estruturamos nossa linguagem, nossos costumes e nossos princípios. São relatos únicos, que não podem ser perdidos. Os resguardos, para nós, são práticas que acompanham toda a vida.

Também descrevo, neste trabalho, os momentos vividos durante a pandemia de COVID-19, um período difícil para todos nós. Compartilho como lidamos com o vírus SARS-CoV-2 e com uma doença que afetou o mundo inteiro. Perdemos alguns parentes durante esse período. Muitos na minha comunidade, inicialmente, não tinham ideia da gravidade do vírus. Eu mesma busquei entender melhor, dia após dia. Minha mãe e alguns *mehi* tiveram sintomas leves e ninguém chegou a saber, até que a equipe médica foi à aldeia realizar os testes e confirmou os casos, quando todos já estavam recuperados.

Entre os acontecimentos marcantes desse período, destaco o ritual do *Kwyrty*, que simboliza a finalização dos resguardos da minha irmã e da minha prima. Essa celebração foi realizada na Aldeia Sol, onde residimos. Aos leitores deste trabalho, afirmo que encontrarão palavras que narram os ensinamentos que recebi ao longo da vida na aldeia, bem como imagens que revelam a importância das nossas práticas culturais. Espero que possamos continuar realizando esses rituais e preservando nossas histórias nas aldeias.

O presente trabalho, portanto, discorre sobre a pandemia e o pós-pandemia, já que não seria possível deixar de registrar um acontecimento que modificou a vida da nossa comunidade.

A pesquisa segue a perspectiva de descrever e valorizar os conhecimentos do povo Krahô, especialmente das mulheres da minha família, com o objetivo de garantir

que as futuras gerações *mehi* tenham a oportunidade de ler essas narrativas, agora registradas por escrito.

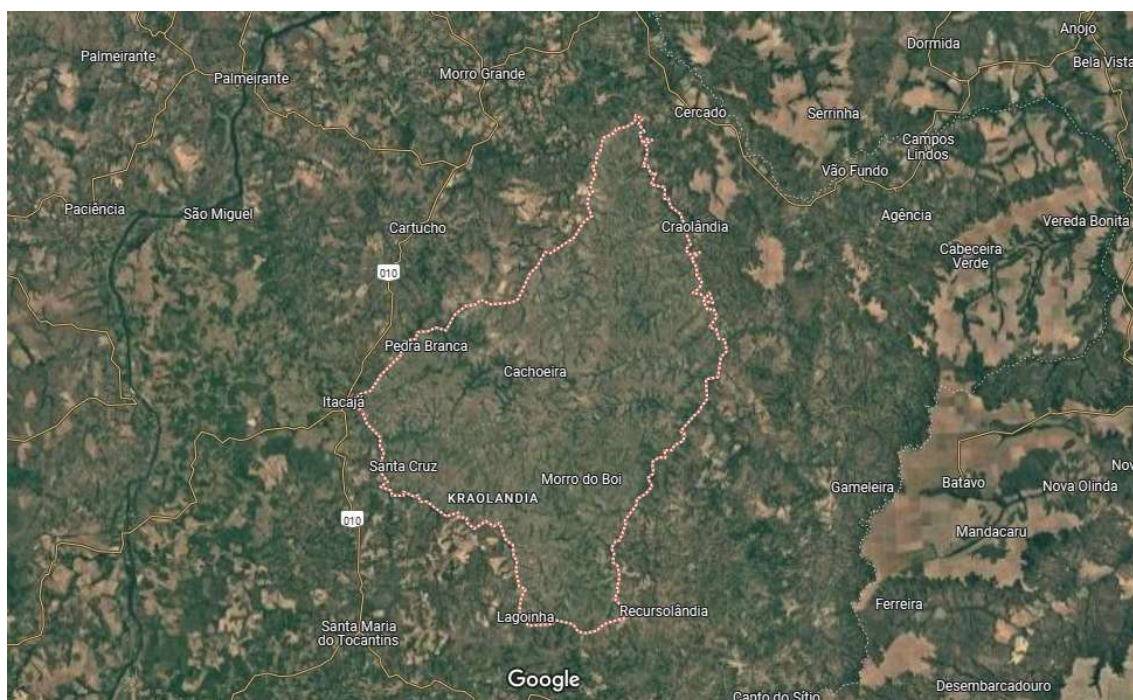
Cabe destacar que os relatos têm passado por transformações linguísticas. Por exemplo, algumas palavras da nossa língua original não possuem correspondência direta em português. A palavra “não”, por exemplo, não é dita da forma que os *cupê* dizem. Em vez disso, usamos “quê naré”, ou sua forma reduzida, “naré”. E assim ocorre com outras palavras que utilizamos de forma abreviada, adaptando-as conforme o contexto.

Fomos nomeados pelos brancos como “Krahô”, muitas vezes reconhecidos como um povo alegre e festivo. Um exemplo é o ritual do *Hotxuá*, amplamente praticado durante a festa da batata. Contudo, nós nos reconhecemos e autodenominamos como *mehi*.

Estamos localizados na Terra Indígena Kraolândia, situada entre os municípios de Goiatins e Itacajá, no estado do Tocantins. O povo Krahô teve seus primeiros registros escritos entre os séculos XVIII e XIX, sendo referidos como “Mecamecrãs”. Os primeiros contatos com a população não indígena ocorreram no final do século XVIII (CUNHA, 1992; PISSOLATO, 2007).

A seguir, apresenta-se o Mapa 1, que localiza geograficamente a Terra Indígena Kraolândia, território onde vivem os *mehi* e onde se desenvolvem as práticas culturais, sociais e espirituais descritas ao longo deste trabalho. Trata-se do espaço que abriga memórias, histórias de resistência e saberes ancestrais compartilhados entre gerações.

Imagem 2 - Terra Indígena Kraolândia



Fonte: Google Maps, 2024.

O fato é que, desde o processo de “pacificação”, o povo Krahô tem mantido elementos fundamentais da organização social de seus antepassados, especialmente no que se refere à disposição física das aldeias, à organização política, à estrutura familiar e à relação com a natureza. Contudo, com o passar do tempo, esses elementos passaram a coexistir com práticas do mundo não indígena, como, por exemplo, a complementação da alimentação com produtos adquiridos na cidade.

Nós, indígenas, temos nossas próprias formas de transmitir conhecimento, o que contrasta com o modo *cupê* (não indígena), que prioriza a linguagem escrita. Mesmo quando estamos na aldeia, há distinções evidentes quanto à forma de realizar uma pesquisa. Nesse sentido, é pertinente destacar a análise de Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 11), intelectual maori, que discute os significados da pesquisa para os povos indígenas. A autora trabalha com o conceito de pesquisa tal como definido nas instituições ocidentais; em contrapartida, ela foca nos desafios enfrentados pelos povos indígenas em contextos acadêmicos.

Nós *mehi* levamos mais tempo para compreender certas palavras, símbolos e siglas presentes nas formas de comunicação dos não indígenas. Em nossas comunidades, aprendemos a reconhecer objetos que também são símbolos — como nossas pinturas

corporais, os cortes de cabelo, o *maracá* — e que carregam significados profundos, essenciais para o nosso modo de vida.

Neste trabalho, proponho investigar: quais são os conhecimentos, saberes, práticas e rituais realizados atualmente pelas mulheres *mehi*? Os rituais de resguardo, por exemplo, são práticas de cuidado iniciadas com a primeira menstruação das meninas, sempre acompanhadas por suas mães. Desde cedo, aprendemos as recomendações de cuidado com o corpo para, no futuro, mantermos nossa saúde. As mulheres mais velhas, com mais experiência, orientam as mais novas sobre os cuidados que não devem ser esquecidos, reforçando que a boa memória vem da boa alimentação.

A expressão *Pjê Ita jê kâm mã itê ampô kwy jakrepej* significa que foram as mulheres que me tornaram quem sou. Por isso, busco compreender a importância dos diálogos entre mulheres de diferentes gerações — da minha bisavó até as mais jovens — nas fases do resguardo e nos *amjikîn* (festividades) das aldeias, que estão profundamente conectados com as histórias da minha família.

Existem diversos trabalhos antropológicos realizados em nossas aldeias que descrevem os costumes do povo Krahô. No entanto, é importante reconhecer que esses costumes vêm passando por transformações. Os estudos de Júlio Cezar Melatti, realizados entre as décadas de 1960 e 1970 (com publicações em 1967, 1972 e 1978), contribuem para o entendimento dos modos de vida dos *mehi*, mostrando como esses modos foram sendo modificados ao longo do tempo — aspectos que precisamos refletir junto aos jovens das aldeias.

Naquele período, poucos *mehi* sabiam se expressar em português, e por isso o pesquisador obteve principalmente informações sobre o universo masculino. As mulheres foram deixadas de lado. Elas não falavam a língua portuguesa, tampouco compreendiam os gestos e palavras dos não indígenas. Ainda hoje, penso que estamos longe de receber o respeito que merecemos. Nossos conhecimentos seguem sendo subestimados. Por isso, acredito que a antropologia pode me ajudar a mostrar o valor dos saberes *mehi*, permitindo ampliar ideias e reconhecer a riqueza dos nossos modos de vida.

Os relatos sobre nossas origens são formas de pensamento repletas de conhecimento, história e filosofia. O campo da antropologia tem contribuído significativamente para minha formação acadêmica, e procuro praticar uma antropologia no modo *mehi*. O trabalho de Creuza Prum Krahô, intitulado *Wato ne hômpu ne kâmpa: Convivo, vejo e ouço a vida Mehî (Mâkrarè)* (2017), descreve as convivências e os

resguardos da mulher *mehî*, configurando-se como uma literatura dedicada à saúde das mulheres indígenas.

Hoje, há muitos trabalhos acadêmicos produzidos por nossos parentes indígenas. Destaco, por exemplo, a tese de João Paulo Lima Barreto (2022), sobre os especialistas *kumu* e a teoria do corpo no Alto Rio Negro; e a de Rosilene Pereira (2021), que aborda os cuidados na criação de pessoas, também no Alto Rio Negro. No Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS-UFG), onde realizei esta pesquisa, há diversos trabalhos desenvolvidos por parentes indígenas: Koria Valdane Tapirapé (2020), sobre os resguardos e alimentação do povo Apyãwa; Autaki Waurá (2021), sobre o ritual de iniciação feminina entre os Wauja; Michael Rã'wa Tsa'e'omo'wa (2021) e Oziel Irongukre Canela (2021), sobre objetos sagrados; Júlio Kamêr Ribeiro Apinajé (2019) e Ercivaldo Damsôkekwa Calixto (2024), sobre a educação escolar indígena; Vilmar Martins Moura Guarany (2022), com estudos sobre o direito indígena; Lidiane da Conceição Alves (2023), com memórias e resistências de mulheres Kariú Kariri; Afonso Tiikwa Xerente (2021); Fábio Ubre'a Abdzu (2020); e Marta Quintiliano (2019), que discute as ações afirmativas com o conceito de “redes afro-indígenaofetivas”.

Todos esses trabalhos foram construídos a partir de conhecimentos e vivências, sobretudo com base nos ensinamentos dos mais velhos/as, e sempre com propósitos coletivos — como afirma Gersem José dos Santos Luciano ao refletir sobre a pesquisa indígena (2015, p. 243).

Para compreender os cuidados *mehî*, é fundamental valorizar também as narrativas antigas que preservamos até hoje. Um exemplo é a valorização da força das pernas das meninas que correm com toras em longas distâncias, sobem e descem serras e atravessam rios com as toras nas costas. Em nossa cultura, certos cuidados com a saúde estão nos mínimos detalhes, no modo como nos comportamos. Isso tudo é parte da educação dos jovens sobre a cultura a que pertencemos. Refletimos, com base nessas informações, sobre a importância da transmissão de conhecimentos para as meninas que ainda precisam de nós, mulheres com mais experiência.

Este trabalho trata, portanto, da resistência e da coragem das mulheres por meio do trabalho coletivo. São elas que cuidam dos filhos, da casa, da alimentação, que compreendem o valor do trabalho e confiam em suas resistências físicas para atuar de forma colaborativa. Penso, com isso, na minha comunidade, que vive essa perspectiva —

comum à maioria das comunidades indígenas, que compartilham muitas semelhanças em seus modos de vida.

A escrita desta tese não poderia deixar de lado o contexto da pandemia, que paralisou o mundo *cupê* e o mundo *mehî*. Não registrar esse período seria ignorar um acontecimento que gerou muita preocupação, sobretudo com nossas crianças e idosos. Por isso, incluí uma breve contextualização de como vivenciamos a pandemia. Segundo relatos descritos na seção “Sobre os resguardos: os relatos das *cahhâj*”, minha tia-avó conta que, quando era jovem, na Aldeia Galheiros, muitos *mehî* morreram de gripe — o que remete a um ciclo de perdas já vivido em outras gerações.

As leituras e trabalhos que realizei me fortaleceram e me incentivaram a escrever, a defender o meu território, onde estão nossas residências e plantações. Vejo a força e a disposição das mulheres indígenas para trabalhar em suas comunidades. E, assim, encerro este trecho com uma citação que tem me orientado no caminho da coletividade:

O território não é simplesmente um substrato de subsistência e de reprodução social, mas um sistema complexo de interações que funcionam mais de acordo com o modo de socialidade do que com o modo de ecologia ou biologia. A grande diversidade dos cultivares adquirido através das numerosas relações demonstra a magnitude espaço-temporal das redes sociais de troca no interior como no exterior das aldeias e da Terra Indígena. De fato, segundo Cohn (2005), cada roça é o produto das biografias pessoais e das relações estabelecidas por cada mulher com seus parentes e com os outros no exterior (TSELOUIKO, 2017, p. 87).

A autora faz uma colocação significativa: nós, indígenas, mantemos uma relação profunda de respeito e admiração com a terra. Cada mata escolhida para o cultivo de uma roça carrega o gosto e a identidade da família que ali planta, pois cada *mehî* cultiva de forma diferente, e as *cahhâj* têm um papel especial nesse processo. Segundo os mais velhos, as mulheres têm “mãos boas” para plantar sementes como abóbora, melancia e amendoim — por isso, nossa ligação com a terra é forte e deve ser respeitada.

A universidade é um espaço que me desperta sentimentos diversos. Por um lado, estar aqui me fortalece. Por outro, também me causa desconforto. Uma das principais dificuldades que enfrento é a escrita. Na aldeia, o conhecimento é transmitido pela

oralidade e por meio das atividades práticas do cotidiano, e não pela escrita. Ainda assim, essa diferença cultural não significa que eu seja incapaz de aprender e me dedicar à escrita acadêmica.

Meus pais sempre me orientaram a seguir os costumes do meu povo. Eu nasci para seguir as regras tradicionais: fazer um bom casamento, ter filhos e cuidar da família. Na comunidade, essa é a prioridade: o casamento e a boa relação com a família do marido. Nesse contexto, a escrita — que não é um costume *mehi* — deixa de ser central em nossa formação. No entanto, com os pais que tive, a possibilidade de estudar e não me casar cedo era uma certeza. Recebi muitos conselhos para que eu seguisse outro caminho. E assim fiz: não me casei cedo e continuei estudando, tentando compreender esse mundo complexo dos *cupê*. Vivo entre dois mundos que, de certa forma, se complementam. E faço parte de ambos.

O que uma mulher Krahô pretende mostrar em um trabalho científico como este? Mesmo após tantos desafios vividos entre os dois mundos, a força que vem de dentro, os *carô* dos parentes que já se foram e a vontade de seguir contribuíram para que este trabalho continuasse. Quando comecei a escrever, pensei em dialogar com aqueles que não conhecem os desafios de sobrevivência do mundo *mehi*, inclusive sobre os cuidados tradicionais com o corpo e como esses cuidados vêm mudando com o tempo. São mudanças nos comportamentos, na alimentação, na linguagem, na frequência com que transitamos entre os dois mundos e também nas relações com o dinheiro. Acredito que, se esses elementos não forem equilibrados, as mudanças se tornam irreversíveis.

No costume *mehi*, tudo é simples. Não aprendemos a complicar as situações. Não fomos ensinados a correr riscos desnecessários, não discutimos com os mais velhos, não realizamos atividades sozinhos. Fazemos pequenas roças, plantamos em quantidade moderada, não destruimos a mata — respeitamos a natureza. Não poluímos o meio ambiente, nem a água. Não temos a lógica de produzir algo que nos prejudique. Vivemos no cerrado, um bioma quente, mas não seco, ao qual já estamos acostumados. Nossa dieta é composta por proteínas de caça, frutas, peixes, milho, arroz, feijão, fava e outros frutos do cerrado.

De acordo com os ensinamentos transmitidos entre gerações, usamos chá de cascas e banhos de folhas para curar doenças. Os pajés recomendam esses remédios da mata, que também têm função preventiva. Guardamos esses saberes para as novas gerações, para que eles também repassem adiante.

A trajetória que percorri foi marcada por muitos desafios, tanto com minha família quanto no mundo *cupê*. A metodologia, para uma mulher Krahô, não é fácil. Andar com caderno e caneta chamava a atenção: não é algo comum entre nós. Fazer muitas perguntas e anotar tudo pode afastar as pessoas. Somos tímidos, desconfiados, e não gostamos de falar demais. Costumamos guardar tudo na memória.

Tive que aprender a falar português, superar minha timidez e começar a me expressar em público. Fui me desprendendo aos poucos e entendi que posso aprender elementos que me ajudem a compreender melhor esse mundo *cupê*.

Passei a participar de reuniões nas comunidades e em outros espaços, percebendo que precisava integrar a liderança *mehi* para buscar melhorias para minha comunidade e proteger nosso território. Com apoio do meu povo Krahô, passei a compor a diretoria da Associação Wyty-Catê — organização dos povos Timbira do Maranhão e Tocantins. Nessa atuação, fazemos o trabalho de conscientização para manter a cultura viva e o território preservado. Visitamos comunidades, ouvimos os problemas enfrentados e compartilhamos experiências.

A Associação Wyty-Catê, que não possui fins lucrativos, busca recursos por meio de editais de projetos voltados à preservação dos territórios e à formação de jovens comunicadores. Com mais de trinta anos de existência, permanece ativa, com diversos projetos em andamento. Fazer parte da Associação tem sido uma fonte de aprendizado.

Sigo, assim, trilhando um caminho que cruza os dois mundos — o da escrita e o da oralidade. Acredito que estou à frente de um povo que resistiu a muitos obstáculos e que continua firme em seus costumes e cantorias. Isso me orgulha como *mehi*. Entendo que minha missão é ajudar minha comunidade onde quer que eu esteja e sempre que for necessário. Esse é o legado que meu *inxû* me deixou.

A seguir, compartilho minha trajetória de escrita deste trabalho, destacando o contexto em que foi realizada. Sigo caminhando, aprendendo com os conhecimentos que me fortalecem como *mehi*, como mulher e como integrante de uma comunidade indígena.

Contextualização desta pesquisa e do povo *Mehi*

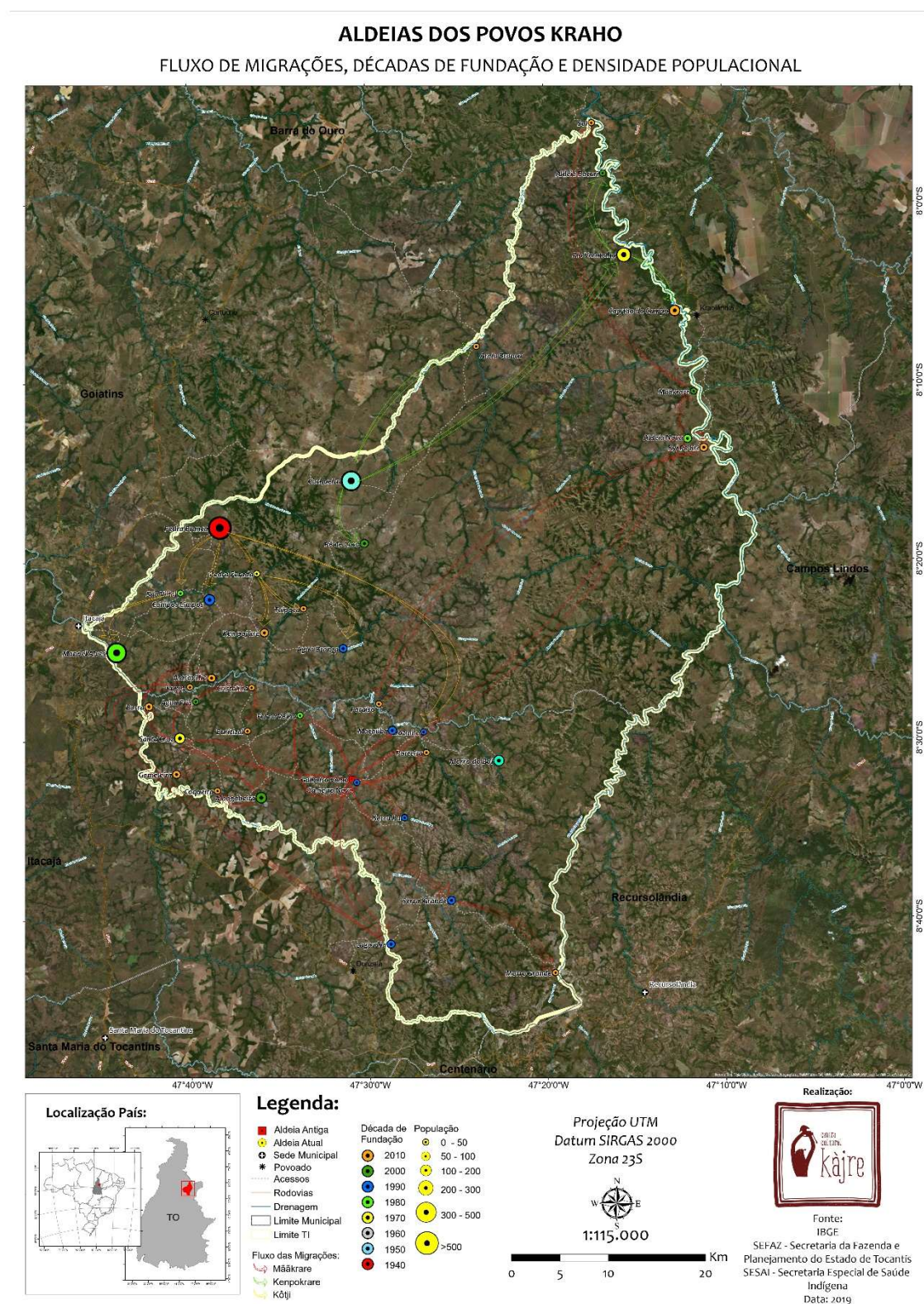
A Terra Indígena (TI) Kraolândia está situada na região norte do estado do Tocantins, abrangendo os municípios de Itacajá e Goiatins. Seus limites territoriais são definidos por importantes cursos d'água, como o Riozinho, o Rio Vermelho e o Ribeirão

dos Cavalos, que desempenham papel fundamental na delimitação física da TI e na vida cotidiana das comunidades locais.

Esse território é habitado pelo povo *Mehi*, conhecido externamente como Krahô, cuja organização social, política e espiritual está profundamente enraizada na relação com a terra e os recursos naturais. A TI Kraolândia não é apenas um espaço geográfico delimitado, mas sim um território sagrado de memória, ancestralidade e resistência. É nesse contexto que se insere esta pesquisa, que parte de uma perspectiva situada, vivida e construída a partir da experiência de uma mulher *mehi*, com o propósito de valorizar os saberes tradicionais, registrar os rituais e práticas culturais e contribuir para a continuidade da memória coletiva do povo.

A seguir, apresento a localização das aldeias situadas na Terra Indígena Kraolândia, evidenciando a distribuição territorial do povo *Mehi* no estado do Tocantins.

Imagem 3 - Aldeias na Terra Indígena Kraholândia



Fonte: Centro Cultural Kàjre, 2019

Atualmente, contamos com aproximadamente quarenta e uma aldeias. Quase todas possuem escolas estaduais, com atuação de professores indígenas e não indígenas. As maiores aldeias dispõem de posto de saúde, e todas recebem atendimento da equipe de saúde. Somos cerca de quatro mil indígenas, falantes de uma língua pertencente ao tronco Jê. Integramos o conjunto dos povos Timbira, juntamente com os Apinajé (no Tocantins), Krikati, Canela, Gavião e Memorturé (no Maranhão).

Fazem parte da estrutura social da aldeia *mehî*:

Wyty – é quando a comunidade escolhe uma criança de determinada família para ser o *wyty*. Essa família assume o compromisso de prestar serviços à comunidade durante os *amjikin*. A aldeia realiza um *pur* (festa) para essa família, que, a partir de então, não pode mais brigar com essa criança. Toda a comunidade passa a ter ainda mais respeito por ela. Quando o *wyty* atinge a adolescência, é realizado um ritual de encerramento, iniciando-se o ciclo com uma nova criança escolhida. Após esse ritual, a pessoa permanece sendo *wyty*, mantendo esse reconhecimento e respeito por toda a vida. A seguir, apresento um registro significativo da cultura *mehî*, capturado no momento de preparação para o encerramento do ciclo da *wyty*, conforme os costumes tradicionais da aldeia.

Imagem 4 - Aldeia Cachoeira, o momento de organizar a finalização da *wyty*



Fonte: Arquivo pessoal. Letícia J. Krahô, Aldeia Cachoeira, 2022.

Pahhi – é o cacique escolhido pela comunidade, juntamente com seus dois secretários.

Mê carè – os mais velhos e mais velhas, responsáveis por transmitir os ensinamentos e oferecer conselhos.

Caxê – é o nome que nós, *mehî*, damos às estrelas. No caso de *Caxêkwyj*, o termo *kwyj*

indica um derivado feminino.

Rôpin – refere-se ao momento em que a pessoa nasce e recebe um nome que pertence a um grupo específico da aldeia, cujos nomes são semelhantes entre si.

A aldeia é a primeira estrutura física para nós, *mehî*. O *pahhi* não possui uma moradia especial; ele vive como os demais membros da comunidade.

Imagem 5 - Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Letícia J. Krahô, 2022.

Em 2020, durante o período pandêmico, decidi morar na aldeia fundada por minha mãe. Na época, a aldeia ainda não tinha nome. Escolhi chamá-la de Aldeia Sol, e assim foi registrada. Construíram minha casa, e desde então vivo próxima à minha família. Trata-se de uma aldeia pequena, com onze famílias. Conseguimos estabelecer uma escola, com apenas uma sala de aula, como extensão da Escola Estadual Indígena Bacuri, onde as crianças frequentam os anos iniciais. Há também uma turma de jovens que estudam no período da tarde. A escola é coberta com palhas de coco da chapada, e suas paredes são feitas de tabas de madeira. Temos duas professoras, mas ainda não contamos com uma merendeira para o preparo das refeições dos estudantes.

Com apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), conseguimos a instalação de um poço para abastecimento de água. Antes disso, utilizávamos a água de um pequeno rio que atravessa a aldeia. Contudo, durante o período chuvoso, a água tornava-se turva e imprópria para o consumo. Com o poço, passamos a ter acesso à água limpa para beber e banhar, o que resultou em melhorias significativas para nossa saúde.

Em cada casa, há placas solares que geram energia. Isso nos permite ter luz durante a noite, conservar alimentos por mais tempo e manter acesso à internet, que é

nosso principal meio de comunicação. Foi justamente por meio dessas placas e da conexão à internet que pude continuar esta pesquisa de doutorado, mesmo à distância.

Sou uma *cahhâj* que aprendeu no campo da antropologia. Aos poucos, fui compreendendo a importância dessa ciência para abrir caminhos que nos permitam refletir sobre nossas comunidades, modos de vida e nossa própria presença na terra. A lente antropológica *mehî* é fascinante porque valoriza a coletividade e o afeto que o *mehî* nutre pelo outro, seja ou não de sua família. Somos *mehî* que respeitam o *co* (água), *tahî* (chuva), *cuhhy* (fogo) e *pjê* (terra). Acreditamos que cada um desses elementos possui seu dono, por isso os respeitamos profundamente.

Aprendemos com os mais velhos a ter pressentimentos. Os animais nos avisam quando há doenças se aproximando ou quando algum parente está doente ou prestes a falecer. Confiamos também em nossos sonhos, que são formas de comunicação com os parentes que já se foram. Esses princípios fazem parte da nossa formação, e percebo como funcionam bem. A antropologia, por sua vez, contribui para que compreendamos melhor a nossa sociedade *mehî*.

Em nossa área Krahô, há muitos *mentuw* (jovens) interessados em aprender a escrever e compreender o português para atuar nas aldeias. Contudo, enfrentamos obstáculos que dificultam esse objetivo. O medo de sair da aldeia, a distância da convivência familiar e, sobretudo, as limitações financeiras são barreiras importantes. Ao ingressar no mundo *cupê*, fui descobrindo ações afirmativas para estudantes indígenas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Um exemplo é a Licenciatura em Educação Intercultural da UFG, destinada à formação de professores indígenas — curso do qual minha *inxê* também participou. Reconhecemos a importância da educação para o nosso povo e, por isso, incentivamos os jovens a estudarem, adquirirem conhecimentos e retornarem às comunidades para contribuir com nosso trabalho coletivo.

Esta tese foi pensada e construída a partir de relatos e acontecimentos que mostram as transformações nas formas de cuidado com o corpo feminino *mehî*. Há muitas narrativas sobre os resguardos realizados por parentes, que revelam mudanças em curso. Apesar de tudo, permanecemos firmes em nosso território, realizando nossos rituais.

Como mulher indígena Krahô, entendo que é fundamental apresentar a história do meu povo, das mulheres e de seus saberes. Conheço vários parentes que já realizaram pesquisas, publicaram livros e artigos. Também reconheço a importância de autores/as não indígenas que desenvolveram seus trabalhos com apoio dos *mehî*. No entanto, meu

interesse está na história do povo Krahô. Nossas aldeias abrigam contadoras de histórias com memórias notáveis.

Minha *inxê* escreveu sua dissertação sobre as mulheres cabaças de nossa origem, um trabalho relevante. Desejei continuar esse percurso, refletindo sobre o cuidado das mulheres com seus corpos e sua alimentação, buscando saúde e força. Contudo, transformar teoria em prática é um desafio constante.

Esta pesquisa foi feita com muito afeto. Apesar das dificuldades do formato acadêmico, comprometi-me com ela. *Pahpãm* me concedeu força, saúde, sabedoria e paciência. No início, imaginei que terminaria no tempo previsto, mas a pandemia atravessou nossas vidas e comunidades. A aldeia onde vivo hoje é liderada por mulheres, e faço parte dessa liderança. Sinto que tenho a obrigação de colaborar com o desenvolvimento de minha comunidade, pois vejo de perto as dificuldades enfrentadas pelos moradores da aldeia e da área Krahô. Por isso, comecei a participar de reuniões e encontros, observando os caminhos para melhorar as condições da nossa comunidade.

Não há como separar minha escrita do trabalho comunitário: estão profundamente interligados. A pesquisa teve início na minha própria trajetória, a partir das experiências vividas, dos aprendizados, das mudanças que precisei enfrentar para me fortalecer como mulher indígena independente. Fui registrando as conversas com minhas parentes mais próximas, especialmente sobre os alimentos consumidos durante os resguardos. Elas percebem como tudo está mudando. Moram em aldeias distantes da minha, e o deslocamento é caro, por isso não nos vemos com frequência.

Já minha mãe mora comigo na mesma aldeia. Nos vemos todos os dias. À tarde, vou à casa dela. Conversamos sobre muitos assuntos, tomamos o chá que ela prepara e sentamos em frente à casa. Depois volto para minha casa e sigo com minhas tarefas.

A pesquisa foi construída assim: em rodas de conversa, nas casas das pessoas, durante as festividades. Nessas ocasiões, pude conversar, observar e fazer pequenas anotações. Tenho boa memória e muitas lembranças guardadas. Ao sentar em frente ao computador, fui escrevendo essas lembranças. Assim, esta tese foi sendo estruturada, aos poucos.

Entre 2022 e 2024, participei de projetos com o CTI, acompanhando atividades em várias aldeias da TI Kraolândia, inclusive na Aldeia Sol. Isso foi essencial para esta pesquisa, pois me permitiu conversar com outras *cahhâj*, com *pahhî* (caciques) e pajés.

A tese foi organizada em partes que seguem uma cronologia própria da pesquisa e da minha trajetória. Passo pela pandemia e pelo trabalho com o CTI, mas não segui a

estrutura tradicional dos capítulos de teses *cupê*. Preferi adotar o modo *mehî* de narrar histórias. A partir disso, organizei os relatos nas seguintes seções: “Ajpen Imôr Xà Kôt (minha trajetória)”, “Sobre os resguardos: os relatos das *cahhâj*”, “Pesquisa em meio à pandemia de Covid-19”, “Caminhada pós-pandemia” e “As formas de conhecimentos *mehî*: os resguardos”.

Em “Ajpen Imôr Xà Kôt (minha trajetória)”, descrevo minhas memórias de infância até meu ingresso na universidade. Falo sobre minha vida com a família e comunidade, os desafios de aprender português e a caminhada que me levou ao Ensino Médio em Goiatins-TO, à graduação em História na Universidade Federal do Tocantins, em Araguaína, e ao mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás. Foi um processo difícil, principalmente pela distância da família e pela adaptação à cidade. Ainda assim, fui acolhida por pessoas que me ajudaram muito, inclusive meu primeiro orientador, Alexandre Herbetta. Havia outro indígena Apinajé na turma, com quem trocávamos apoio.

Durante a pandemia, retornei à aldeia, onde continuo morando. Nessa parte da tese, também conto sobre meus pais e nossas histórias de origem, de onde viemos e os nossos costumes. Temos as histórias de nossos ancestrais que são os nossos conhecimentos e o modo como vivemos. Segundo meus parentes mais velhos, os krahô gostam de fazer aldeia perto de rio e aldeia redonda, com um centro no meio e com caminhos que levam às casas. Assim aprendemos e continuamos fazendo.

Em “Sobre os resguardos: os relatos das *cahhâj*”, compartilho as falas das mulheres da minha família sobre os resguardos vivenciados em diferentes tempos. Convivi um pouco com cada uma delas, inclusive com minha bisavó, que já tinha mais de oitenta anos quando eu era criança, e minha avó, com cerca de sessenta anos. Embora eu tenha poucas lembranças, pois nos mudamos e fui estudar fora, a saudade permanece. Nunca deixei de visitá-las.

Na seção “Pesquisar em meio à pandemia de Covid-19”, relato como enfrentamos a pandemia nas comunidades: os cuidados adotados, as prevenções e o *amjikin* realizado na Aldeia Sol. Esse ritual foi conduzido por minha *inxê*, que reuniu a família para realizá-lo antes que algum imprevisto impedisse sua conclusão. Segundo os ensinamentos que recebemos, não finalizar um *amjikin* pode causar doenças e preocupação na família e na comunidade.

Durante o doutorado, enfrentei desafios familiares que interromperam minha pesquisa por um período. Isso é abordado em “Caminhada pós-pandemia”. No mestrado,

eu já sentia dores causadas por nervosismo e pressão. No doutorado, essas dores aumentaram. Passei dias com dores no estômago, sem encontrar alívio. Após o falecimento de meu pai, ficamos apenas nós, as mulheres, para lidar com as questões da família. Além disso, perdi parentes muito próximos. Para nós *mehi*, leva muito tempo para nos recuperarmos, pois somos criados na aldeia e somos muito apegados à família.

Na parte “As formas de conhecimentos *mehi*: os resguardos”, descrevo o trabalho realizado com o CTI voltado à prevenção de doenças comuns nas aldeias. Levamos informações às comunidades para alertar sobre hábitos alimentares prejudiciais e doenças como diabetes e hipertensão. Esses projetos voltados à saúde dos *mehi* são fundamentais.

Todas essas partes, apresentadas nesta introdução, serão detalhadas ao longo do texto. A escrita é simples, sem palavras difíceis, em um modo *mehi* de expressar e organizar ideias. Fizemos diversas viagens às aldeias, e muitas leituras teóricas me ajudaram a compreender melhor o que relatei. Escrevi sempre com a intenção de falar sobre cuidado, saúde do corpo das mulheres e da resistência — porque sem cuidado, não há saúde nem resistência.

AJPEN IMÔR XÀ KÔT (MINHA TRAJETÓRIA)

A seguir, compartilho minhas memórias de infância e juventude, vividas intensamente na aldeia. Essas lembranças não são apenas recordações, mas fragmentos da minha construção como mulher *mehî*. Ao registrar essas experiências, busco valorizar os saberes ancestrais que recebi e perpetuar os ensinamentos que moldaram meu modo de ser, viver e resistir.

Imagem 6 - Letícia J. Krahô



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Liliane A. Krahô, Aldeia Sol, 2022.

Começo esta escrita relatando minha caminhada como mulher *mehî*. *Ajpen Imôr Xà Kôt* – busquei palavras aproximadas para nomear este título. É uma forma de expressar os caminhos que percorri, as lembranças que carrego, os lugares por onde passei, as memórias que cultivo, os aprendizados que recebi e os desafios que vivi.

Carrego comigo o nome do meu povo Krahô. Ao nascer, minhas tias paternas escolheram quatro nomes e me deram: *Jôkâhkwyj*, *Pjêká*, *Wakrêr* e *Pytêc*. Com esses nomes, passei a pertencer a uma estrutura social na aldeia, integrando o grupo *wacmejê-amcrâ* (verão). Na aldeia, existem dois grupos: o outro é o *catamjê-tahî* (chuva). Minha pintura corporal é *icapê*, com linhas horizontais no corpo. Também faço parte do *kajcatejê*, o povo do lado de cima, do sol nascente. Fui membro de uma grande festa chamada *kájcaw*.

A Imagem 5, abaixo, registra o *Crôw* do *pár*, momento de preparação e organização coletiva na aldeia, dos saberes compartilhados entre os *mehî*.

Imagem 7 - Crôw do pár



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Diogo Pôhhy Krahô, 2022.

Das minhas lembranças de criança, recordo poucos acontecimentos — parecem sonhos que sonhei. Fui crescendo no modo de vida *mehî*. Na aldeia, aprendi na prática as tarefas, a falar, a me comportar. Comecei realizando pequenas atividades dentro de casa. Logo aprendi a correr com pequenas toras, junto a outras crianças, e, depois, a fazer artesanatos como *cahhá* (cesta) e *mê ihpaxê* (pulseiras de tiririca, uma semente bem pequena).

Cresci correndo com as meninas, aperfeiçoando a corrida com *crôw* (tora de buriti), com *cruw* (flecha) e acompanhando as mulheres nas coletas de frutas como bacaba, buriti, caju, oiti, bacuri, mangaba, jatobá, maria-preta, buritirana e coco.

Lembro que as *cahhâj* combinavam de sair bem cedo para procurar frutas. Muitas meninas iam juntas. Levávamos água, passávamos o dia inteiro no cerrado e, ao chegar a um córrego, descansávamos um pouco, comíamos frutas e seguíamos a caminhada até a aldeia. Chegávamos no fim da tarde, cansadas, mas felizes por termos conseguido coletar os frutos da época.

Morava com minha mãe e meu pai em uma casa de palha de buriti e paredes de barro. Tínhamos um fogão a lenha e um pote de barro para armazenar água. Pegávamos água na cabaça, colocávamos no pote para esfriar e beber.

Lembro de sair com as meninas acompanhadas por um cantor mais velho, que cuidava de nós enquanto os demais iam caçar. Caminhávamos cerca de 5 a 6 km até um mato com córrego para beber água. Passávamos o dia aguardando os caçadores, fazendo

artesanato, enquanto o cuidador cantava e trançava chapéus masculinos. Ele cantava músicas lindas, em voz baixa, pois esperávamos os caçadores. Quando eles voltavam com alguma caça, repartiam conosco. Voltávamos para a aldeia à frente deles; logo depois, eles vinham correndo com a tora de buriti. Chegávamos cansados, mas alegres. Às vezes, chegávamos antes deles. Se carregássemos peso demais, alguns parentes vinham ao nosso encontro.

Quando aprendi a cuidar das minhas irmãs mais novas, Axukwyj e Ahkrakwyj, lembro que, durante reuniões na aldeia, eu ficava em casa: cozinhas, cuidava da minha irmã mais nova. Às vezes nossos pais nos levavam para reuniões fora da aldeia, em outras, viajavam para cursos e nos deixavam sozinhas. Contávamos os dias até que voltassem. Não havia meio de comunicação. O transporte só chegava até a margem do rio, pois não havia ponte. Quando ouvíamos barulho de carro, corríamos ao rio esperando que fossem nossos pais. Quando não eram, voltávamos tristes — e os dias passavam assim.

Fui crescendo e vendo que, às vezes, meus pais discutiam. Eu ficava calada. Uma vez, meu *inxû* bebeu álcool e brigou com minha *inxê*. Ficamos muito tristes, pois ela quis se separar. Chorei muito, achando que sentiria saudade do meu *inxû*. Eu era adolescente e ainda não compreendia o quanto aquele comportamento era errado. Depois de conversas com os parentes, minha *inxê* aceitou reatar, por nós, suas filhas. Isso acontecia com frequência, principalmente nos meses de festa, quando havia bebida e visitas de outras aldeias.

Assim fui aprendendo e observando a vida na aldeia. Nós, povos indígenas, temos muito respeito pela natureza, pela água e pelos animais. Temos relatos importantes de nossos ancestrais de que os animais conversavam com eles. O mato tem dono, a serra tem dono, a água também — por isso devemos respeitar. Nós, mulheres, especialmente, não podemos andar sozinhas pelo mato.

Nossas mães nos aconselham a não ir sozinhas ao rio. Moramos no mato e existem outros seres vivos. Cuidamos e somos cuidadas. Temos medo do invisível — seres que só o pajé pode ver. No mato, há animais que podem querer conversar, e isso não é bom. Eu sempre ia com minha *inxê*, minhas primas ou outras mulheres.

Na Aldeia Nova, onde morei por quinze anos — inclusive durante a adolescência —, participei de muitos rituais: de resguardo de meninas, passagem de fase dos meninos, casamentos, *kwyrtî* (paparuto grande), resguardo de primeiro filho, finalização de luto, festa da batata, do milho, do *wyty, pâr teré* (tora pequena), *cahhápyr* (pegar cofó), festa da laranja. Era uma aldeia com cantores, corredores de tora, pajé e muitos jovens.

À noite havia cantoria e minha mãe me levava para aprender. Eu gostava. Ficávamos cerca de três horas no pátio e depois íamos dormir. Às cinco da manhã, minha mãe me acordava para tomar banho — para crescer e não ter preguiça. Eu não podia reclamar, era o jeito dela me educar e cuidar.

Minha vivência na aldeia foi assim: com altos e baixos, mas tínhamos uns aos outros — e isso nos fortalecia.

Certa vez, os homens se reuniram no pátio para organizar um *amjikin* chamado *kyjkajû*. Antigamente, nossos ancestrais aprenderam esse ritual com os animais do cerrado. Alguns homens se pintam como animais e aves, como a águia — veloz —, o urubu e o *kájkajw*, um passarinho que voa em bando. Os *humré* pediram ao meu *inxû* para que eu participasse do conjunto do *amjikin*. Ele permitiu, pois eu ainda era moça.

Houve toda uma preparação, com treinamentos de corrida dos meninos. Eu e minha prima acompanhávamos cantando com o cantor. Ficávamos de pé, manhã e tarde, sempre pintadas com urucum. Foram dois meses acordando de madrugada para as cantorias, até chegar o dia do *amjikin*. Foram três dias de movimento intenso na aldeia até a finalização. Participei como integrante do grupo formado pelos *humré*, que cantam e assistem às corridas dos meninos. São lembranças que ficam guardadas em nossos corpos.

AJPEN IMÔR XÀ KÔT. Esses bons momentos não existiriam sem meus *ipãmjê* (meus pais). Com eles, aprendi os costumes do povo *mehî*.

Inxê (mãe)

Imagem 8 - Inxê Prumkwyj Krahô, grávida de mim



Foto: Autor desconhecido

Prumkwyj jô inxê (minha mãe) tem, atualmente, 52 anos, três netos e três filhas. É viúva, cacica da Aldeia Sol, liderança Krahô, graduada em Educação Intercultural (UFG) e mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (UnB). É concursada pela SEDUC-TO e, atualmente, atua na área da educação. Nasceu na Aldeia Galheiro, no município de Itacajá-TO, de onde nos mudamos quando eu tinha quatro anos.

Prumkwyj começou a falar em português aos 27 anos, já casada com meu *inxû*, alguns anos mais velho que ela. Com muito incentivo dele, começou a dar aulas para as crianças na Aldeia Nova. A escola era uma casa de palha de coco de babaçu. Iniciou seu trabalho com o CTI (Centro de Trabalho Indigenista), que pagava uma ajuda de custo, e assim foi aprendendo o português e a viajar com meu *inxû* para as reuniões. Nessas viagens, lutava por melhorias para a nossa comunidade.

Ela me aconselhou a fazer os resguardos para eu crescer com saúde e força, me ensinou os costumes da aldeia, me pintava de jenipapo nos rituais, incentivava-me a cantar no pátio. Não queria que eu me casasse cedo, queria que eu estudasse. Aprendeu com os mais velhos muitos remédios do mato e já tratou muitos parentes: feridas profundas, por exemplo, ela sabe como cuidar; também conhece rezas para certas doenças, como frieira.

Minha *inxê* gosta muito de estar com as crianças. Além das filhas, criou os sobrinhos — filhos de sua irmã mais nova, que nos deixou para viver no outro mundo.

Está sempre ocupada resolvendo problemas dos parentes, como, por exemplo, regularizar documentos na cidade.

Em março de 2021, na Aldeia Sol, perguntei se ela estava ocupada naquele momento. Na verdade, ela nunca está desocupada, mas respondeu que poderia falar comigo. Era de manhã, havia muita neblina e um pouco de frio na aldeia. Foi uma fala breve. Converso com ela todos os dias quando estamos na aldeia, mas quando se trata da minha pesquisa, é diferente — parece exigir um certo distanciamento, que eu percebo. Nesse dia, conversamos um pouco e transcrevi trechos da sua fala:

Meu nome é Prumkwyj, aqui é a Aldeia Sol, moro aqui e trabalho na cidade de Goiatins. Ainda sou professora, estou ficando velha nessa profissão de professora. Trabalhei na Aldeia Nova. As coisas vêm vindo, umas coisas boas, outras ruins. Cheguei aqui em 2018 e fiz minha aldeia, quero cuidar e arrumar aos poucos. Os cupês falam que nós temos o corpo fraco, mas o nosso Pahpâm olha nós e faz caminho para a gente. Nós indígenas tomamos muitos chás de plantas medicinais, por isso que nossa saúde é forte. Mesmo nos alimentando com muitos alimentos da cidade, nossos corpos ainda resistem a muitas doenças.

O conhecimento que minha *inxê* aprimorou ao longo da vida serve para suas filhas, netos e para a comunidade. Esse é o modo *mehi* de passar o conhecimento — sem cobrança.

Minha *inxê* é contadora de histórias. Qualquer hora que alguém a visite, ela conta uma história. Gosta muito de ter roça, adora plantar. Atualmente, sua roça tem bananas, cana-de-açúcar, batatas e mandiocas.

Temos uma relação de mãe e filha que pensam e agem diferente em muitas situações, pois vivemos tempos diferentes. Mas também nos aconselhamos, ouvimos uma à outra, discutimos questões, cuidamos uma da outra quando estamos doentes. Construímos uma relação sólida de amizade e companheirismo.

Prumkwyj é uma liderança que já enfrentou muitos desafios, inclusive o machismo na aldeia, e segue lutando por melhorias na Aldeia Sol. Estou seguindo essa caminhada; estou nesse mundo *cupê* escrevendo relatos de histórias. Hoje, há muitas críticas de famílias de outras aldeias à nossa família, porque somos nós, mulheres, que estamos à frente das lutas, que viajamos e não ficamos apenas em casa cuidando dos filhos e netos. Estamos juntas nas batalhas da vida pela nossa comunidade.

Aos poucos, nossa aldeia está sendo reconhecida por órgãos que atuam junto às comunidades indígenas, como a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e a Seduc-TO (Secretaria da Educação), graças à atuação de minha *inxê*.

As maiores conquistas da minha *inxê* foram frutos do esforço dela e do meu *inxû*. Ambos trabalharam com o CTI (Centro de Trabalho Indigenista), uma organização não governamental. Ela já desenvolveu muitos projetos com mulheres, voltados para a saúde e a reivindicação de direitos. Existem muitas demandas nas comunidades que precisam de uma liderança como a dela.

Atualmente viúva, há mais de 12 anos, segue no mesmo caminho de buscar melhorias para a comunidade, mesmo enfrentando os desafios da diabetes.

Fiz aqui um breve relato sobre minha *inxê*, mas haveria muito mais a contar. Foi com ela que aprendi a não me importar com as *falações* e críticas da nossa antiga aldeia, onde esperavam que eu construísse uma família, com marido e filhos. Não segui essa regra, mas sigo os costumes que aprendi desde criança.

Meus pais me deram uma educação *mehi* da qual nunca tiveram do que reclamar. Quando me tornei moça, fui a primeira a contar a eles sobre meu primeiro relacionamento. Eles me aconselharam sobre o que fazer. Eu tinha medo de ser malvista na comunidade e de envergonhá-los. Mas meus pais nunca me bateram. Sempre me aconselharam a não fazer coisas erradas. Mesmo quando viajavam e eu ficava sozinha, eu nunca esquecia os conselhos deles. Assim fui criando minha independência e responsabilidade.

Vou aqui relatar um pouco sobre meu *inxû* (meu pai, em memória). Sentimos muita falta dele. Ele não conheceu nenhum neto. Deixou este mundo muito cedo. Lembramos dele com muito carinho.

Inxû (pai)

Imagem 9 - Inxû Koiamprô Krahô



Foto: Autor desconhecido.

Em 10 de abril de 1960, nasceu meu *inxû* Koiamprô. Quando ficou rapaz, casou-se com a primeira esposa, com quem teve um filho — meu irmão mais velho — e começou a trabalhar como professor na Aldeia Galheiro. Não demorou muito para que se separasse e, pouco tempo depois, começasse a gostar da minha mãe, que na época estava iniciando os estudos com ele.

Minha avó não aceitou meu pai. Então, ele e minha *inxê* juntaram suas coisinhas e foram morar na roça, só os dois. Com o tempo, fizeram uma plantação e cultivaram muitos alimentos. Na época, tinham pouco acesso à cidade, então se alimentavam principalmente dos produtos da própria roça. Algum tempo depois, voltaram para a aldeia para que meu *inxû* retomasse seu trabalho como professor. Ele adorava trabalhar na roça e caçar. Ao longo da vida, foi ganhando espaço como liderança na aldeia.

Depois que nos mudamos para a Aldeia Nova, ficamos distantes da família dele. Para visitá-los, não tínhamos transporte; íamos a pé, e a caminhada levava dias. Lembro dessas visitas: ele dizia que precisávamos nos arrumar e sair cedo, pois o caminho era longo e levaríamos dois dias andando. Levávamos comida para dormir na estrada, geralmente perto de algum rio. Fomos mais de quatro vezes. Em uma dessas viagens, fiquei

doente. Eu tinha uns nove anos. Estávamos na Aldeia Serra Grande — aldeia da minha tia — uma das mais distantes da cidade.

Sáimos pela manhã rumo à cidade, a pé. Caminhava um pouco, depois não aguentava mais. Ele me carregava nas costas. Chegamos à casa de um *cupê* que nos convidou para descansar. Foi ali que passou um transporte, e meu *inxû* pediu carona. Assim, conseguimos chegar à cidade. Ele me levou para uma consulta médica em um postinho. Eu estava com um problema de saúde, mas não lembro qual. Não me recordo como voltamos à aldeia. Depois disso, ainda passamos alguns dias na aldeia da minha tia antes de retornarmos. No caminho de volta, passamos pela Aldeia Morro do Boi, onde dormimos. No dia seguinte, seguimos para a Aldeia Nova. No meio do caminho, fui picada por abelhas no braço, tive febre alta e dormimos no mato para que eu melhorasse. Seguimos cedo no outro dia. Chegamos muito cansados, com meus pés inchados e doendo. Era assim que fazíamos nossas viagens para visitar os parentes.

A comunidade da antiga aldeia escolheu meu *inxû* por três vezes para ser cacique. Ele viajou muitas vezes representando os *mehî*. Chegou a sair do país três vezes com o pessoal do CTI. Em uma dessas viagens, trouxe camisetas que serviram nas três filhas. Na época, eu era pequena, não entendia nada, e não sei o que ele comunicou à comunidade sobre a viagem. *Inxû* e *inxê* eram parceiros em tudo, trabalhavam juntos e foram fazendo contatos importantes com os não indígenas que visitavam nossa aldeia.

Com *inxê* e outros professores Krahô, ele visitou parentes do Maranhão, como os Gavião, Canela e Krikati. Eles viajavam muito, e eu ficava na aldeia cuidando da minha irmã. Quando voltavam, era uma alegria tê-los em casa. Esses relatos podem parecer breves, mas significam muito: *inxê*, por um lado bem mãezona; *inxû*, por outro lado, sempre protetor da família.

Quando havia *cahhâ pyr*, *amjikin*, momento em que as mulheres coletam frutas e, à tarde, vão ao pátio com suas cestas para trocar com os homens por comida, meu *inxû* procurava ele mesmo as frutas para mim, com cuidado, para que eu não precisasse andar no mato. Ele trazia tudo o que encontrava. Gostava de estar pintado, com o cabelo cortado no modo *mehî*, era alegre, especialmente quando havia *amjikin* na aldeia. Brigava comigo por causa do meu cabelo, que sempre foi comprido; ele não gostava que eu o prendesse, preferia vê-lo solto. Fazia de tudo para que nunca nos faltasse comida. Era forte fisicamente, trabalhador, fez muitas roças, construiu nossa casa na Aldeia Nova e ajudou bastante nas roças comunitárias.

Ele fez parte do grupo de professores Timbira, que inclui povos como Krikati, Apinajê, Canela e Gavião — com quem compartilhamos costumes e línguas semelhantes — nos estados do Tocantins e Maranhão. Participou de rituais importantes quando jovem. Com o tempo, foi diagnosticado com diabetes. Eu via que ele gostava muito de comer mel, e fui percebendo que minha avó também tinha a doença.

Com a chegada da doença, meu *inxû* foi perdendo a vontade de viver. Um dia, sentei com ele no quintal de casa, em Goiatins, e sugeri que passasse um tempo com sua família na outra aldeia. Ele respondeu: “Não vou. Já vivi muito. Vou beber álcool até o fim da minha vida.” Eu era nova, não tinha noção do que ele estava passando. Pouco tempo depois, adoeci. Minha *inxê* estava viajando, fazendo o curso de Licenciatura em Educação Intercultural na UFG. Meu *inxû* não conseguiu passar no vestibular e ficou muito triste por ver *inxê* indo para Goiânia. Isso também o levou a beber ainda mais. Não sei exatamente o que se passava com ele. Ficava dias bebendo, até adoecer profundamente.

Foram momentos difíceis. Ele bebia muito, o que só piorava sua saúde. Eu cuidava da casa e dele, mesmo quando ele não me escutava. Um dia, conversei seriamente com ele: “Pai, o senhor não pode se acabar assim. O senhor está se deixando levar pelo álcool. Isso não pode acontecer.” Ele respondeu: “Minha filha, já vivi tudo o que tinha para viver. Você ainda não viveu nada. Não sabe o que estou passando. Vou acabar assim, no álcool.” Fiquei muito triste. Foi nossa última conversa.

Pouco tempo depois, adoeci e não consegui mais cuidar de nada. Meu pai foi para Carolina (MA), onde passou uns dias e depois voltou. Estava muito doente. Um dia, percebi que ele não acordou bem, ficou inquieto, tomava banho e vomitava. Observei atentamente. À tarde, piorou. À noite, ele disse que poderíamos levá-lo ao hospital. Eu chamei o carro da saúde. Estávamos em Goiatins, cidade onde ele costumava sair para beber. Foi levado ao hospital, e logo transferido para Araguaína. Não conseguiu voltar com vida.

Essa parte é difícil. Com o tempo, fomos aceitando sua ausência. Lembro que, à medida que os dias passavam, percebia que ele não voltaria. Não sabíamos o que era sentir saudade até então. Um dia, em Goiatins, fiquei na porta da cozinha olhando para o quintal. Havia um pé de caju caído, onde sentamos um dia e conversamos. Senti uma saudade imensa, tristeza, um vazio. Parecia que não havia chão sob meus pés. Ali percebi que ele havia partido deste mundo.

Eu e minha família demoramos alguns dias em Goiatins antes de voltarmos à aldeia. Eu não fazia ideia do que era perder alguém da família. Era tudo muito novo. Fui percebendo sua ausência em cada refeição, no momento de sentar em frente à casa, nas conversas. Era uma falta que só aumentava. Foi difícil, mas seguimos a vida assim mesmo.

Inxû, em memória: só lembranças boas. Não esquecemos seus ensinamentos e seguimos este caminho de lutas e desafios de *mehî*.

Ampô kôt Rakôp xà (Aprimorando meus conhecimentos)

Se não tivesse saído da aldeia para estudar, talvez estivesse tomando banho de rio e não tivesse que me preocupar com a escrita acadêmica. Essa frase é como uma reflexão, pois toda a escolha tem o lado bom e o ruim. Eu poderia estar tomando banho de rio, mas não teria adquirido conhecimento acadêmico. Nesse sentido, minha *inxê* relata em sua dissertação que nós, mulheres *mehî*, aprendemos:

Com Sol sobre o resguardo da memória, o qual está nas mãos, na música, na pintura, nas histórias. Essas mulheres-cabaças aprenderam com Sol e foram repassando esse conhecimento entre elas. Semelhante à rama das cabaças que as reúne, esse conhecimento circula e reúne as mulheres *mehî* até chegar aos dias atuais. São saberes e jeitos de viver das mulheres que mantêm o movimento da vida *mehî* (KRAHÔ, CREUZA PRUMKWYJ, 2017, p.115)

Com essas palavras da minha *inxê* sobre o aprendizado *mehî*, relato que, no costume krahô, cuidamos da nossa alimentação, o que inclui evitar alimentos pesados, como arroz, farinha e água. Não usamos as mãos para pegar em qualquer objeto, seguindo as orientações dos mais velhos para mantermos bons pensamentos, sermos atentos e guardarmos as cantorias. As *cahhâj* também realizam as tarefas da aldeia de forma coletiva, como ir à roça, coletar frutas no mato e buscar sementes para o artesanato. E assim seguimos vivendo o modo *mehî* das *cahhâj*.

Esse modo de viver inclui ouvir as narrativas do modo *mehî*. À noite, antes de dormir, escutávamos as histórias contadas pelos *mê carè* (os mais velhos). Algumas vezes

os mais novos escolhiam a história para ser contada, porque não gostávamos de ouvir algumas, as que causavam medo. As histórias organizadas a seguir não seguem uma sequência cronológica, foram relatadas por pessoas em locais diferentes, na maioria das vezes à noite depois do jantar. Elas contam como *Pahpãm* criou a aldeia, como viemos da cabaça, e sobre o *pohhy*, o primeiro alimento assado no fogo, que se tornou o alimento de resguardo.

Trago aqui, neste contexto, alguns relatos que aprendi com meus pais e parentes — fazem parte desse meu mundo *mehî*.

Pê ihkrâri krî (primeira aldeia)

Imagem 10 - Amanhecer na aldeia Sol

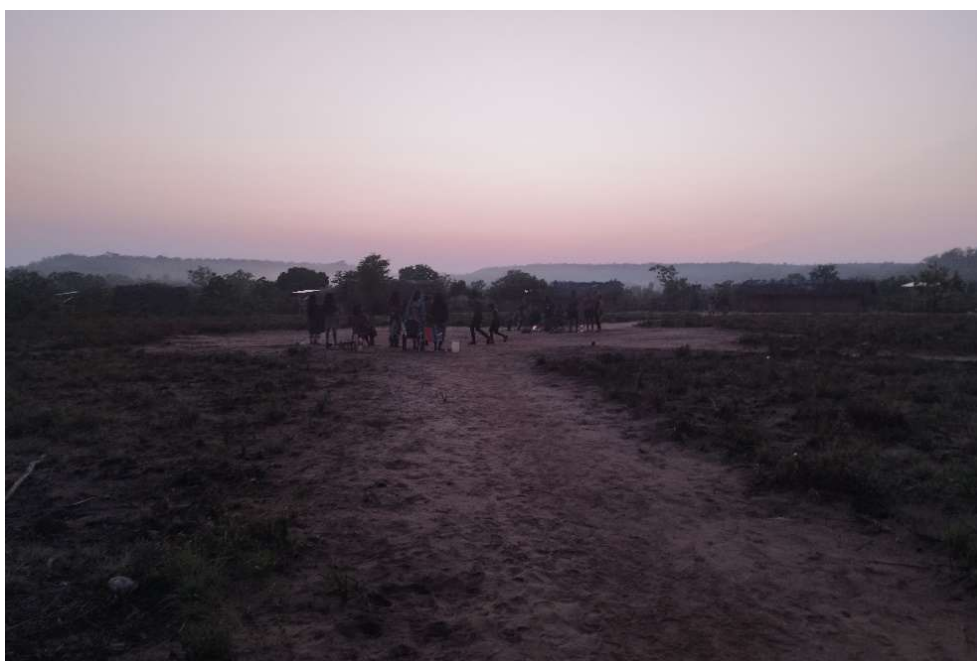


Foto: Letícia J. Krahô, 2022.

A primeira história que relato é a da criação dos *mehî*. Foi *Pyt* quem nos criou, ele formou o primeiro *krî* (aldeia). Sol (*Pyt*) nos criou e assim sigo acreditando que o *Pyt* é o nosso *Pahpãm*, o nosso *inxû catê* (grande pai). A narrativa a seguir conta essa história da nossa origem, em que *Krî* é traduzido para o português como aldeia, *Pytwýrê* como Lua e *Pyt*, como Sol.

Pyt (sol) fez a nossa criação e formação dos primeiros Mehî. Que, como o rôpin (compadre) Pytwýrê não mudava o seu comportamento, o Pyt o chamou para uma conversa séria. Assim disse Pyt: “Temos que voltar para o céu (cojkwa), porque não podemos ficar mais aqui na terra (pjê). Você rôpin, só faz coisas ruins. Veja, você criou mosquitos para gente ficar se batendo, cobras para morder as pessoas, mexeu na mulher para ela ficar menstruada e tantas outras coisas. Lembra-se daquele dia que eu estava lhe explicando sobre a morte no córrego? Eu disse que as pessoas iam morrer e depois iriam voltar, eu demonstrei isso a você usando o talo de buriti. Joguei o talo de buriti sobre a água, o talo mergulhou na água e voltou. Você, como sempre atrapalhando tudo, jogou uma pedra no talo de buriti e este não voltou mais, você deu a morte às pessoas”. Após essa conversa, o Pyt, foi até a roça e pegou todas as cabaças (grandes, pequenas, bonitas, feias, de pescoço torto) e colocou as cabaças na água do córrego e falou que dessas cabaças sairão mulheres e homens. Retornou para a sua casa e lá desenhou na terra o formato de como deveria ser a aldeia, no caso toda circular como o sol que esquentava o dia, com um ký (pátio) no centro desse círculo. Deste pátio saíam vários caminhos prikarã que conduziram as pessoas às suas casas que seriam construídas no krîkapé, ou seja, mediante a circularidade da aldeia. Quando caiu a noite o Pyt: chamou o rôpin Pytwýrê e suas aprô e foram embora. Durante a noite, o desenho deixado pelo Pyt transformou-se na primeira aldeia do povo Krahô. Quando o dia amanheceu as cabaças que estavam no córrego tinham sido transformadas em Mehî e estes foram para a aldeia e ocuparam as casas.

Como também registrei em minha dissertação, nós, *mehî*, viemos da cabaça. *Pyt*, o Deus Sol, desceu à Terra com seu *rôpin*, *Pytwýrê* (Lua). Viviam apenas os dois. *Pyt* colocou as cabaças na água e disse: “dessas aqui sairão as mulheres; das outras, os homens”. No dia seguinte, com a aldeia já formada, os *mehî* começaram a chegar cabaças e seguiram para suas casas, conforme *Pyt* destinou. Depois disso, ele voltou de onde veio, e, de lá, segue nos observando e protegendo (Jôkâhkwyj Krahô, 2019, P.08).

A imagem a seguir, criada por Liliane Krahô, retrata a origem do povo *mehî*, representando a "mulher cabaça". A ilustração da narrativa ancestral que conta como os primeiros *mehî* surgiram das cabaças colocadas na água por *Pyt*, o Sol.

Imagem 11 - Mulher cabaça desenhada por Liliane Krahô



Fonte: Desenho de Liliane Krahô, Aldeia Sol. 2021

Relato a narrativa de origem *mehi* com alegria, como tratei em minha dissertação de mestrado concluída em 2019. As narrativas que seguimos, seus ensinamentos sempre estiveram presentes em nossos corpos. Elas atravessam gerações e seguimos ensinando os *ahkrajré* (crianças) para que não percamos este caminho.

Outra narrativa, descrita a seguir, conta que existia um *krî* muito grande. Nessa aldeia ocorreram algumas atividades que muitos *mehi* não tinham conhecimento, pois a aldeia era muito grande. Muitos foram para roça, e ninguém percebeu. Os rapazes solteiros gostavam de dormir no pátio, nas suas esteiras, ao lado da fogueira. Assim passavam horas conversando, olhando as estrelas até dormir. A *caxêkwyj* ficava os observando, gostou de um rapaz, e assim começou a história.

A história da Caxêkwyj e pôhhy

O *pôhhy* (milho) é uma semente importante para nós, por esse motivo muitos *mehî* já relataram essa história, e eu também a registrei em minha dissertação (Jôkàhkwyj Krahô, 2019). A história da Caxêkwyj (estrela), foi ela quem falou do *pôhhy* para nós, *mehî*. Desde então, sempre há *pôhhy* nas nossas roças. É uma narrativa de origem na qual a Caxêkwyj nos ensinou como fazer o *kwyrçupu* (paparuto); assim aprendemos a preparar o paparuto de milho. O *pôhhy* é um alimento muito usado nos resguardos, feito com milho pipoca e sem sal. Segundo os mais velhos da aldeia, comer milho pipoca durante o resguardo deixa a pessoa mais leve para participar das corridas. Desde então, o *pôhhy* tornou-se essencial.

Acredito que é uma narrativa muito importante para nós, *mehî*, e a descrevo aqui na minha tese com alegria, por poder registrar essa história com minha escrita.

O papel das mulheres nos contextos Krahô é fundamental, especialmente por seus conhecimentos originários sobre as histórias. A história da estrela, Caxêkwyj, quer dizer que é a família da mulher que cuida dos filhos. Ovi essa história da minha avó na aldeia várias vezes e fui aprendendo a importância da existência da Caxêkwyj aqui na pjê (terra). Dessa forma, fui conhecendo o mundo *mehî* na convivência com minha família. Fui crescendo ouvindo essas histórias. Lembro que, normalmente, ficava deitada em uma esteira, olhando para o céu, vendo as estrelas, com minha avó deitada ao nosso lado, à luz do fogo no terreiro da casa, contando histórias — da mesma forma que minha mãe também faz. Essas são histórias que ela conta sobre a transmissão do conhecimento entre as mulheres.

Caxêkwyj desceu de onde morava e veio em busca do marido. Acabou sendo descoberta e, então, ensinou alguns cuidados para as *cahhâj*. Esse é um breve resumo de sua passagem pela aldeia, que, como contei, ovi várias vezes de meus tios, minhas tias, minha avó, meu pai — enfim, de meus parentes — e, assim, aprendi a história da Caxêkwyj.

Nessa aldeia tinha um rapaz solteiro que gostava de dormir no ky (pátio). Certa noite o rapaz estava deitado no ky e quase dormindo quando uma pròkajajrè (rã) pulou sobre sua barriga. Ele se assustou, pegou a pròkajajrè e jogou bem longe. Algum tempo depois, ela voltou e pulou na barriga do rapaz. Ele jogou outra vez a pròkajajrè fora. Logo ela se transformou em uma cahhâj impej (linda mulher) e começou a conversar com o jovem Mehî pedindo que ele lhe escondesse dentro de uma cajpô (cesta), na qual só ele poderia ver e conversar com ela. Ele fez o que a Caxekwýj pediu. Todos os dias o

rapaz saia para caçar e quando voltava da caçada no final do dia ia se encontrar com a Caxekwýj que estava escondida em sua casa. A Caxekwýj vivia dentro de cajpô que ficava pendurado em cima do seu kwýc (jirau de dormir). Quando o rapaz saiu para caçar a sua irmã foi até o kwýc e abriu o cajpô. A Caxekwýj sorriu pensando que era o rapaz que ela já considerava seu apjên (marido). Mas não era ele e Caxekwýj ficou muito triste e desde então não sorriu mais. A Caxekwýj falou para o rapaz agora já seu marido: "In pjên, sua irmã me viu. Não posso me esconder mais". Ele respondeu a ela dizendo: "Já que minha irmã te viu, vou mostrar você para a minha família". Ele tirou a Caxekwýj do cajpô e apresentou para toda a família e fizeram o casamento deles. A Caxekwýj passou a viver com os Mehî e ficou prestando atenção nas atividades que eles faziam. Certa vez, a Caxekwýj estava no córrego que toda a comunidade tomava banho e lá tinha um pé de milho muito grande com diferentes espécies de espigas de milhos. Essas espigas caíam no córrego e ficavam boiando sobre a água. Os Mehî não sabiam o que eram aquelas coisas (as espigas de milhos) apenas afastavam com as mãos para banharem. A Caxekwýj, já cansada de ver os mehî comendo carne e casca de árvore, falou com seu in pjên e sua família sobre o pé do pôhhi. Levou todos até o córrego e mostrou para eles que aquele pé de milho era um alimento que se encontrava ali e eles não sabiam. Cortaram o pé do milho e o levaram para aldeia. Na aldeia a Caxekwýj foi ensinar os Mehî a preparar o milho como alimento. Assim, a Caxekwýj reuniu a família de seu in pjên e disse: "vou ensinar vocês a fazer um kwýrcupu (paparuto), ralem os milhos, coloque a massa do milho ralado na folha de bananeira e levem para assar moqueado". Quando o kwýrcupu ficou pronto, a Caxekwýj o abriu, cortou um pedaço e disse: "Experimente! Como é bom comer kwýrcupu". A Caxekwýj possuía muitos conhecimentos e queria ajudar os Mehî, então, todos os dias ela ia com o seu in pjên caçar no mato. A Caxekwýj ensinou muitas coisas boas para a comunidade. Com o passar do tempo ela engravidou. Quando seu bebê nasceu, ainda durante o resguardo, o craré ficou doente e morreu. Com a morte de seu filho, o apjên passou a culpar a Caxekwýj, dizendo que ela o tinha traído com outro homem, porque eles estavam de resguardo (ou seja, eles não estavam dormindo juntos). A Caxekwýj foi embora e nunca mais voltou. Assim, os Mehî começaram a se alimentar desses alimentos que foram deixados e ensinados Caxekwýj.

Essa história traz o ensinamento de como é o processo de realização do kwýrcupu, que é uma comida típica do meu povo. Ela pode ser feita de pôhhi ou mandioca

com carne, embrulhada com folha de bananeira e assada no *kij* (moquém). Assim, os *mehî* aprenderam e gostaram de comer os alimentos assados, pois desconheciam esse modo de preparo. Nós, *cahhâj*, fazemos o *kwyrupu* nas grandes *amjikin*, pois requer bastante trabalho e o auxílio dos homens com os itens pesados, como as folhas de bananeira, que precisam ser buscadas longe, no mato. Em alguns rituais, fazemos *kwyrupu* bem pequenos, com carnes variadas.

As histórias têm o seu jeito próprio de serem contadas — a pessoa vai contando, contando e, de repente, fala que acabou. Assim é o modo *mehî* de contar história.

Outra que também escolhi contar é a do *jât* (batata). É uma história que relata como aprendemos com o *jât* algumas músicas e o *amjikin do jât*. Esses relatos têm uma importância fundamental nesta minha escrita, pois o/a leitor/a pode perceber de onde aprendemos alguns mecanismos de cultivo, como plantar esse tubérculo. O *jât* significa, para nós, saúde. Fazemos batata assada, ou com leite de coco e mel — uma comida que aprendemos com os mais velhos. Por isso, em nossas roças, não pode faltar *jât*, que nós, *mehî*, gostamos muito de comer.

Desde então, seguimos realizando o *amjikin do jât*, geralmente nos meses em que começa a parar de chover. O inhame e a abóbora também fazem parte da nossa dieta, podendo ser ingeridos assados, como acompanhamento da carne de caça.

Com base no que aprendi, trago a seguir o *amjikin do jât*.

O amjikin do jât (batata)

Na minha infância, *jô inxû* me contou essa história de como aprendemos algumas coisas que não sabíamos. Esse relato fala de como os *mehî* aprenderam algumas músicas do *jât* e como aprenderam a fazer o *amjikin*. O relato traz o *jât* como uma pessoa que se comunicou com um *mehî*:

Tinha um krî (aldeia) bem grande e nessa aldeia todos os mehî, ou a maioria, faziam roça, passavam dias fazendo roça e não voltavam para aldeia, só depois da colheita. A comunidade fez um pur (roça) bem grande que chama purtî (roça grande). A maioria do povo da aldeia fez casas por lá e ficou lá na roça. Um dia uma senhora falou para seu neto: “Vamos mudar para a roça também. A gente vem de vez enquanto para ver a nossa casa e os animais de criação”. Assim mudaram para a roça. Passavam os

dias cuidando das plantações. Um dia a senhora falou para esse seu neto: “Filho, vai na aldeia e veja nossas coisas e coloca comida para os animais”. Assim, o neto saiu cedo para aldeia levando alguma comida, não tinha ficado ninguém na aldeia. Quando o rapaz foi chegando perto da aldeia, foi percebendo que tinham umas pessoas conversando na casa deles, ele foi pensando quem eram essas pessoas que chegaram na casa, foi se aproximando e as conversas e os risos foram aumentando. Quando ele foi chegando no terreiro da casa, tinha umas pessoas sentadas e uns em pé na sua casa. Não tinha como voltar, tinha que seguir. Uma senhora falou para ele: “há, entra meu sobrinho, estamos aqui na casa de vocês, a gente pensou que vocês tinham mudado e viemos aqui na aldeia”. O rapaz respondeu: “a gente mudou para a roça e vamos passar uns tempos por lá, por isso não tem ninguém na aldeia”. A senhora falou: “pois senta e come um pouco dessa comida que fizemos, pois estamos fazendo a nossa festa e você vai ficar para participar com nós”. O rapaz sentou, descansou um pouco e depois comeu um pouco da comida. A senhora falou para ele como seria a festa deles ali na aldeia. Explicou como seria e o rapaz ficou para observar como era. O dia foi passando e os movimentos na aldeia estavam de amjikin mesmo, fizeram as cantorias. A noite teve mais cantoria em volta da fogueira com os rôxwa e as crianças. O rapaz foi percebendo tudo e guardando. Quando terminou a cantoria à noite, a senhora falou para o rapaz: “Sobrinho, agora você vai dormir e amanhã cedo você pode voltar para a roça e não comenta nada do que viu por aqui na aldeia”. O rapaz só ouviu, não respondeu nada e foi dormir. No dia seguinte, voltou para roça e foi pensando se contava para a família pois achou tudo lindo, inclusive as músicas. Quando chegou na roça, a mãe dele perguntou porque ele não voltou no mesmo dia e dormiu sozinho na aldeia. Ele não respondeu, passou o dia pensando se ia contar. No dia seguinte, falou para sua mãe que tinha uma coisa muito importante para falar para todos. A mãe juntou todo mundo e o rapaz contou o que viu e que participou da festa das batatas e gostou muito. Todos ficaram interessados, então o rapaz ensinou tudo o que observou e as músicas também.

Essa é a história do *ját*, uma história que seguimos com os aprendizados da cantoria, de todos os movimentos. Temos essa capacidade de guardar toda a informação.

Esse trecho é um *inkrer* (música) da folha da batata. É uma das músicas que cantamos no pátio, à noite:

Ját tá ré hô

Ját tá ré hô

Hô jât tá ré
Jât tá ré hô
Hô jât tá ré hô

Jât jô pi é realizado em maio ou junho, quando as roças plantadas já estão com as batatas no ponto de serem retiradas do solo e quando não está mais chovendo. Os *humré* (homens) se juntam no pátio logo cedo, na fogueira, e combinam de fazer o *jât jô pi*. O chamador faz o chamado para comunicar à aldeia a decisão dos homens. Eles vão até o mato, escolhem uma árvore bem grande, cortam como tora de corrida, levam até o córrego mais próximo e colocam-na na água para ficar mais pesada.

Enquanto isso, as *cahhâj* vão até a roça arrancar os *jât* e trazer para a aldeia. Quando chegam com os *jât* no *kri*, tem o momento das pinturas corporais das pessoas que vão cantar logo mais. No final da tarde, a cantoria sai da casa do *wyty*, e todos seguem em sentido horário, fazendo parada em frente de cada casa. Aí, os meninos escolhidos começam a jogar os *jât* nos homens que estão em sua frente. Os *jât* têm que acertá-los. As crianças vão catando os *jât* que foram caindo. Fazem esses movimentos até darem toda a volta na aldeia, até chegarem à casa do *wyty*.

Tem os *rôxua* que fazem a alegria da criançada à noite, na fogueira. Nessa fogueira, os *rôxwa* são uns adultos e algumas crianças que fazem movimentos em torno da fogueira, como se fossem as plantas que estão na roça — por exemplo, as ramas das batatas, das abóboras. Fazem esses movimentos umas três vezes, terminam e voltam para suas casas. Todas essas narrativas aprendi com meu pai ou, às vezes, ficava ouvindo quando minha avó contava para nós no terreiro de casa à noite.

Atô impejxâ (saúde)

Nós, mulheres, temos cuidado com o corpo desde que nascemos até a velhice. Os homens também têm seus resguardos, mas escolhi falar das *cahhâj*. Acreditamos que as histórias que deram origem ao nosso povo são verdadeiras. A manifestação dos diversos relatos que deram origem e vida ao nosso povo são verdadeiros.

Os resguardos que fazemos hoje foram ensinados por nossos mais velhos e mais velhas. Eles seguem sendo praticados. São cuidados com o corpo, com a mente e com o espírito. São formas de manter viva nossa existência como *mehî*, como indígenas, como

seres humanos que fazem parte de um mundo que é a nossa casa — e que, por isso, precisamos cuidar, preservar e manter vivo.

Citarei mais algumas narrativas que aprendi ao longo da vida. Somos narradoras das histórias que nos deram origem como *mehi*. Algumas dessas histórias foram contadas por meu pai para nós, suas filhas. Meu *inxû* era um homem cuidadoso com a família. Quase todas as noites, ele contava uma história para a gente — como a história de *tyrkrê*, o homem que foi deixado na aldeia.

Um rapaz tinha família que um dia o deixou sozinho, pois tinha entrado uma formiga em seu ouvido que ninguém conseguia tirar. Ele sentia muita dor e não se alimentava mais. A esposa dele não estava mais cuidando dele, estava nas festas na aldeia. Um dia todos da aldeia combinaram de ir para o mato tinguir com o tinguí na lagoa. Para isso, vai todo mundo da aldeia, levam alimentos para passar dois dias no mato e levam até as crianças. Então, foram para o mato e o homem ficou sozinho na aldeia, ficou só com as criações de animais, como galinhas e porcos. Não ficou ninguém na aldeia para conversar com ele. Com o passar dos dias, ele começou a ficar doente, ficava o dia todo deitado e gemendo de dor no ouvido. Assim, os dias foram passando. Um dia ele ouviu alguém entrando na casa e falou: “Como vai, meu sobrinho? Pode entrar?”. Era o urubu que, com a aldeia vazia, estavam passando por lá e ouviram o gemido do rapaz. Assim, resolveu ir ver, mas o rapaz estava muito fraco e não conseguia se levantar. Então, o urubu perguntou o que houve. O rapaz respondeu: “Entrou uma formiga no meu ouvido e dói muito. Meus parentes e minha esposa foram para o mato e eu fiquei aqui sozinho na aldeia”. Então o urubu perguntou para o rapaz: “Você consegue ir ali fora? Preciso que seja forte, vou te ajudar, vou tirar isso de seu ouvido”. O rapaz levantou e foi para onde a luz do sol era forte para tirar a formiga. Novamente, o urubu falou para outros urubus segurarem ele porque ia doer muito. Assim foi feito, conseguiram tirar aquele bicho do ouvido e já tinha muito pus. O rapaz ficou de repouso mais uns dias e começou a se recuperar. Depois os urubus voltaram para ver como ele se encontrava, se já tinha melhorado. As aves falaram que iam levá-lo para um lugar. Assim fizeram um trançado de asas que ficou bem firme e o levaram para passear no ar. Lá de cima o rapaz via sua família e sua esposa namorando com seu irmão. Os urubus fizeram com que o rapaz se tornasse um pajé, o melhor que tudo via. Então, ele ficou bom de saúde e voltou para aldeia. Logo o pessoal voltou para aldeia e sua esposa também. Ele não queria mais dormir com ela porque tinha visto tudo que ela fez e que

ficava mentindo. Um dia ele falou que ela estava grávida. Ela falou que era mentira dele. Ele foi no mato, trouxe uma flecha verde, esquentou no fogo e passou na barriga dela. O bebe saiu. Ele falou: “Não disse? Não quero mais você aqui comigo, pode ir embora para casa de sua família”. O Tyrkrê se tornou o melhor caçador, depois que virou pajé, quando ia caçar trazia muitas caças em pouco tempo de caçada.

Contei aqui uma história resumida do *Tyrkrê*, uma história de resistência e de resguardo nas matas, que têm muitas plantas medicinais usadas na cura das doenças. Os pajés sabem de todas essas plantas. Às vezes, o remédio da cidade não resolve e tomamos o remédio do mato. Quando não havia tanto contato com a cidade, nem existia equipe médica como temos hoje, o pessoal da aldeia se curava com os remédios caseiros — como aconteceu com meu pai. Ele foi picado por uma cobra muito venenosa e não havia condições de levá-lo para a cidade. Além da distância, ele não teria forças para chegar até lá. Então, foi levado para a aldeia.

Meu pai estava pescando com tinguí num córrego quando foi picado. Os homens que estavam com ele o carregaram na rede até a aldeia. Naquele dia, por causa disso, ninguém pegou peixe. Chegando à aldeia, minha mãe ouviu de longe os gritos dele, que já estava com muita dor e alucinações. *Inxê* ficou nervosa, mas esperou o pessoal chegar para entender o que tinha acontecido. Quando viu que era meu pai que estava gritando naquela rede, correu pedir ajuda ao compadre para que ele cuidasse dele. Meu pai estava sofrendo muito.

O pedido da *inxê* foi atendido. O pajé foi ajudá-lo. Quando era adolescente, ele havia participado de um ritual muito importante com meu pai. Por isso, tinham uma consideração de irmãos para toda a vida. Quando chegaram à casa, o compadre chamou outro pajé e os dois conversaram. Ninguém sabe o que foi dito.

Depois, foram para o mato, trouxeram algumas raízes e folhas e fizeram uma pasta bem forte. Passaram no local da picada e também deram para ele tomar. Naquela época, não havia posto de saúde na aldeia nem transporte para levá-lo até a cidade. Depois de algumas horas de agonia e dor, meu pai começou a melhorar. O tratamento para picada de cobra é demorado, exige muitos cuidados. Minha mãe, que dormia com ele, também fez o resguardo. Os irmãos dele também participaram: não podiam comer certos alimentos, tudo isso pela cura do meu pai. Foi um resguardo coletivo.

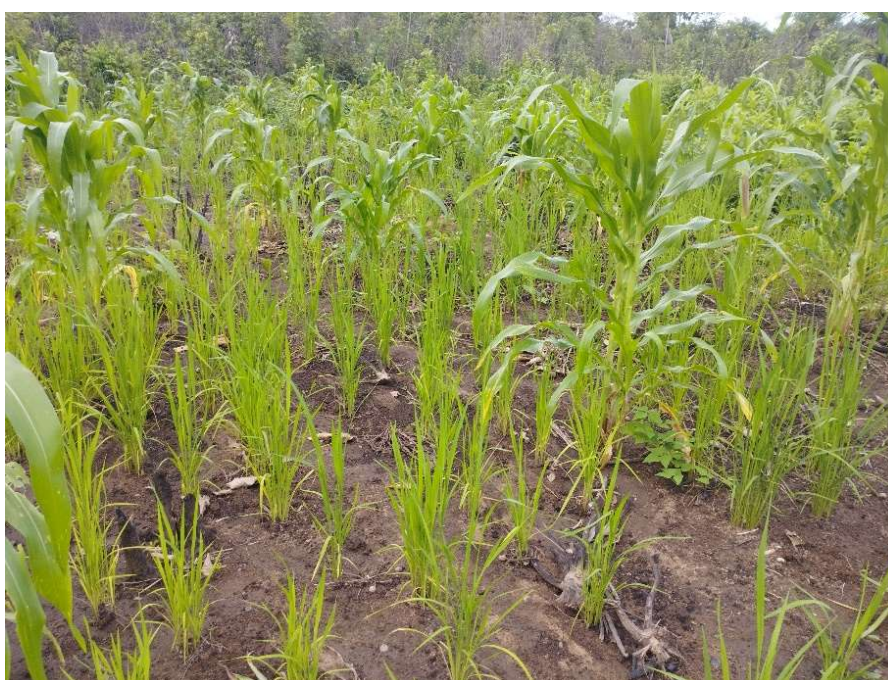
Todos os dias, os pajés levavam remédios do mato para ele tomar e passar no local da picada. Assim, meu pai foi melhorando. Logo pôde andar um pouco ao redor da

casa — mas nada de ir para longe ou para o mato. Depois de alguns meses de cuidados, ele se recuperou.

Temos muito o que narrar em nossas caminhadas. Acredito que, sem os pajés, nós não teríamos saúde e nem os cuidados que temos atualmente.

Conhecimentos de *mehî*, pajê

Imagem 12 - Pur (roça)



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia J. Krahô, 2022.

Nos costumes *mehî*, há vários elementos que os não indígenas não percebem a sua importância, diferente de nós *mehî* que já damos muita importância, como por exemplo, o pajé. Essa pessoa passa a ter uma visão diferente das coisas na aldeia. Segundo os mais velhos, os animais que escolhem uma pessoa para ser pajé porque acharam aquela pessoa bonita, ou só de ver ele andando sozinho no mato.

Nesta escrita compartilharei um acontecimento que aconteceu na minha família quando eu tinha uns 10 anos de idade, quando a gente morava na Aldeia Nova juntamente com toda nossa família. Meu pai gostava de fazer roças de toco para fazer as plantações de alimentos todos os anos, então, desde pequenas íamos na roça com ele. Em uma dessas roças que ele tinha feito, fizeram uma casa de palha de babaçu para a gente dormir e

guardar os alimentos que seriam coletados. Nessa roça já tinha mandioca na época de fazer farinha ou massa para fazer beiju. Então, minha mãe e algumas de suas primas foram na roça tirar as mandiocas para ralar e fazer massa. Assim que voltaram da roça e chegaram na casa de palha de babaçu, foram descascar e ralar as mandiocas. Nesse tempo minha mãe começou a sentir frio e muita dor de cabeça, não conseguiu mais ajudar as meninas e logo deitou na rede que tinha lá em casa. As outras mulheres continuaram nas atividades pois tinham que voltar para aldeia com a massa. Passou um tempinho, minha mãe já estava com muita febre e ouvindo sons estranhos. Então chamaram o meu compadre que é um pajé experiente. Ele foi lá ver minha mãe, logo percebeu que a mandioca escolheu minha mãe para ser pajé, mas segundo o meu compadre, minha mãe tinha a cabeça muito pesada para ser tornar um pajé. Então falou para ela não mexer com mandioca desde aquele dia, passou uns remédios caseiros e minha mãe logo melhorou. Assim, à tarde, voltamos para aldeia. Foi um momento em que me lembro que minha mãe não estava apta para ser tornar um pajé, o que também ela não quis porque tinha medo.

Somos pouco envolvidos com os não indígenas, mas alguns interessados em fazer trabalho com o povo krahô foram na aldeia ver como são os nossos costumes e nossas vivências, daí entraram no acordo de fazer um filme na área krahô e assim saiu o filme que assisti recentemente, “Chuva é Cantoria na Aldeia dos Mortos”, dirigido por João Salaviza e Renée Nader Messoria (2018). O filme retrata como um jovem *mehi* se comunica com o pai que já faleceu e como um pássaro o escolheu para que ele se tornasse um pajé.

No filme percebe-se a conexão com a natureza. Para o povo *mehi* sem a natureza não tem existência. O jovem *mehi*, chamado Ihjãc Krahô, perdeu seu pai e tem só sua mãe. Ele é casado e tem um filho pequeno, mora na aldeia Pedra Branca, na Terra Indígena Kraolândia. Segundo a sinopse do filme:

Aos pés de uma cachoeira, Ihjãc Krahô se senta e começa a lamentar a ausência do pai morto. Para a sua surpresa, o pai responde. A voz diz ao jovem para organizar uma festa de fim de luto, permitindo que sua alma siga o seu caminho e que os vivos prossigam com a sua rotina. Um instante depois, a calmaria local é tomada pela presença de uma chama, um fogo em plena água (SALAVIZA E RENÉE, 2018).

Para nós indígenas, alguns têm a “sensibilidade” de conversar com alguém que já faleceu, só os pajés têm essa visão e contato. O que foi registrado na Aldeia Pedra Branca relata como um *mehi* se torna um pajé e seus cuidados. No caso do filme era uma arara que gostou do jovem *mehi* e quis conversar com ele, mas ele não queria.

A arara para nós *mehi* é uma ave forte. Quando o animal escolhe a pessoa, geralmente, a pessoa não sabe o que fazer, rapidamente procura outro pajé experiente. No caso do filme, o jovem pensou que indo até a cidade mais próxima a ave iria esquecê-lo. Então, ele pegou o primeiro transporte terrestre que chegou na aldeia, pegou uma carona para a cidade sem roupa nem condição financeira. Na cidade, se não temos parentes, não temos condições financeiras, passamos fome. Mesmo assim, o rapaz foi.

Chegando na cidade, ele falou para o pessoal da Casa de Apoio à Saúde Indígena que estava doente, falou que sua cabeça estava doendo. Ficou dois dias internado. Depois, o pessoal da saúde já queria mandá-lo para aldeia. Ele falou que não queria voltar. O pessoal da Casa de Apoio à Saúde Indígena é assim, manda a pessoa ainda doente para a aldeia. Não sei se é porque geram despesas ou ocupam espaços, mas nesse caso, o rapaz não teve como ficar. Ele estava com medo de voltar para a aldeia, com medo de que o animal ainda estivesse procurando por ele, pois acreditamos que eles passam muito tempo a procura da pessoa.

O Ihjãc tem a sensibilidade de um animal do mato que tem interesse de fazê-lo pajé. Ele se sentiu mal quando estava no mato e ouviu algumas araras cantando bem em cima dele, em uma árvore. Ele voltou para aldeia e chegando em casa falou para sua mãe que estava mal. Logo chamaram o pajé mais velho da aldeia. O pajé falou: “um animal te escolheu pra você virar pajé”. Mas o jovem respondeu: “Não quero virar pajé não”. Como contei, o jovem precisou sair da aldeia e ir para cidade mais próxima para dar um tempo para que o animal se esquecesse dele. Durante sua ausência a família estava preparando a roça para logo terem a colheita e, assim, finalizar o ritual de luto do seu pai.

Nós *mehi* aprendemos desde criança que não podemos andar sozinhos pelo mato, pois a gente acredita que existem outros seres que estão ali, além de nosso alcance. Esse contato que temos com o mato são difíceis de explicar, são acontecimentos que a gente sabe que pode acontecer com qualquer pessoa da comunidade, porém, não estamos preparados para acontecimentos assim. Quando um animal escolhe uma pessoa, ela tem que passar pelo processo de aceitar ou não ser um novo pajé. Se o *mehi* aceitar, tem que provar para o animal que tem essa nova visão (uma visão que só o pajé tem para ver as

coisas). Se ele não aceitar, o animal pode não gostar de sua atitude e pode fazer muito mal, muitas vezes toda a comunidade fica sabendo do ocorrido.

Nós mulheres temos receio de ir para outras aldeias, pois os pajés podem botar feitiço e a gente pode passar mal ou morrer, somos mais visadas pelos pajé. Nós *cahhâj* que saímos da aldeia em busca de conhecimento, passamos por um processo de *amadurecimento* e assim, com os devidos cuidados, podemos ir para uma outra aldeia, mas precisamos fazer os remédios nos prevenindo contra possíveis feitiços de pajé de outras aldeias.

Os cuidados com o corpo e o espírito *mehî* sofrem com a influência dos *cupê*. Nossos conhecimentos e nossas práticas de cura não são respeitados de modo que eles não esperam o pajé “ver” a pessoa em processo de adoecimento e “atuar”, insistem que a pessoa deve ser deslocada para a cidade e ser atendida por um médico, como minha mãe relatou em sua dissertação (Prum Krahô, 2017, p.08). Isso também acontece com as mulheres *mehî*, que são convencidas a dar à luz na cidade, por exemplo, e têm que comer a comida de hospital que, de acordo com os nossos mais velhos, é muito pesada e pode fazer mal para a mãe e o bebê. Para nós, não precisamos pensar em um mundo ou outro, mas como os dois mundos – médicos e pajés – são usados a depender do problema. Geralmente, os médicos que trabalham conosco preferem que as pessoas se desloquem para a cidade para fazerem os tratamentos.

As *cahhâj* entendem muito de plantas medicinais, das folhas das plantas que nós mulheres não podemos passar em cima porque ficamos com as pernas doendo e com formigamento durante e depois das corridas com tora. Sabem qual a folha que as mais jovens precisam mastigar nas corridas para não sentirem sede nem cansaço. Sabem e ensinam remédios para as moças terem os seios pequenos, inclusive fiz esse remédio durante duas semanas. São muito ensinamentos e práticas de cuidado conosco *cahhâj*. Inclusive, quando a mulher está grávida, em primeiro momento, a mãe e a tia mais velha a chamam para conversar sobre os cuidados que deve ter. Por exemplo, quando tem eclipse lunar, a grávida não pode ver e não pode sair de casa, pois a criança pode nascer com a metade do rosto escura.

Hoje, nós mulheres *mehî* estamos ganhando cada vez mais espaço, estamos perdendo a “timidez”. Coloquei essa palavra, timidez, para passar a noção da complexidade de uma *cahhâj* falar. Nos nossos costumes, desde criança, aprendemos a ouvir, não discutir com nossos pais, não falar com o *rôpin* (compadre), respeitar os mais velhos, não falar no meio do povo quando estão reunidos. Desde criança os pais vão dando

esses conselhos, formamos uma coletividade nas aldeias, as *cahhâj* mais experientes explicam para as mais novas como são nossas organizações. Mas, cada vez mais, as *cahhâj* se propõe novos desafios, em coletividade, como participar de grandes eventos e viajar juntas para participar do Acampamento Terra Livre, por exemplo, que acontece todos os anos. Aqui, cabe uma interessante observação, ou melhor, uma mudança significativa nas *cahhâj*, elas estão superando o medo de se expressar em público e junto aos não indígenas, reivindicando suas demandas e direitos. Isso tem mudado aos poucos.

Ihkrâri ijôpenxá (primeiro trabalho de cupê)

Passamos por muitas perdas na família, e acredito que isso se deve ao descaso com a nossa saúde enquanto povo indígena. Desde quando eu morava na Aldeia Nova, via como éramos tratados. Eu era adolescente, e assim fui observando. Com o tempo, fiquei maior de idade e já podia trabalhar em um emprego que me garantisse um salário. Minha mãe e meu pai trabalhavam, e eu também queria trabalhar.

Na aldeia, as pessoas são escolhidas pela comunidade para exercer algum serviço. Quando a comunidade não está satisfeita com o trabalho, a aldeia troca a pessoa e coloca outra — é assim que funciona. Mas, nesse caso, foi diferente: fiquei sabendo que haveria uma prova para trabalhar como agente de saúde. Fiquei atenta. Chegou o pessoal da saúde na aldeia, onde havia um postinho, bem perto da casa da minha avó.

Da casa dela fui até o postinho e disse que queria participar da prova. E assim fiz. Depois, soube que eu tinha passado. Fiquei muito feliz. Na época, meus pais faziam curso de formação continuada de professores numa cidade bem longe da aldeia, e eu ficava com meus avós. Comecei a trabalhar — foi meu primeiro emprego.

Tomava banho bem cedo, tomava meu café e ia para o postinho de saúde. Pegava alguns remédios e visitava as casas, observava se todos estavam bem. Foi nesse processo que comecei a entender a importância da comunicação entre nós, mulheres, especialmente sobre saúde.

Quando a equipe médica chegava na aldeia, eu conversava com as mulheres *mehî* sobre o que poderia ser repassado ao médico. Foi nesse tempo que percebi como são difíceis algumas situações de diálogo. Muitas mulheres não se sentem à vontade para se comunicar com agentes de saúde homens. Sentem vergonha, acabam se calando e, por isso, muitas vezes perdem a vida. Isso nos entristece muito.

Na minha família, várias mulheres já fizeram cirurgias — para retirada de pedras na vesícula, no fígado, e até do útero — porque não havia mais como recuperar. Ver uma parente passar dias no hospital é doloroso. Muitas demoram a falar sobre o que estão sentindo. Isso dificulta o tratamento.

Eu costumava perguntar às mulheres *mehî* como elas estavam se sentindo. Às vezes, algumas me contavam e, então, eu levava a informação ao médico. Fui agente de saúde por mais de um ano. Depois, precisei sair do trabalho para estudar na cidade, onde minha mãe já tinha uma casa. Falei com a comunidade para que colocassem outra pessoa no meu lugar. Fiquei triste por deixar a aldeia, mas sabia que estava indo em busca do meu objetivo.

Hoje, com a visão que tenho sobre saúde e sobre o corpo das mulheres *mehî*, percebo que muitas das questões desta tese já estavam presentes naquele período em que fui agente de saúde na Aldeia Nova.

A caminhada fora da aldeia

Morei na Aldeia Nova, onde havia oferta escolar até o quinto ano do ensino fundamental. Foi necessário, então, pensar em um plano para continuar os estudos. Meus pais, que já mantinham contato há muito tempo com o pessoal do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), uniram-se aos professores Krahô e conseguiram recursos para a construção de um espaço onde indígenas dos povos Timbira pudessem estudar juntos. Assim surgiu o Pinxwyj Hempejxá, o centro de encontro do povo Timbira do Maranhão e do Tocantins. Foi lá que concluí o ensino fundamental.

O CTI esteve na aldeia para aplicar uma prova que selecionaria os estudantes aptos a ingressar no Pinxwyj. Fiz a prova e fui aprovada. Começamos, então, a frequentar o centro de estudos, sendo transportados da aldeia até lá por um carro. Estudávamos apenas com outros estudantes indígenas, em regime modular: passávamos um mês no Pinxwyj e voltávamos para casa, levando atividades para concluir na aldeia.

Lembro-me de ser feliz nesse período. Sorria com meus colegas, trocava ideias e confidências com outras meninas indígenas. Compartilhávamos o quarto, convivíamos intensamente e criávamos laços de amizade. Sentíamos saudade das aulas quando voltávamos para a aldeia.

Após concluir essa etapa, passei a estudar na cidade de Goiatins, município mais próximo da aldeia onde minha *inxê* morava. Iniciei o ensino médio com os *cupê* (não indígenas). Não me sentia feliz. Sentia-me excluída: quase ninguém conversava comigo e, muitas vezes, saía da sala de aula sem trocar palavras com ninguém. Comecei a observar esse mundo que era diferente do meu. Meus colegas pareciam muito inteligentes, e eu, por muito tempo, não reconhecia o valor do conhecimento *mehî* que eu carregava.

Na escola *cupê*, fui vítima de assédio, sem sequer compreender o que estava acontecendo, pois não conhecia esse conceito. Ainda assim, nunca repeti de ano. Sempre tive o cuidado de manter os estudos em dia e ensinava minha irmã, que morava comigo, sobre a responsabilidade que tínhamos uma com a outra. Íamos juntas para os lugares. Eu dava conselhos, ajudava nas atividades escolares. Minha alegria era chegar em casa e encontrá-la. Ela, Joxá, tinha 13 anos na época. Eu estudava à tarde; ela, pela manhã. Tínhamos uma renda muito pequena. Nossos pais viviam na Aldeia Mankraré, onde trabalhavam como professores.

Na cidade, percebi que precisava seguir horários rígidos para garantir minha segurança. Na aldeia, não existe essa imposição, nem o medo constante de violência. Lá, não há assaltos — respeitamos os *mê carô* e temos liberdade de circular a qualquer hora, pois todos se conhecem.

Estudava à noite, e a escola era distante da minha casa. Ia a pé e voltava tarde. Meu *inxû* comprou uma bicicleta vermelha para que eu pudesse ir à escola. Meus resultados escolares sempre foram bons. Prestava atenção nas explicações dos professores, fui entendendo a dinâmica do aprendizado no modo *cupê*. Não tinha vergonha de apresentar trabalhos, embora falasse pouco. Observava mais. Era tudo muito novo. Concluí o ensino médio no final de 2009. Fiquei feliz, mesmo sem participar de uma cerimônia de formatura — não sei por que não aconteceu, e também não fui atrás de explicações.

No início de 2010, manifestei à coordenadora do CTI meu desejo de ingressar na universidade e perguntei se poderiam me ajudar. Ela respondeu que sim. Passei o ano estudando para o vestibular, mesmo sem saber ao certo qual curso eu queria. Naquele mesmo ano, meu *inxû* faleceu. Minhas expectativas foram adiadas. Além da perda, adoeci — uma bactéria no estômago me deixou semanas debilitada, com perda de peso. Minha mãe, que cursava um curso longe da aldeia, precisou retornar a Goiatins para cuidar de mim e de minha irmã. Foi um ano de perdas e enfrentamentos.

Em 2011, tentei pela primeira vez o vestibular, na cidade de Araguaína, no campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o mais próximo de onde eu morava. Não consegui aprovação. Continuei estudando e, no final do mesmo ano, prestei o vestibular novamente. Dessa vez, fui aprovada para o curso de História. Na época, a UFT já possuía o sistema de cotas para indígenas, e realizei a prova junto com outros parentes. Também foi aprovado um rapaz do povo Karajá. Comuniquei ao CTI minha aprovação, pois sabia que precisaria mudar de cidade. Sair de Goiatins rumo a Araguaína foi um grande desafio, mas o desejo de estudar era maior.

Fui me tornando adulta enquanto transitava por dois mundos distintos. A linguagem, os modos de vida, as ideologias e as demandas eram diferentes. Na cidade, o individualismo, o capitalismo e a ambição são os valores centrais dos *cupê*. Enfrentamos, diariamente, desafios para sobreviver. O modo de vida urbano exige recursos financeiros para tudo. Para nós, indígenas, é difícil conseguir trabalho na cidade, mesmo que temporário. Com o tempo, fui compreendendo que temos muito a aprender com os mais velhos — e muito a ensinar aos *cupê*, sobretudo sobre o respeito entre mundos diferentes. Aprendi sobre a diversidade que compõe o mundo em que vivemos, e isso fortaleceu nossas lutas: pela melhoria de nossas comunidades, pela preservação de nossos territórios — nossa casa.

Na teoria dos não indígenas, natureza e ser humano estão separados. Para os conhecimentos *mehi*, um não pode se separar do outro. Como nós *mehi* podemos ficar sem o mato, os pássaros, as águas? Temos um grande respeito por esses elementos, eles nos mostram as mudanças de clima, nos alertam sobre possíveis eventos da natureza. Os mais velhos ensinam que o mato nos ouve e tem um dono, que o rio tem seus *tep* (peixes), nas roças têm nossas plantações que respeitamos. A mandioca, por exemplo, não pode ser colhida sem os devidos cuidados. Não podemos deixar os filhotes da mandioca que arrancamos do chão, pois eles podem ficar com raiva e nos fazer mal. O *ját* (batata) é o mesmo manejo, são tratados com respeito e cuidado.

Estudei História na UFT, em Araguaína, entre os anos de 2012 e 2016, época em que aprendi sobre o mundo *cupê*. A universidade passou por duas greves de seis meses: uma no início de 2013 e outra no início de 2014. Muitos colegas não voltaram após o retorno das aulas. Eu não possuía bolsa, mas recebia um auxílio do CTI, um gesto de consideração da coordenadora pelo meu *inxû*, que sempre apoiou a educação indígena e acreditava no meu esforço.

No meu primeiro dia na UFT, conheci a professora Elisângela, tutora do PET Indígena. Ela me convidou a conhecer a sala dos estudantes indígenas e, na semana seguinte, informou que abriria uma seleção para novas vagas no programa, pois alguns estudantes seriam desligados. Fiz a prova e fui aprovada para o PET Indígena — experiência que relato também na minha dissertação:

No PET realizamos muitas atividades de estudos – voltados para a nossa formação na UFT e de pesquisa com foco na nossa cultura indígena. Por ser incentivada a escrever sobre a cultura do meu povo passei a fazer contato com os pesquisadores que já haviam pesquisado o meu povo, como o antropólogo Melatti, Maria Elisa Ladeira, Emerson Guerra. Esses pesquisadores me enviaram por correio seus livros para que eu pudesse usar em meus trabalhos. Dentre as atividades realizadas no PET, destaco as aulas nas linguagens indígenas, toda semana era um petiano diferente que dava aula em sua língua. Eu ministrei várias aulas em *Mehi jáhkwa* (língua krahô) para meus colegas do PET e outros acadêmicos, e eu estava aprendendo com eles também algumas palavras. As realizações dessas atividades no PET foram de muitas aprendizagens, pois, eu adquiri muitos conhecimentos de outros povos que faziam parte do projeto como dos Karajá, dos Xerente, dos Javaé e dos Aticum. Visitamos o povo Xerente, o povo Karajá, o povo Javaé e o povo Krahô, não foram na minha aldeia (Jokahkwyj Krahô, 2019, p.42).

Minha *itôj* (irmã), Liliane Ahkrahkwyj Krahô, tinha 12 anos na época. Era com ela que eu dividia minhas alegrias e tristezas, enquanto vivia longe da aldeia. Na minha turma, lembro que realizava os trabalhos sozinha, mas isso não me deixava triste. Pelo contrário, reforçava em mim o pensamento de que eu iria concluir aquele curso de História. Recordo o quanto era difícil apresentar trabalhos sobre os Krahô, como era proposto em algumas disciplinas. Quando falava da minha aldeia e da minha família, sentia vontade de chorar, por isso evitava fazer esse tipo de apresentação.

Foi em Araguaína que desenvolvi rinite alérgica, devido ao ar poluído da cidade. Comecei a ter febre alta, dificuldades respiratórias e inchaço no rosto. Fui atendida duas vezes na UPA (Unidade de Pronto Atendimento). As técnicas de enfermagem realizaram exames, e o diagnóstico foi de rinite alérgica. Quando eu morava na aldeia, nunca havia

apresentado sintomas ou crises — o clima é diferente. O nosso corpo não está preparado quando mudamos de ambiente.

Demorei a me adaptar às notícias diárias de violência divulgadas pelas redes de comunicação. Fiquei muito assustada, pois, onde eu morava, esses episódios não aconteciam diariamente. Na aldeia, é difícil alguém adoecer ou falecer; são situações incomuns. Já na sociedade não indígena, isso é mais visível. Como não há hospital na aldeia, fazemos os cuidados em casa, acompanhando os doentes para que não se sintam sozinhos.

Durante essa minha caminhada fora da aldeia, observei muitos aspectos importantes para minha formação. Um deles foi aprender a viver sozinha, em uma casa vizinha à de outra pessoa, sem sequer saber quem mora ali. Isso me fazia refletir sobre as diferenças profundas entre os modos de vida. Fora isso, não havia ninguém para me convidar para tomar um café ou perguntar se eu estava bem. Eu contava os dias para voltar à aldeia.

As mudanças na vida são necessárias para que possamos compreender e valorizar nossas origens. Sou feliz com a família que *Pahpãm* me deu. Aprendi um pouco com cada pessoa ou apenas observando. O mundo não indígena é perigoso, amedrontador, ilusório e faz uma pessoa adoecer.

Para enfrentar esse mundo, preciso da minha família — ela é a minha base. Eu não poderia defender meu TCC longe deles. Para tornar possível esse momento junto do meu povo, conversei com meu orientador e expliquei a importância de estar na aldeia com minha comunidade. Mesmo morando distante, jamais deixaria de lado minhas raízes. Ele compreendeu. Em seguida, informei à comunidade que levaria meu orientador, e todos concordaram, dizendo que estariam nos aguardando.

Saímos cedo de Araguaína e, no início da tarde, chegamos à beira do rio. Após a travessia, chegamos à Aldeia Nova. O pessoal já nos esperava e ajudou com as bagagens. Fomos acolhidos na casa da minha mãe e da minha tia, onde descansamos, pois a defesa aconteceria no dia seguinte.

Logo pela manhã, todos já estavam acordados. Tomamos café e nos preparamos. O local escolhido para a defesa foi em frente à casa da minha bisavó Francelina, sob as mangueiras. Minha *inxê* convidou um cantor da aldeia Rio Vermelho e, enquanto ela me pintava, ele se preparava para entoar os cantos tradicionais Krahô.

Minha *inxê* me pintou com jenipapo e urucum, colocou os adereços em meus braços, pescoço e cabeça, e colocou o *cupexê*. Após pronta, partimos da casa dela em

direção ao local da defesa. Enquanto caminhávamos pela aldeia até a casa da bisa, o cantor entoava os cantos Krahô.

Foi um momento marcante, diferente do universo de defesas acadêmicas *cupê*. Os convidados da minha banca foram meu tio-avô Rapyhhi (liderança), minha bisavó (matriarca da aldeia) e minha mãe. Essa foi a composição da minha banca de defesa. Toda a comunidade estava presente. Foi emocionante ver as crianças ouvindo atentamente cada fala. Foi uma defesa linda. Fiz um bom trabalho. Falei sobre a educação indígena na minha família. Toda a comunidade ficou feliz com minha apresentação — inclusive eu.

Com esse momento, encerrei um ciclo: a graduação. Mas o desejo de seguir adiante me acompanhava. Eu queria iniciar outro caminho: o mestrado. Não queria parar por ali.

Imagem 13 - Defesa da minha monografia, Aldeia Nova



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia Krahô, Aldeia Nova, 2016.

Imagem 14 - Defesa da monografia (Aldeia Nova)



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Leticia Krahô, Aldeia Nova, 2016.

Após minha defesa e aprovação no TCC, decidimos fazer um registro (imagem acima), o qual revela, por meio do recorte daquele momento, a alegria coletiva por eu ter concluído a graduação sem esquecer da minha aldeia.

Ao retomar o período de escrita, lembro das longas horas em frente ao computador, tentando adaptar meu corpo a esse novo ritmo. Tive dificuldades com o sono, com a rotina imposta, e até em trocar de roupas mais de uma vez por dia. Hoje, reconheço essas dificuldades como parte do aprendizado. Quando falo do corpo *mehi*, refiro-me ao fato de que guardamos nele os nossos conhecimentos e experiências.

Busco compreender as teorias, os pensamentos e a linguagem *cupê*. Um dos maiores desafios, enquanto pesquisadora, historiadora e antropóloga indígena, tem sido escrever em português aquilo que aprendi na oralidade: as narrativas do meu povo. Inclusive, sobre as mulheres, que têm papel fundamental na organização da vida na aldeia. Como diz Grada Kilomba (2019, p. 28), “escrever emerge como um ato político”. Ao escrever, torno-me minha própria narradora e escritora. Segundo a autora, o gesto de escrever enquanto pessoa indígena é, também, um desafio contínuo frente a uma estrutura marcada por processos coloniais, exigindo que ela nos atenda com respeito. Escrevo minha trajetória com felicidade, pois aprendi a ter paciência comigo mesma e a me colocar no lugar do outro quando necessário, como forma de compreensão e escuta.

Faço parte de uma geração de mulheres que estão ocupando espaços dentro e fora das aldeias. Tenho sangue Apinajê misturado com Krahô, e também tenho parentes

no povo Canela, do Maranhão, por parte do meu *inxû*. Vivo entre dois mundos — *mehî* e *cupê* — e aprendi a dialogar com as *cahhâj* do *krî*. Somos mulheres fortes, guerreiras, e seguimos nos apoiando nos movimentos indígenas. Não queremos perder nossas raízes, mesmo quando estamos por muito tempo fora da comunidade em função dos estudos.

É por isso que desejo estar perto da minha família. Não tenho, nem faço planos de morar longe das minhas origens. A cada dia me convenço mais de que viver na aldeia, no mato, com ar puro, é muito melhor para minha saúde do que o ar poluído da cidade.

Sempre busquei saber mais sobre nossa origem, por onde passaram nossos ancestrais e por que chegamos à situação atual. Meus parentes sobreviveram a um massacre provocado por fazendeiros da região. São muitos os motivos que reforçam meu interesse em pesquisar e investigar as fontes que falam do povo ao qual pertenço.

Os conhecimentos que temos são guardados em nossos corpos — nas mãos, por exemplo. São mãos que tocam os objetos diretamente, que plantam, que pintam os corpos, que preparam os alimentos. Por isso, precisamos ter cuidado com o que pegamos. Os resguardos são feitos em conjunto. Se um filho está muito doente, toda a família participa do resguardo, pois o sangue de um é o sangue de todos da família. Se alguém está proibido de comer certo alimento, os demais se abstêm em solidariedade. Nossa comunicação sempre foi oral: por isso somos de escutar, de observar, de aprender com a prática.

Enfrento grandes desafios, desde minha forma de me comunicar como mulher indígena *cahhâj*, até os embates com a estrutura de uma sociedade hegemônica. Apesar disso, tive momentos bons, conheci pessoas que me acolheram, construí amizades. Mas nos sentimos muito vulneráveis em diferentes contextos. Quando caminhamos pela cidade, notamos os olhares. Ao entrar em uma loja, somos constantemente observados. Lembro de um episódio em que, na cidade onde fiz minha graduação, me perguntaram por que eu “falava enrolado”. Respondi: “estou falando a minha língua.” Foi difícil, mas nunca cogitei desistir da minha caminhada. A cada dia tenho mais certeza de que estou no caminho certo — e por isso não esqueço minhas raízes.

Como mulher criada pelos meus pais, percebo a força da coletividade nas atividades da aldeia. Todos tentam ajudar uns aos outros. Lembro de um dia em que nos reunimos logo cedo no pátio. Fazia muito frio. Dois pajés nos avisaram que uma doença se aproximava e que precisávamos nos prevenir. Três rapazes foram ao mato buscar folhas verdes e acenderam uma grande fogueira. Quando a fumaça começou, todos passamos por ela três vezes. Era um ritual de proteção para a aldeia, e todos retornaram às suas casas em seguida.

Em outra ocasião importante, quando um parente falece, seu espírito caminha por aí, mas depois retorna. A família pede ao pajé que pergunte quando o espírito voltará e o que ele deseja comer. Então, é preparado um banquete. Apesar da tristeza e da saudade, é um ritual necessário. Quando o espírito está de volta, todos são avisados do dia e da hora exata — não pode ser em qualquer momento. Toda a aldeia se prepara, pois o espírito não retorna sozinho. Traz consigo outros espíritos que podem fazer mal às crianças.

Todos esses aprendizados não são esquecidos. Ficam guardados em nossa memória, e, a cada dia, aprendemos mais sobre os cuidados necessários para andar no mato ou visitar outras aldeias.

Os desafios com o modo de vida cupê

O mundo cupê não é para nós, *mehi*. A adaptação é complicada. Primeiro, sem recursos financeiros, não há possibilidade de permanecer na cidade; depois, o modo de vida é muito diferente. O *cupê*, em modo geral, é muito só — mesmo que pertença a uma sociedade de multidão. Na cidade, a gente percebe essa diferença: nas ruas, nas lojas, e em meio à academia não é muito diferente.

Quando me mudei para a cidade de Goiânia, para estudar na pós-graduação, foi uma decisão de continuar no meu sonho de ter mais conhecimento na área das ciências humanas. Quando cheguei na cidade grande, continuei percebendo como era diferente o modo de vida dos *cupês*. Estava geograficamente muito longe de casa, mas minha vontade de estudar era grande. Não tinha noção do que iria enfrentar, mas não me intimidei.

Morei numa casa com quatro meninas, cada uma de um estado diferente: Minas Gerais, Pará, Brasília — e até da Colômbia. Era uma mistura de conhecimentos. Elas foram carinhosas comigo, me orientaram, pois eu não conhecia os lugares. Passamos momentos bons, conversávamos sobre nossas curiosidades de cada lugar que pertencíamos, sobre nossa alimentação e sobre nossas pesquisas. Fomos construindo um laço de amizade muito forte.

Mas também tive momentos ruins. A gente passava muito tempo estudando, trancadas no quarto. Quando ia chegando o final da tarde, eu lembrava da aldeia — dava um aperto no coração. Às vezes fazíamos comida juntas, outras vezes nos alimentávamos sozinhas — o que é diferente de onde vivi.

Nas aulas da pós-graduação, aprendi teorias que eram complicadas para nós, indígenas, mas eu tentava entender, pelo menos interpretar. Lembro que ficava até de madrugada lendo os textos e tentando compreender as ideias dos autores. Nas aulas, muitas vezes fiquei calada, tentando acompanhar o que o professor explicava. Eu tinha vergonha de perguntar; saía calada, pensando que mais tarde entenderia.

As teorias nos ajudam a compreender um pouco dessa dinâmica de escrita acadêmica que as instituições educacionais exigem de nós. Li alguns autores, como, por exemplo, Melatti — um antropólogo que visitou os Krahô na década de 1960 e escreveu no modo *cupê* de entender o mundo *mehi*. E assim, outros autores também escreveram: são escritas que nos ajudam a ver o que foi mudando com o passar do tempo em nossas práticas de ensino e cuidado.

Desse modo, vamos aprimorando nossa escrita — e sem esquecer o lugar a que pertencemos. Neste contexto, para Langdon:

o campo de estudos narrativos também tem presenciado um debate paralelo sobre o problema de como fixar a literatura oral para o texto escrito. Este “fixar” exige, para a análise de literatura oral, uma dupla preocupação em manter fidelidade ao texto linguístico e simultaneamente com a qualidade artística para invocar as sensações poéticas na leitura da tradução (LANGDON, 1999, p.14)

A autora trata da escrita das narrativas orais, que não devem perder sua essência ao serem transformadas em texto, mas também não podem fugir das regras da literatura escrita. É uma linguagem complicada de entender. E assim, vou passando pelos desafios da escrita em português.

Sofro muita pressão dos dois mundos. Do lado *mehi*, meus parentes me cobravam sobre quando eu iria parar de me dedicar aos estudos e voltar para a aldeia, para perto da minha família, quando teria filhos — pois minha mãe quer muitos netos para brincarem com meus sobrinhos. Já do lado *cupê*, sofro com a pressão de me dedicar mais aos estudos. Tenho que me atualizar com a escrita, e a cada dia surgem novos conceitos. Nesse mundo, existem muitas diversidades que precisamos entender melhor.

Essa escrita mostra um pouco da nossa realidade. Nessa caminhada, fui me tornando uma pessoa de diálogo, de dar conselhos — e gosto muito disso. Acho importante quando um mais velho me aconselha. As críticas são importantes para que eu possa rever minhas falas. Esses dois mundos, *mehi* e *cupê*, me ensinam muito; são

ferramentas que sei que poderei precisar no futuro, inclusive para ajudar minha comunidade.

Já viajei para aldeias que meus pais tinham medo de que algo me acontecesse. Já viajei para um país sem saber a sua língua. Acredito que nós, indígenas, podemos e somos capazes de realizar grandes projetos e ampliar conhecimentos com os demais parentes indígenas do Brasil.

Também aprendi a ser forte. Lembro que estou fazendo uma caminhada e que retornarei à minha família e à comunidade que não tiveram a oportunidade de estar nessa lida, mas que me dão força e coragem para continuar com esse pensamento de ser uma *mehî* em meio a tantos desafios fora do meu mundo *mehî*.

Tive que adaptar meu alimento. Na aldeia, como contei, eu comia beiju feito da mandioca da roça. Tinha a hortinha que meu pai fez para que eu cuidasse. Eu ia à roça, pegava batata, arroz, macaxeira, abóbora, melancia, feijão-andu, fava, cana-de-açúcar, inhame, banana, maxixi, quiabo, pimenta, milho e feijão. Ia com minha mãe ou com minha tia buscar esses legumes na roça, voltava para a aldeia, fazia o preparo deles e guardava o restante. Sem falar que eu ia pegar frutas com as meninas no mato. Além de comer comida sem veneno, eu caminhava muito.

A comida da cidade é muito diferente — a gente nem sabe do que é feita, quando e como foi feita. Às vezes, pode até nos fazer mal.

Minha caminhada é cheia de histórias boas e momentos de desafios. Nunca deixei de valorizar de onde vim, de lembrar dos meus princípios *mehî* e do afeto que nossa família tem. Somos apegadas às nossas mães, avós e tias. Levo comigo os ensinamentos das *cahhâj* da minha família. Sou uma *mehî* que, mesmo com as mudanças nos alimentos, tenta não esquecer os conselhos que me foram repassados — e vejo que me faz bem.

As *cahhâj* da minha família cuidam de mim. Quando visito suas casas, recebo comida e carinho. Isso é cuidado. Isso me fortalece. Por esses e outros cuidados, não poderia deixar de escrever os relatos das *cahhâj* da minha família, que são importantes — e quero que os *cupês* conheçam, pelo menos um pouco, dos nossos cuidados de *mehî*.

As *cahhâj mehî* sempre cuidam umas das outras, por isso sempre andamos juntas.

SOBRE OS RESGUARDOS: OS RELATOS DAS CAHHÂJ

Meu objetivo, nesta parte do texto, é compartilhar os relatos e as conversas que tive com as parentas *cahhâj*. Mulheres admiráveis, trabalhadoras, afetuosas. Com elas, aprendi a contar a nossa história. As *cahhâj* são aquelas que cuidam da casa, da família, e ainda realizam muitas outras atividades. São mulheres fortes, de grande influência em nossas comunidades. Seus saberes e experiências nos ensinam sobre cuidado, resistência e amor — por isso, é essencial registrar suas vozes e memórias.

Ao longo da vida, a pessoa Krahô deve realizar muitos resguardos, entendido aqui como práticas de cuidado com o seu corpo, a maneira correta de viver, de se alimentar, manter relações sexuais, planejar filhos, realizar suas atividades diárias que devem seguir regras para que a pessoa se fortaleça, ou seja, fortaleça seu corpo e não fique doente. Se a pessoa não faz o resguardo, ela não saberá mais quem ela é, não terá memória, pois para guardar os ensinamentos e o jeito certo de ser Krahô, a pessoa tem que viver, ouvir, praticar, falar, compartilhar. Esse conhecimento não está nos livros. (Prumkwyj Krahô, 2017, p.07)

A *cahhâj mehi* é a base da família. É ela quem cuida do marido, dos filhos, realiza os afazeres da casa, vai ao mato buscar frutas com outras mulheres, participa do plantio e da colheita na roça e também realiza os resguardos dos filhos. A mulher desempenha um papel essencial na comunidade. Desde que ingressei no mundo *cupê*, venho aprendendo ainda mais sobre essas questões, especialmente por meio da leitura de autoras indígenas, como Nelly Barbosa Duarte Dollis, do povo Marubo. Vejo o quanto certos temas são semelhantes entre nossas comunidades. Como afirma a autora: “a grandeza desse conhecimento cultural das mulheres está na minúcia do processo de como aprendem os diversos modos de ensinamentos das famílias, o tanto que elas valorizam o que para elas é o modo de vida que faz da pessoa um exemplo para os jovens” (Barbosa Duarte Dollis, 2018, p. 32).

A partir das vivências e dos relatos das mulheres da minha família, especialmente de *wrykwyj*, minha bisavó, fui compreendendo as diferentes formas de ensinar, aprender e conhecer as coisas do mundo *mehi*. Com as conversas e memórias de

minhas parentas, entrelacei minha própria trajetória à das mulheres-cabaça, que são fontes de sabedoria e força em nossa comunidade.

Tive também a oportunidade de conversar com outras mulheres *mehî* de diferentes aldeias. Com elas, aprendi mais sobre as formas de transmissão dos conhecimentos tradicionais: o preparo de remédios com plantas medicinais, os cuidados com o corpo das *cahhâj*, os resguardos e os alimentos utilizados antigamente. Reflito sobre como esses saberes circulam hoje — se ainda se mantêm ou se foram esquecidos. Estamos, nós mulheres, seguindo o aprendizado *mehî*?

As narrativas que apresento a seguir foram colhidas em momentos e locais diversos: algumas na aldeia, junto aos parentes, outras em espaços urbanos, nas casas da minha família ou durante atividades de pesquisa em equipe. Minha inquietação cresceu diante da constatação da importância de preservar e transmitir os conhecimentos das mulheres sobre o corpo, o cuidado e os resguardos, sobretudo para os jovens que já não vivem nas aldeias e que muitas vezes deixaram de praticar esses costumes que garantem saúde e equilíbrio.

Os cuidados com nossos corpos envolvem não só a alimentação, mas também o manuseio de objetos, artefatos e produtos da roça. Os alimentos dos resguardos, por exemplo, muitas vezes são preparados sem sal. Hoje, vejo que nos alimentamos com comidas da cidade, o que me preocupa, mas percebo também que os resguardos ainda resistem. Acredito que podemos fortalecer esses saberes promovendo rodas de conversa e atividades de escuta e partilha. Temos realizado algumas ações junto ao CTI, envolvendo pesquisadores *mehî*, voltadas à valorização do cerrado e do nosso modo de vida no território.

Durante uma dessas atividades em aldeias, conversamos com os mais velhos e mais velhas e compreendemos as razões de certas mudanças em nossos hábitos. A aproximação com o modo de vida *cupê* tem sido influenciada pelo acesso a benefícios governamentais, cargos assalariados, além dos impactos do desmatamento, da contaminação dos rios, da diminuição de peixes e caças. Tudo isso afeta nossa autonomia e compromete nossas práticas tradicionais. Precisamos fortalecer nossas roças (*pur*) e reduzir o consumo de produtos da cidade.

Nas conversas com as mulheres mais velhas, ouvi que, durante a gravidez, elas continuavam trabalhando na roça, realizando os afazeres da casa e, até o oitavo mês de gestação, corriam com tora de buriti. Isso revelava um cuidado e uma saúde fortalecida pelos resguardos. Elas não tomavam remédios da cidade e não sentiam dores até o

momento do nascimento do *craré*. Hoje, a realidade mudou, como já mencionei. Não podemos, contudo, abandonar o nosso modo de vida *mehi*. Nosso território é vital: sem ele, não teríamos onde cultivar nossas plantas medicinais, nem espaço para manter nossas roças.

Meu contato com as mulheres mais velhas da minha família acontece em várias ocasiões, especialmente nos períodos de festas, rituais, partidos, ou em visitas para conversar e matar a saudade. Em dezembro de 2020, reencontrei quase toda minha família em Goiatins/TO. Naquele dia, minha prima Luciana Krahô levou minha bisavó para a cidade, para comprar alguns remédios, pois ela estava muito fraquinha. Fiquei feliz com o reencontro — fazia alguns meses que não as via. Já conheci minha bisa com os cabelos brancos. À noite, sentamos no quintal e conversamos. Ela me contou histórias de sua juventude, algumas das quais relato a seguir.

Wryhkwyj (bisavó)

Fui crescendo e observando como era a minha bisavó. Ela já tinha cerca de 80 anos e gostava de fazer promessas para um santo, reunindo muitas pessoas e preparando muita comida para essas ocasiões. Ela e meu bisavô tinham prazer em cultivar a terra — faziam roças grandes e plantavam muitas sementes, sempre pensando em garantir fartura para as festas. A casa dela estava sempre cheia de filhos, netos e bisnetos. Durante um bom tempo, foi ela quem criou minha mãe, pois minha avó havia se mudado para a roça.

Minha bisa também preparava remédios caseiros, sempre em coletivo, principalmente para as crianças. Fazia, por exemplo, remédio para gripe, para vermes, e outros remédios amargos. Eram feitos com folhas e cipós, preparados em uma grande bacia com água. Cada criança tinha que tomar um copo daquele remédio logo ao acordar, ainda em jejum. Não havia como recusar — era para a nossa saúde. Ela criou todos os filhos com muito trabalho e dedicação, cuidando para que estivessem sempre fortes e saudáveis.

Foi uma mulher de grande força física e espiritual, dedicada ao cultivo da terra, ao cuidado com os seus e à preservação de nossos saberes. Mas ela também carregava um trauma profundo, marcado por um episódio violento de nossa história. Ainda na infância, minha bisavó sobreviveu ao massacre de 1940, que atingiu brutalmente o nosso povo. Esse acontecimento deixou marcas em toda a comunidade. Como abordei em minha

dissertação (Jokahkwyj Krahô, 2019), ela um dia compartilhou comigo o relato desse massacre, que passo a narrar a seguir, como parte da resistência de nossas mulheres.

(...) um dia um *cupê* montado a cavalo veio até os *mehî* e falou para um *mehî* que os fazendeiros estavam se organizando para atacar a aldeia, mas o *mehî* não acreditou, pensou que era brincadeira. Depois de uns dias o mesmo homem voltou à aldeia falando as mesmas histórias, mas agora para uma mulher. A *mehî*, então, falou para seus parentes tudo que o *cupê* lhe disse. Contou ainda, que os capangas dos fazendeiros iam levar boi e, no outro dia, iam levar sal para eles e ninguém acreditou. À noite todos os *Mehî* daquela aldeia estavam cantando no pátio como sempre faziam; os jovens solteiros que gostavam muito de dormir no *cà* depois da cantoria, ficaram lá deitados nas suas esteiras, vendo as estrelas e contando histórias ao redor de uma fogueira de madrugada mesmo, sem relógio para contar as horas, eles sabiam exatamente quando estava amanhecendo, hora em que o cantor voltava para o *cá* para cantar até o dia amanhecer completamente. Mas esse dia não amanheceu em cantoria. Um dos *Mehî* ouviu um tiro de rifle vindo de um dos lados da aldeia, logo ouviram mais outros tiros ao redor de toda a aldeia, foi aquele susto e correria, até então, ninguém estava entendendo o que estava acontecendo; os primeiros a serem atacados foram os meninos que estavam dormindo no pátio, morreram muitos *Mehî*, durante esse ataque. Wryhkwyj ainda muito nova ficou sem saber o que estava acontecendo; ela conta que a mãe dela correu sem levar as duas filhas que ficaram para trás; *wej* que era a mais velha pegou a irmãzinha pequena e saiu correndo no meio do mato com ela; falou para sua irmãzinha não chorar porque se não os *cupês* iriam encontrá-las e matá-las. Longe, bem longe dali, entraram numa roça que tinha uns pés de banana e ali ficaram sentadas sem falar nada, só escutando a zuada das balas no mato; um *cupê*, conhecido do pai delas, passou por elas e disse que não faria nada com elas, que poderiam sair e tentar fugir. Quando tudo ficou mais calmo, um tio passou e resolveu ajudá-las, levando-as para mais longe. A *bisa* tem muitos medos, por causa disso; até hoje quando tem movimento na aldeia ela já quer ir embora para o mato, talvez seja por isso que não gosta da cidade. (Jokahkwyj Krahô, 2019, p.59-60)

Atualmente, minha bisavó encontra-se bastante idosa, com mobilidade reduzida e memória por vezes fragilizada, mas ainda conserva lembranças importantes de sua trajetória. O tempo passou, e com ele vieram as limitações físicas, mas sua presença permanece como referência de sabedoria e resistência. Criou todos os filhos com muito trabalho e zelo pela saúde da família. Ao longo da minha convivência com ela, pude perceber a dimensão da caminhada de vida que trilhou — uma trajetória marcada pelos ensinamentos *mehî*. Todos os seus filhos residem em aldeias e seguem esse mesmo caminho, ocupando posições de liderança e sendo reconhecidos como conselheiros. Os netos, por sua vez, continuam a trilhar esse caminho.

No mês de dezembro de 2020, tive a oportunidade de conversar com minha bisavó Wryhkwyj em Goiatins, na casa de minha *inxê*. Sentamos no quintal, onde ela fumava seu cachimbo, com seu mocozinho ao lado. Em dado momento, me perguntou com naturalidade o que eu queria com aquela conversa. Expliquei que fazia parte da minha pesquisa na universidade. Ela, então, disse que eu já tinha estudado demais, que era hora de voltar para a aldeia e formar minha família, como haviam feito minhas primas. Suas palavras me deixaram sem jeito, mas respondi que estava quase finalizando meus estudos e que logo voltaria. A seguir, compartilho parte desse nosso diálogo.

Perguntei sobre sua trajetória como mãe, quantos filhos teve e se havia feito resguardos durante as gestações. Então, percebi que ela tem poucas lembranças devido a sua idade avançada. Mas com o pouco que ela me relatou, entendi a importância dos resguardos. Segundo sua narrativa, todas as vezes em que teve um filho, teve que seguir as orientações de sua mãe sobre quais as comidas não poderia comer, com quais carnes de caça poderia se alimentar. O companheiro dela, meu bisavô, foi um dos melhores pajés da época. Segundo minha bisa, ele deixou de ser pajé porque estava cansado de ver acontecer coisas ruins com as pessoas da aldeia por causa de outros pajés

Segundo bisa, ela fez resguardo dos filhos, foi corredora. Inclusive, relatou um uma história de quando era nova, ainda sem filho, mostrando como foi uma boa corredora: certa vez, ao buscar coco de babaçu distante da aldeia, foi surpreendida por um animal desconhecido. Mesmo carregando um cofó cheio de cocos, correu tão rápido que ultrapassou meu bisavô e chegou primeiro ao rio, onde conseguiram atravessar. Sua resistência física era resultado direto da alimentação saudável, baseada nos produtos da roça, como batata, milho, feijão e frutas nativas. Por isso, mesmo com a idade avançada,

nunca precisou usar óculos — embora tenha machucado um dos olhos durante uma viagem de carro.

Hoje, ela ainda se dedica aos artesanatos, atividade que mais aprecia. Relatou aspectos da vida atual na Aldeia Nova, de onde minha família se mudou, e onde meus pais atuaram como professores na escola Panrã. Atualmente, quase ninguém permaneceu na aldeia — a maioria mudou para a aldeia Kajpekri —, mas minha bisavó insiste em ficar. Alguns netos e bisnetos ainda vivem com ela. Ela evita ir à cidade, pois guarda traumas profundos de sua infância, quando presenciou um ataque brutal por parte de capangas de fazendeiros, ainda antes da demarcação oficial do território. Como relato em minha dissertação (Jokahkwyj Krahô, 2019), o massacre de 1940 marcou profundamente sua trajetória e a de toda a nossa comunidade. Ainda hoje, qualquer movimentação incomum na aldeia a deixa apreensiva e ansiosa para sair dali.

Durante esse período de convivência, fui percebendo a extensão de sua experiência de vida. Ela costumava correr muito, até que, certa vez, caiu com uma tora e lesionou a coluna. Desde então, sua postura ficou curvada, e ela precisou parar de correr e carregar objetos pesados. Em julho de 2019, retornei ao Tocantins e a reencontrei — dessa vez, debilitada, fraca e com dificuldades para se alimentar. Já não reconhecia os nomes dos filhos e havia perdido a visão. Segundo minha avó, sua alimentação era restrita a sopas e alimentos leves. Minha mãe, como neta mais velha, sempre que pode, cuida dela.

Sinto imenso orgulho dessa mulher, uma verdadeira *cahhâj* guerreira, que enfrentou perdas de netos e bisnetos, e mesmo assim permanece firme, resistindo e vivendo cada dia. Sempre que preciso me ausentar em viagens, fico com o coração apertado, temendo receber notícias ruins. Mas sigo acreditando que ela continuará entre nós por muito tempo. Para nós, jovens da aldeia, as mais velhas são verdadeiras bibliotecas vivas. São elas que nos fortalecem, protegem e preservam nossas comunidades.

Tuhhôc Krahô (avó)

Com o passar do tempo, a experiência vai se acumulando, e junto a ela surgem reflexões sobre os caminhos percorridos. Tenho profunda admiração por nossas *cahhâj*, mulheres que transmitem força, afeto e sabedoria. Em especial, trago aqui memórias da

minha avó *Tuhhóc*. No meu afastamento para estudar na cidade, ficava lembrando como ela é carinhosa comigo, e sentia muita saudade dela. com quem mantenho um laço afetivo muito forte. Ao longo da graduação, aproveitava as férias para visitar a aldeia da minha mãe e, sempre que possível, fazia questão de ir até a aldeia onde minha avó vive. O retorno à cidade era sempre acompanhado da saudade das minhas irmãs, sobrinhos e, especialmente, da escuta das histórias contadas por minha avó.

Minha avó contou que quando era bem nova queria muito estudar numa escola de *cupê*, mas não teve essa oportunidade, aprendeu muito convivendo com sua mãe, minha bisavó, por meio da convivência e da oralidade. Mesmo com a idade avançada, ela nunca precisou usar óculos, pois realizou diversos resguardos e sempre manteve uma alimentação saudável, baseada nos produtos da roça. Em nossas conversas, minha avó compartilhou comigo parte de seus conhecimentos, repassando saberes que carrega desde a juventude.

Em uma das visitas à Aldeia *Kaypekri*, onde ela vive, em uma tarde tranquila, enquanto estávamos em sua casa, ela me confidenciou o desejo de aprender a escrever o próprio nome. Fiquei emocionada com sua iniciativa e me dei conta de que, até então, eu mesma — sua neta — não havia pensado em ensiná-la. Pedi uma folha e um lápis à minha prima e escrevi seu nome. Ela ficou muito feliz de escrever seu o nome pela primeira vez.

Imagem 15 -Naímar Tuhhôm Krahô, Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Leticia J. Krahô, Aldeia Sol, 2022.

Minha avó, Tuhhôm, enfrentou muitas dificuldades ao longo de sua vida, sobretudo quando era mais jovem. Quando já tinha minha mãe e meu tio, foi abandonada pelo meu avô, que seguiu para trabalhar em um garimpo no Pará. Durante esse período, ela precisou sustentar os filhos sozinha, enfrentando inúmeros desafios. Mais tarde, meu avô retornou, e ela o acolheu de volta, mesmo sem saber que ele havia constituído outra família. Tuhhôm possui uma virtude que é ser calma, paciente. Ela fala de forma calma mesmo quando está brava, diferente de sua mãe que é brava.

Na época em que enfrentou essa fase sozinha, minha avó adoeceu gravemente. Foi minha mãe quem cuidou dela. Tuhhôm passou muito mal, emagreceu muito, tomava remédio do mato, mas nada resolvia. Conseguiram, então, encaminhá-la para a cidade, onde foi atendida e diagnosticada com pedra na vesícula. Realizou uma cirurgia e

permaneceu vários dias em recuperação na Casa de Saúde Indígena, em Araguaína. Ao retornar à aldeia, retomou os cuidados com remédios caseiros para uma cicatrização rápida. Não podia comer carne de caça, como carne de anta e veado macho, que são carnes fortes para quem está em recuperação. Ela passou esse desafio e continua firme e forte produzindo seus artesanatos na aldeia.

Em um de nossos encontros, conversei com ela diretamente sobre minha pesquisa. Ela aceitou me contar de sua experiência, de como foram os cuidados que teve para ter os filhos, as carnes de caça que não poderia comer durante o resguardo. Foi na cidade de Goiatins, na casa de minha mãe, que essa conversa aconteceu. Após o jantar, percebi que minha avó estava com vontade de sentar conosco, tomar um café e conversar. Convidei-a a relatar suas experiências, especialmente sobre os resguardos que realizou após o nascimento de seus filhos. Com um sorriso no rosto, ela disse que contaria, e me preparei: acomodei-me ao seu lado, coloquei o celular próximo para registrar a conversa, e expliquei que ela poderia falar livremente, do jeito que quisesse. Ao seu lado, minha prima estava sentada com seu bebê no colo. Assim, começou a conversa. Segue um trecho do relato de Tuhhóc.

Meus pais me deram um nome Tuhhóc filha de Kwyrkwyj e Rixwatuc, minha inxê, então, esse é o nome que eles me chamam e assim que eu vivo, desde minha adolescência, já vi ouvindo a minha mãe falando o que eu não poderia comer, quais as caças do mato nós, quando menina, não podem comer, pois no futuro teremos filhos e podemos ter problemas com a saúde da criança. Não pode comer tatu-peba, nem tatu-xina, não pode comer nada que é no borralho, as batatas novinhas que são tirados da roça, inhame. As batatas que você pode comer é quando faz uma plantação na roça inteira e não mexeram na plantação até no dia do jât jô pin, daí eles podem fazer um assado, daí pode comer. É uma forma de respeito com a leguminosa pois nas nossas narrativas as batatas eram pessoas como nós. Os animais são muitos, os animais que voam jacu, a seriema e ema se for a carne boa, sem ossos, eles podem te dar, mas os demais pedaços, eles não dão não. O resguardo não é só quando tem um filho não, você tem que se resguardar. Às vezes quando você menstrua, talvez você não sabe, se ficar comendo tudo que ver, você pode ter cabelos brancos bem nova, seus ossos podem ficar secos, você pode perder seu espírito e não tem ânimo para nada nem para ninguém. Essas histórias são narradas, assim que eu ouvia. Minha inxê não me dava nada disso, nem mesmo se ela assasse um tatu-xina, não me dava não. Se comer esse animal você fica

com a pele seca, a peba tem muito sangue. Quando fica menstruada, esse animal faz mal. Se eu comer vai ter cheiro ruim em mim. Tomrè também tem muito sangue, faz mal. Ela fala para eu fazer resguardo, é o que eu falo para os meus filhos. Esses resguardos, essas restrições de alimentos, tudo eu falo para eles, para eles não comer tudo que ver. Essas histórias que eles me contam eu repasso para vocês. Quando nasceu meu primeiro filho, logo não me deram nada o dia todo. Tinha uma massa de mandioca, mas eu só poderia comer depois de uns dois dias, porque a massa tem um líquido que poderia me fazer mal. Só depois que eles poderiam fazer um beiju para eu comer ainda, mas bem pouco. Carne de caça nem pensar. Come um pouquinho e toma um pouco de água e só isso, depois vai deitar. Sal nem esperar, porque eles não vão te dá. Com esses relatos eu conto para vocês, na alimentação a restrição é grande.

Quando passar alguns dias, daí eles podem e fazem uma comida bem grande, daí você pode ver, ainda não é para comer, depois que eles fazem outra comida para você poder comer, sem sal e ainda seu estômago não quer aceitar. Você está sem comer sal por muito tempo que seu corpo não aceita mais, pode comer muito se quiser. O sal é assim, se ficar muito tempo sem comer fica diferente a comida. Não sei porque é assim. Olha a sua mãe fez o resguardo, mas ela fez um período curto e não foi até o final. O irmão dela também fez o resguardo. Quando eu falo desses cuidados, eles não me escutam e ainda teimam comigo e já não fazem mais o resguardo, já comem tudo que aparecem pela frente, já comem frango, feijão, já não comem nada sem sal, minhas duas netas Potuc e Tejakâ não fizeram o resguardo, comeram as comidas que tinha, já estava reclamando que a comida estava sem sal. Os cupês têm outra forma de se resguardar, nós, mehî, temos o nosso jeito. Os cuidados são para você não sentir dores tão cedo nos ossos, nem ter o cabelo branco muito cedo. Por causa desses cuidados que nós fazemos os resguardos bem rígidos, nem tudo você pode comer, daí seu corpo vai ficar firme e, assim, fica feliz porque para ficar doente é só não se cuidar, logo sentirá dores. E então, quando uma criança, os pais fazem bem o resguardo, ela tem uma aparência bem bonita, a pele dela fica ótima, porque quando é ao contrário, a criança já fica bem diferente com cara doente.

Para nós mehî, os cuidados com a saúde e bem-estar das crianças é importante. Acreditamos que se nós adulto não cuidar bem da criança, ela pode até morrer, olha que ruim isso. Mas então, até a forma de pegar o bebê no colo tem que ter o jeito certo. Nós mehî acredita que o carô (o espírito) pode levar seu craré (criança), como assim? Vou explicar: quando o craré ainda é bem pequeno ninguém pode colocá-la com o rostinho

virado para as costas do adulto que está com a criança, ela não pode ficar olhando para onde não tem ninguém, pois essas horas que o espírito aparece e leva o carô dela embora. Se o pajé não consegue chegar a tempo de salvá-la, ela pode morrer. A criança vai perdendo o ânimo, não quer mais mamar. Isso é muito sério! Outro fato é que se o carô passar a mão no seio da mãe do pequeno nenê, logo ele não vai mais querer mamar, só o pajé pode resolver. O pajé ainda fala quem foi esse carô, são pequenos detalhes que levamos a sério. Esses acontecimentos, a gente vê no cotidiano na aldeia, vê na nossa família, por isso o conselho dos mais velhos é importante, a experiência de tudo que já passaram na vida.

No relato da minha avó tem elementos que preciso esclarecer melhor, como o *carô*. Acreditamos que o *carô* não vai para o céu como alguns *cupê* acreditam, mas sim que vão andar por aí e voltam para nos visitar. Acreditamos que tem *carô* bom, que são de nossos parentes, e que tem ruim, que podem nos fazer mal. Eles andam com o vento e gostam de andar a noite. Os relatos sobre esses elementos fazem parte da nossa existência como *mehi*. Temos respeito por esses *carô* e por outros que vivem no mato como *mê carôti*, que temos muito medo.

A minha avó Tuhhóc é uma das mulheres que mais têm a ensinar sobre esses saberes. O trecho de nossa conversa foi fundamental para compreender as diversas formas de aprendizado no mundo *mehi*. São as mais velhas que orientam sobre o que devemos ou não comer. “Não se pode comer tudo o que aparece pela frente”, assim ficamos com o corpo firme e saudável, não envelhecemos cedo e não temos dores. Além disso, os resguardos dos pais são importantes para as crianças, para que fiquem bonitas e saudáveis.

Nós krahô temos o costume de visitar os parentes que residem em outras aldeias. Tenho tias que moram longe, e por isso não consigo visitá-las com frequência. Outras, no entanto, vivem em aldeias próximas e podem vir nos visitar quando é possível conseguir transporte. Em setembro de 2020, uma tia-avó veio à aldeia Sol. Ela é casada com o irmão mais novo do meu pai. A filha mais velha deles se mudou com seus filhos e netos para nossa aldeia, devido a conflitos internos. Assim, quando conseguem transporte, eles vêm visitá-la. A viagem entre a aldeia Kajpekri — onde moram — e a aldeia Sol é longa, ultrapassando os 100 km. Os custos com transporte são altos, o que torna essas visitas difíceis. A tia que veio nos visitar se chama Pekê, irmã mais nova de minha avó Tuhhóc.

Diferente da minha avó, que é calma, Pekê é mais agitada. Apesar de mais nova, também passou por situações difíceis de saúde. Preciso fazer uso de medicamentos

controlados e ficou doente como minha avó. Como os remédios da aldeia não tiveram efeito, o carro da saúde a levou à cidade de Goiatins. Ela fez exames e descobriu pedras na vesícula, teve que fazer uma cirurgia, fez o mesmo processo de minha avó.

Durante a visita que fez à aldeia Sol, senti vontade de conversar com ela sobre minha pesquisa, pois sabia de sua experiência de vida – ela teve seis filhos – e de sua disposição para contar histórias. Essa escuta, realizada em momentos cotidianos, mostra o modo como os conhecimentos *mehî* circulam, o modo como aprendemos.

Pekê Krahô (tia-avó)

Em setembro de 2020, eu estava na aldeia Sol, onde temos um riozinho que precisa ser atravessado para se chegar à aldeia, pois o carro não consegue passar. Estávamos no rio, nos banhando, quando vimos chegar uma caminhonete cheia de *mehî*: eram meus parentes da aldeia Kaypekri, meu tio Ihhôjhhê e minha tia-avó Pekê, que vieram visitar a filha, nossa prima, que havia se mudado para morar perto da minha mãe. No tempo das chuvas, o rio fica cheio, por isso temos um pequeno barco para fazer a travessia. Eles também aproveitaram para se banhar no rio antes de seguirem para a casa da Capekwyj. Mais tarde, nós os visitamos — eu estava na casa da minha irmã, do outro lado da aldeia — e no dia seguinte, eles continuaram as visitas, passando inclusive na casa da minha irmã Ahkrahkwyj.

Aproveitei esse reencontro para perguntar à tia Pekê se ela poderia me contar sobre os resguardos que fez quando teve seus filhos. Ela disse que sim, mas que antes queria fumar um cigarro. Sentou-se numa cadeira, ajeitou o cigarro ao lado, e então me disse que ia me contar um pouco. Era de manhã, e naquele momento estávamos só nós duas na casa. Com calma, ela começou a narrar parte de sua trajetória e os cuidados que seguiu para que seus *craré* crescessem com saúde e sem adoecer facilmente. A seguir, apresento um trecho de sua fala:

No meu tempo, quando eu conheci ou quando sai da barriga da minha mãe, hoje vejo entendendo estou na aldeia Sol. Não sei o que me deram que tomei. Minha aldeia chama Kajpekrî, Nova Aldeia, eu mesma moro lá no Kajpekri e sou esposa do Ihhôjhhê, eu sou Pekê. Hoje estou aqui na aldeia Sol, pois nós temos roças e tenho minha filha que mora aqui, tem meu neto também que já casou. Estou feliz com isso, minha sobrinha mora aqui,

a Creuza, foi ela que fundou a aldeia. Quando eu era nova, minha mãe não me dava tatuxina, nem quati, esses bichos do mato que a gente come. Não me dava certos tipos de mel. Depois que eu tive nenê, minha mãe só me dava só macaúba ou era milho, lembro que foi mês de agosto, o ano não lembro. Também eles me davam coco para fazer leite para o nenê, isso todo o cuidado. Quando eu levantava me dava tonturas e minhas vistas ficavam escura. Eu estava fraca pois não comia nada, isso para vocês ter corpo forte e ser corredor até ficar velho. E se você não fazer resguardo você fica velho. Quando tem a primeira menstruação tem que comunicar a sua mãe, depois que ficar o resguardo daí vão fazer o seu paparuto e vão caçar. Se não matam nada, vão caçar todos os dias. Se você tiver sorte, os caçadores vão matar logo um bicho para o seu paparuto. Quando eles arrumam o animal daí fazem o ritual, foi assim que ouvi os mais velhos. Já passei muitas coisas na vida e já estou velha e fiz alguns resguardos dos meus filhos, só teve um que não fiz resguardo. E eu sei muitas plantas que servem para o remédio e também para a gripe e eu guardo alguns na minha casa. Para qualquer doença tem remédio no mato, os pajés sabem também. Aprendi com os mais velhos e aprendi em outras aldeias que fui, aprendi outros remédios, foi assim que aprendi algumas coisas e era isso. Lembro que meu pai saía cedo para pegar cascas de uma árvore para fazer chá, colocava a casca em um recipiente e colocava água que a cor ficava bem escura e forte, amargava muito, mas a gente tinha que tomar para tirar a dor

O relato da tia-avó Pekê nos oferece elementos importantes para reflexão, sobretudo para nós, jovens krahô, que estamos vivenciando transformações em nossos modos de vida. Muitos dos saberes e práticas que ela compartilhou já não são mais usados com a mesma frequência, como alguns remédios que, segundo ela, eram comuns em sua juventude, mas que hoje foram substituídos por medicamentos da farmácia. Ainda assim, certos cuidados, como os alimentares são seguidos durante os resguardos, especialmente quanto às carnes de caça que ela citou.

Depois da conversa, ela e meu tio retornaram para a casa da filha, minha prima. Ficaram cerca de dois meses conosco na Aldeia Sol. Nesse tempo, participaram das atividades diárias, iam à roça buscar macaxeira, faziam pescaria, ajudaram a filha na preparação da terra e no plantio de arroz, mandioca, feijão e batata. Assim passaram uns dias conosco na Aldeia Sol. Quando chegou a hora de voltar para a Aldeia Kajpêkri, conseguiram transporte e retornaram levando arroz com casca, mandioca, fava e milho

seco. Assim, as famílias, quando podem, se visitam, passam dias ou meses. Essa experiência faz parte dos modos de vida do nosso povo.

Prumkwyj, inxê (mãe)

Dando continuidade à geração de mulheres da minha família, apresento minha *inxê*, Prumkwyj. Ela cresceu junto de sua mãe, minha avó Tuhhóc, e conviveu também com minha bisavó Wrymkwyj. No momento de nascimento da primeira filha de minha *inxê*, ela seguiu os nossos costumes e fez o resguardo. Também tomou remédio caseiro para não ter muitos filhos, por isso teve apenas três filhas, diferente de Tuhhóc e Wrymkwyj, que tiveram mais de cinco filhos.

Como acontece com muitas mulheres *mehî*, minha mãe cresceu com a expectativa de se casar e ter filhos. No entanto, esse percurso se transformou, pois ela se interessou pela escrita com incentivo do meu *inxû* (pai). Ela se casou bem jovem e seguiu os passos do esposo. Os dois passaram por muitos sufocos, foram morar sozinhos, minha *inxê* o acompanhava em outras aldeias. Foram levando a vida até que minha *inxê* engravidou, sua gravidez não foi nada fácil. Desde então, os dois foram enfrentando os desafios da vida. Minha *inxê* foi ingressando no mundo da escrita, essa educação imposta pelos *cupês*.

Durante a pandemia de Covid-19, em 2020, minha *inxê* compartilhou comigo suas impressões sobre aquele momento difícil: *“Eu me sinto forte, e esse corona não vai acabar logo não. Já ouvi falar muito de outras doenças. Esse corona, acho que passa pelo vento porque logo espalhou, porque começou longe e logo chegou. Nós indígenas tomamos muitos chás de plantas medicinais, por isso que nossa saúde é forte. Mesmo nos alimentando com muitos alimentos da cidade, nossos corpos ainda resistem a muitas doenças.”*

Esse depoimento reflete a força de Prumkwyj e a confiança nos saberes tradicionais de cura e prevenção, mesmo diante da ausência de pajés nas aldeias, como é o caso da Aldeia Sol. Em tempos passados, os pajés alertavam sobre a aproximação de doenças e orientavam a preparação de remédios preventivos. Na pandemia, sem essa liderança espiritual, minha *inxê* conduziu os cuidados com base nas plantas medicinais que continuam fortalecendo nossos corpos.

Sou a filha mais velha das três filhas de Prumkwyj. Em 2019, minha irmã caçula teve uma filha, que é a geração mais nova da nossa família. Desde a gestação, minha *inxê* já aconselhava a não fazer certas atividades, nem comer certos alimentos. Em 2020, foi realizado o ritual de finalização do resguardo da filha de minha irmã, momento que descrevo mais detalhadamente na seção “Pesquisa em meio à pandemia de Covid-19.” Esse ritual chamado *kwarti*, costuma ser realizado em três dias, geralmente ocorre após o período de sete a oito meses de resguardo. Foi realizado mesmo em um contexto de alerta, sem vacina e com riscos de contágio. Ainda assim, a comunidade se organizou, com atenção, especialmente para proteger minha mãe, que convive com uma doença crônica.

A trajetória de Prumkwyj é marcada pela força, resistência e sabedoria. Ela articula os conhecimentos *mehî* com os desafios de uma realidade marcada por mudanças e resistências cotidianas.

A partir dos relatos das *cahhâj* de diferentes gerações da minha família, percebo que seguimos praticando os conhecimentos relacionados à alimentação e à saúde. Mesmo quando saímos da aldeia para estudar, carregamos conosco esses saberes, e, ao retornarmos, valorizamos ainda mais nossas origens e os ensinamentos que nos foram transmitidos. Os resguardos envolvem toda uma questão de saúde e corporalidade das mulheres *mehî*, que se inicia ainda na infância e acompanha toda a vida, até o momento em que não temos mais *craré*. No entanto, com o contato com outras culturas, essas práticas também estão mudando e, assim, gerando problemas de saúde do corpo

Diante disso, existe uma questão relevante para nós: quais seriam as nossas estratégias de sobrevivência? Não podemos perder nosso modo de vida, nossas práticas de conhecimento e nosso território — onde temos nossas plantas medicinais, mato para produzimos na roça sem o uso de veneno, o ar puro que respiramos. Trata-se de sobrevivência mesmo, pois estamos sendo mais oprimidas por políticas não indígenas que dizem cuidar e proteger de nós, indígenas, mas que não levam em consideração a relevância de nossos conhecimentos e modos de vida. Quanto mais mulheres indígenas vejo na luta, percebo que estou no caminho certo, de poder contribuir com o pouco de conhecimento que adquiri ao longo da vida para a valorização e continuidade dos conhecimentos do meu povo.

A vida na aldeia é coletiva

Imagem 16 - Encontro na Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Marcelo Cuhhê, Aldeia Sol, 2024.

Entre o povo Krahô, quando não tem mais mato perto da aldeia para fazermos roça, mudamos para outro local que ainda tenha mato e caça. É assim desde os relatos de nossas origens. Desde a minha infância até a vida adulta, acompanhei esse movimento com minha família — já nos mudamos de aldeia cerca de quatro vezes. Meu povo vem desse movimento de não morar a vida toda em um só lugar.

Antigamente, o povo *mehi* não tinha aldeia, não sabia cantar nem fazer festas, as comidas eram cascas de árvores. Mas sempre gostaram de morar perto de rio. Gostavam de caçar animais e coletar frutas. As histórias que ouvi desde criança são desse tempo em que nossos antepassados conversavam com os animais, sobre como aprendemos as classificações dos animais, sobre como as doenças vem pelo vento. Por exemplo, uma narrativa que ouvi de meu pai quando eu era criança:

Certo dia um rapaz foi caçar e não conseguiu voltar cedo para sua casa. Já anoitecendo, o rapaz subiu numa árvore e por ali ficou. Quando anoiteceu começou a ouvir pessoas conversando, eram outros povos que só caçavam e faziam roça a noite, durante o dia eles dormiam. O rapaz ouviu as conversas, viu as atividades que eles faziam a noite. Quando amanheceu esse pessoal que estava trabalhando ficou dormindo,

durante o dia ascendiam fogueiras pois não enxergavam durante o dia. O rapaz chegou na aldeia e contou tudo para a sua comunidade.

É mais uma história que meu pai contou quando eu era criança, mais uma das muitas que explicam como aprendemos as coisas que hoje sabemos.

Acredito que nós, *mehî*, estamos ligados à natureza, e que ela está ligada a nós. Tudo que fazemos faz parte da natureza. Muitas coisas temos medo de fazer, temos medo da natureza reagir mal. Por isso somos criados para ouvir os conselhos dos mais velhos que são mais experientes. Nossos ensinamentos vêm dos animais e estão passando por mudanças que os mais velhos não gostam, por exemplo, a aproximação de alimentos da cidade.

Estar junto com a comunidade foi bastante produtivo e enriquecedor para aprimorar meus conhecimentos e para este trabalho. Junto com as mulheres *mehî*, minhas orientadoras, poderei dar visibilidade a nossos conhecimentos. Na aldeia temos as mais velhas e os mais velhos que são nossos espelhos, nos transmitem conhecimentos e princípios importantes para a vida. Na comunidade precisamos necessariamente fazer parte de uma das metades *Wacmejê* e *Catamjê*. Assim, nos organizamos nas partidas de corrida e nas caçadas.

Nem sempre escrever é fácil. Muitas vezes, abri o computador, olhei para a página e a vontade de escrever não veio. Não estava disposta, eu sentia isso. Para meu povo, muitas vezes, quando estamos nos sentindo assim é porque o nosso espírito está longe e o corpo está vazio. Por isso parece que estamos sem ânimo. Por isso os mais velhos sempre nos aconselham a não andarmos sozinhos. Não podemos ficar triste, e sempre andamos pintados com urucum. Quando nós, jovens, ficamos sozinhos na cidade grande, sem companhia de nenhum parente, tendo que ficar lendo textos e mais textos, o que não é do nosso costume, ficamos sem ânimo. Segundo os mais velhos, os maus espíritos sempre ficam perto de pessoas sozinhas e tristes. São mundos diferentes, o *mehî* e o *cupê*. Um sofrimento que só quem vive sabe diferenciar.

Muitas vezes, quando voltava para a aldeia depois de um tempo na cidade, pedia à minha mãe e à minha avó que preparassem remédios. Com isso, voltava a me sentir bem. A cidade é poluída, pesada, e a rotina é estressante. Na aldeia, a vida é coletiva. Desde o nascimento, temos esse hábito de estar junto com os outros. Por exemplo, quando alguém adoece, vai para a cidade acompanhado por pelo menos duas pessoas. Se as mulheres forem tomar banho no rio, não podem ir sozinhas em hipótese alguma, pois não

moramos sozinhos na aldeia. Segundo os pajés, há animais que podem querer namorar com as mulheres que andam sozinhas. Isso é perigoso, então nós aprendemos a sempre andar acompanhadas.

Na nossa comunidade, quando alguém adoece, todos tentam ajudar de alguma forma. Uns levam remédios de plantas medicinais, outros trazem alimentos, outros apenas sentam para conversar, fazer um café, estar presente. Enfim, sempre juntos, por isso a convivência na aldeia é muito boa. À noite, vamos nas casas fazer visitas aos parentes, ouvirmos histórias.

Por isso, quando nós, estudantes, nos distanciamos dos outros *mehî* ficamos tristes. Nesses momentos, logo pensava que eles estão lá, me esperando, que preciso ser forte e mostrar que não luto sozinha, mas com meus parentes.

Além disso, todos os conhecimentos nas aldeias são passados oralmente e pela prática. O nosso hábito não é a escrita, por isso todas as histórias e ensinamentos devemos guardar na memória e no corpo, e devemos contar para as crianças. Alguns dos relatos que guardo aqui são de onde viemos e o que aprendemos. Temos respeito por aquilo que vem da natureza e como aprendemos o que preparamos para comer. Por isso o *pôhhy* (milho), que já mencionei, é um dos principais alimentos dos *mehî*.

PESQUISA EM MEIO A PANDEMIA DE COVID-19

Em março de 2020, todos aguardavam o retorno das aulas presenciais. No meu caso, esse retorno significava iniciar meu estágio docente. Como aluna da pós-graduação, poderia acompanhar turmas da graduação para cumprir a carga horária exigida. Com essa expectativa, deixei a cidade onde minha família tem casa, já sentindo saudades, mas decidida a cumprir mais uma etapa da minha formação. Arrumei minhas malas e embarquei em uma van com destino a Araguaína. De lá, segui viagem de ônibus para Goiânia. No ônibus, organizei minhas sacolas no assento e, ao meu lado, sentou-se uma senhora, que logo percebeu minha origem indígena e quis saciar sua curiosidade. Assim como tantos outros não indígenas que não convivem conosco, ela fez perguntas recorrentes: se andamos pelados, o que comemos, como vivemos. Respondi com educação, mas procurei não prolongar o diálogo. Foram cerca de vinte horas de viagem silenciosa e cansativa.

Ao chegar ao destino, encontrei-me com amigas que haviam combinado de me buscar. Após organizar minha casa e descansar um pouco, fui à faculdade com entusiasmo. Assisti à defesa de mestrado de Fábio Ubre'a Abdzu (2020), um pesquisador Xavante que, apesar das dificuldades enfrentadas durante sua formação, concluiu sua pesquisa sobre rituais e corridas de seu povo no PPGAS-UFG. Em seguida, na mesma faculdade, fui apresentada à turma em que realizaria meu estágio docente. Apresentei-me como estagiária, mas não cheguei a iniciar as atividades.

Naquele mesmo dia, recebi a notícia de que o coronavírus já circulava pela cidade. No dia seguinte, as aulas foram suspensas. Meus colegas retornaram com urgência para suas comunidades. Eu, no entanto, permaneci em Goiânia, pois estava com sintomas de gripe. Já havia adoecido no Tocantins e, mesmo sem recuperação completa, viajei. Após a suspensão das atividades, os sintomas se intensificaram: dores no peito, garganta inflamada, cansaço extremo. Tentei me tratar com chás e remédios farmacêuticos. Foram dias difíceis, em que quase não conseguia permanecer em pé. Melhorei após uma semana, e comecei a pensar em como iria retornar ao Tocantins.

Nós, povos indígenas, somos mais vulneráveis a qualquer vírus, e na minha família temos pessoas com comorbidades. Permaneci por cerca de quatro meses em isolamento em uma cidade grande. Comecei a sentir muito medo, a pensar em como ficaria longe da minha família naquela situação. A aldeia da minha *inxê* não tinha sinal

de celular ou internet. Apenas quando iam para a cidade, conseguiam se comunicar comigo. Comecei a ler alguns artigos que tinham relação com minha pesquisa para, assim, passar o tempo, mas fui percebendo que minhas leituras não estavam fluindo. Mesmo em isolamento recebia notícias de problemas de minha família o que me gerava muita preocupação. Os únicos lugares em que eu frequentava eram o supermercado e a farmácia, mas tomando todos os cuidados.

Assim se passaram os dias. Então, decidi retornar. Combinei com minha família que cumpriria o período de isolamento em nossa casa na cidade, pois não poderia seguir direto para a aldeia. Assim, combinamos que todos da minha família iriam para a aldeia e eu ficaria sozinha na casa na cidade. Organizei a viagem, que durou mais de vinte horas. Foi uma experiência muito estranha: evitei me alimentar durante o trajeto para não tirar a máscara. Cheguei exausta e, mesmo com saudade sem encontrar minha família, mantive o isolamento necessário.

Naquele momento, algumas ações estavam sendo realizadas para proteger os *mehi* e mantê-los nas aldeias. Havia, na época, trinta e oito aldeias na Terra Indígena Kraholândia — hoje são quarenta e uma. O acesso a TI se dá a partir de dois municípios, Itacajá e Goiatins, no Tocantins. Desde sempre não vem sendo nada fácil para nós indígenas e para nós *mehi*, que temos uma cultura totalmente diferente da cultura *cupê*. Isso nos leva a sofrer muitos preconceitos e com os descasos na saúde e na educação.

O acesso a algumas aldeias na TI é extremamente limitado. A maioria das aldeias próximas ao acesso pelo município de Itacajá possuem energia elétrica; as de Goiatins, em sua maioria, não. Em muitas delas, como a aldeia de minha mãe, o acesso é feito apenas por transporte pago, o que representa mais um desafio. Com a pandemia, passamos mais tempo na aldeia, mas, por necessidade, alguns ainda se deslocavam até a cidade, correndo o risco de levar o vírus até as aldeias. Muitos dos nossos parentes não tinham noção do perigo da pandemia. Nas aldeias todos andam juntos, fazem seus alimentos juntos, vivemos coletivamente. Como um indígena poderia ficar isolado? Isso é complicado. Por outro lado, também temos muitos parentes com problemas respiratórios, que poderiam ter a doença agravada. Então, juntamente com alguns apoiadores, tentamos montar algumas estratégias para mantermos os nossos parentes na aldeia.

Quais foram essas estratégias? Claro, seguindo o cuidado necessário, fizemos barreiras nas entradas da Terra Indígena e planejamos não deixar os *mehi* irem à cidade. Levamos os alimentos comprados na cidade até um local perto da aldeia, onde eram

higienizados. Além disso, recomendamos o uso de máscaras e de álcool em gel. Aos poucos nossos parentes foram conhecendo a situação e essa nova realidade dos *cupês*.

Nós krahô, apesar de acharmos que somos vulneráveis a qualquer doença, tivemos uma grande quantidade de *mehi*, quase trezentos indígenas, que tiveram o vírus e quase ninguém percebeu. Tiveram sintomas leves ou não sentiram nada. Talvez um ou outro sentiu que ficou gripado, mas foi leve. Minha mãe mesmo pegou o vírus. Apenas três meses depois, a equipe de saúde realizou testes na Aldeia Sol e confirmou que minha mãe teve Covid-19, mas já havia se recuperado.

Essa experiência também marcou minha trajetória de pesquisa. Precisei conciliar o estudo com a participação em reuniões e as ações que estávamos realizando. Foi um mais um momento de resistência do nosso povo.

A prevenção da pandemia/ aldeia

Durante a pandemia, buscamos modos para continuar nos cuidando, tomando os remédios feitos das plantas do mato que nossos antepassados nos ensinaram. A equipe da saúde responsável pela preservação de nossas comunidades nem sempre nos passava informações de forma clara, de modo que todos nas aldeias pudessem entender o que estava acontecendo

Enquanto estive na aldeia durante esse período, não era permitido circular pela cidade. Íamos raramente até lá, apenas para comprar alimentos ou resolver questões urgentes. Em uma dessas ocasiões, participei com minha mãe de uma reunião com o prefeito de Goiatins, realizada na Aldeia Rio Vermelho. Saímos cedo da Aldeia Sol e fomos buscadas por um transporte. Apesar do frio, estávamos à beira do rio aguardando a chegada do veículo. Passamos rapidamente pela cidade e seguimos rumo à aldeia onde ocorreria a reunião. Apenas poucas pessoas podiam participar, por conta dos cuidados necessários com a pandemia.

O encontro foi organizado para que o prefeito ouvisse as nossas reivindicações por melhorias na saúde e na educação. Uma das maiores dificuldades que enfrentamos é não ter um local adequado para ficar quando vamos à cidade resolver problemas. Isso é mais um descaso com nosso povo, mesmo sendo nós eleitores daquele município.

Para chegar até a Aldeia Rio Vermelho, seguimos até a beira do rio, atravessamos de balsa e depois caminhamos cerca de trezentos metros. A aldeia fica no

alto, porque quando o rio enche, pode alagar a aldeia. Aquela reunião deixa evidente nossa luta constante por respeito e condições dignas de viver e circular entre os dois mundos — o da aldeia e o da cidade.

As reuniões entre os *pahhi* (caciques), lideranças das aldeias *mehi* e os *cupê* agentes do Estado fazem parte do nosso cotidiano. Participamos com frequência desses encontros, mas infelizmente, eles nem sempre geram ações rápidas e efetivas. Durante a pandemia, a urgência por respostas rápidas tornou evidente a lentidão e o desinteresse dos órgãos responsáveis. Participamos de muitas reuniões sem que nenhuma providência concreta fosse tomada para melhorar nossas condições de vida.

Em 2020, sobre a mobilização krahô durante a pandemia, nós também acionamos contatos, buscando apoio, e compartilhamos a nossa realidade. Como estudante indígena, e filha de pais que mantêm relações com pesquisadores e apoiadores que já estiveram em nossas comunidades, pude participar de reuniões em que tentei expor a realidade enfrentada pelo meu povo. Falei sobre a ausência de assistência nas aldeias e as dificuldades que enfrentávamos diariamente.

Participei de alguns encontros virtuais com grupos preocupados com as populações indígenas. No entanto, percebi que, apesar da boa intenção, as discussões eram, superficiais. A maioria das pessoas envolvidas desconhecia o quanto nosso território é grande e que temos muitas aldeias, algumas perto das cidades, outras bem longe. Em muitas aldeias da região de Goiatins, por exemplo, não havia acesso à internet nem eletricidade, o que dificultava qualquer comunicação remota e impossibilitava a participação nas reuniões online. Além disso, cada aldeia tem uma entrada. Assim, como apenas uma barreira sanitária iria controlar a saída de indígenas? Nesse período, as condições foram difíceis, mas somos fortes e vamos aprendemos com situações assim.

Optei por relatar aqui, com mais detalhe, a experiência na Aldeia Sol, onde minha *inxê* (mãe) vive e onde vivo atualmente. Depois de um conflito interno na aldeia onde minha mãe trabalhava, ela decidiu mudar. Minha mãe, então, buscou outro lugar para morar. Como contei, meu povo tem esse movimento de não morar a vida toda em uso só lugar. Os motivos para as mudanças são os espaços para as roças, mas também as relações entre os parentes, algo que faz parte do modo de viver do nosso povo. A Aldeia Sol fica a 30 km do município de Goiatins-TO, e o acesso se dá por estrada de chão, com buracos e quatro pontes de madeira.

Na época da pandemia, a aldeia não contava com energia elétrica. A nossa comunicação era só com a natureza. Para conseguir sinal de celular e receber notícias dos

parentes, era necessário caminhar até um ponto específico na estrada. Para participar de reuniões virtuais, que mencionei, e também com minha orientadora, precisei ir até a cidade. Na aldeia viviam minhas irmãs, primas e demais parentes, mas não havia escola, posto de saúde ou água encanada. Ainda não tínhamos suporte do órgão da saúde, mas mesmo assim não desistimos de morar onde queremos e podemos.

Minha *inxê* conseguiu com muita luta e coragem voltar a trabalhar. Mesmo diagnosticada com diabetes, minha *inxê* sempre vai à luta e consegue fazer suas atividades. Nesse período ficamos preocupadas com ela por ser do grupo de risco, ter diabetes, o que poderia agravar seu estado em caso de infecção por Covid-19. Mas como relatei, ela teve apenas sintomas leves e isso porque nos cuidamos com as plantas do mato.

A Aldeia Sol é um lugar bonito, tranquilo, com um rio de águas claras. Durante meu doutorado, pensei em realizar minha pesquisa ali, junto com minha família. Mas os planos foram interrompidos drasticamente pela pandemia.

O vírus era novo para a ciência *cupê* e para a população ocidental, ainda mais desconhecido para nós, principalmente para meus parentes que vivem nas aldeias com pouquíssimas informações. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fez algumas visitas para orientar sobre o isolamento, mas muitos parentes não compreenderam a gravidade da situação. Muitos entenderam como “coisa de *cupê*” para evitar que fôssemos para a cidade, acharam que os *cupê* não queriam que os *mehî* fossem para a cidade e não como um modo de proteger a nossa saúde.

O município de Goiatins, que abriga diversas aldeias, não tem estrutura adequada de atendimento à saúde. O hospital local, que também atende a população urbana, tinha estrutura precária. O então prefeito, eleito com votos de muitos *mehî*, nada fez por nós. Esse descaso não foi exclusivo do período pandêmico: as estradas continuam sem manutenção, os riscos de acidentes são constantes — inclusive já atingiram minha família —, e dependemos de fretes caros e irregulares para nos locomover.

Essa é a realidade de quem vive nas aldeias. Somos constantemente explorados pelos *cupê* dos municípios próximos, que não reconhecem nossos modos de vida e conhecimentos. Os *cupê* pensam e agem como se só eles existissem na terra, não respeitam os outros povos. Desde o primeiro contato com os *cupê*, somos tratados dessa forma desrespeitosa. Mas somos fortes. Desde então vivemos desviando dos obstáculos e agindo da forma como estamos acostumados, como *mehî*.

Kwyrťi (paparuto grande) na Aldeia Sol.

Imagem 17 - A beira do riozinho, Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia J. Krahô, Aldeia Sol, 2020.

Localizada às margens do Riozinho, a Aldeia Sol é uma pequena comunidade fundada com coragem e sabedoria por Prumkwyj Krahô, minha *inxê* — mestra conselheira, mãe e avó. Mulher de grande força, ela escolheu o local e, assim, fez a aldeia. Naquele período, eu ainda cursava a graduação em História na Universidade Federal do Tocantins, em Araguaína. Em 2016, durante as férias, fui visitá-la para conhecer sua nova moradia. Logo na chegada já gostei pela proximidade com o rio. Permaneci por alguns dias na aldeia, ajudando nas atividades da casa e na roça.

No mês de julho de 2020, já em meio à pandemia, eu estava novamente com minha *inxê* na Aldeia Sol. Ela me comunicou sua decisão de realizar o ritual de passagem (*kwyrťi*) para minha irmã e minha prima, ambas mães do primeiro bebê. Preocupada, falei que, naquele momento de pandemia, não era adequado aglomeração de pessoas na aldeia e que seria melhor esperar mais tempo. Reforcei que, segundo a medicina *cupê*, ela pertencia ao grupo de risco. Mas, na minha visão, todos nós, povos indígenas, somos vulneráveis a qualquer doença, portanto, todos estamos em risco. Mesmo assim, minha *inxê* respondeu com firmeza: “Se acontecer algo comigo ou com algum parente, vai

atrapalhar e não quero adiar esse ritual.” Decidida, seguiu com o plano de fazer a festa de *kwyrî*.

Conversamos sobre quem e quantas pessoas poderiam ir a nossa aldeia: o cantor e as mulheres que fariam o *paparuto*. A presença do cantor já seria suficiente para a realização da festa. Como os alimentos já haviam sido comprados por minha *inxê*, ela me pediu que eu levasse os tecidos. Organizamos a realização da festa com um número pequeno de pessoas.

No dia seguinte, conseguimos transporte para buscar as mulheres mais experientes na Aldeia Nova e, na Aldeia Capitão do Campo, o cantor responsável por conduzir a cantoria durante o dia e a noite. Na Aldeia Sol, enquanto isso, organizávamos o espaço para acomodar os parentes e garantir alimentação para todos. A casa da minha mãe tinha poucos mantimentos, então fui à cidade comprar carne e frutas. À noite, os convidados chegaram cansados e com fome, mas conseguimos acolhê-los com alimentação e descanso, pois os dias seguintes seriam intensos — a festa duraria dois dias.

Entre os *mehî*, temos o hábito de acordar cedo, tomar banho no rio e aproveitar bem o dia. No dia seguinte, todos que estavam na aldeia tinham uma tarefa para fazer. Acordamos ouvindo o chamamento do cantor Tepjopyr. Todos se reuniram no pátio para os acordos iniciais e começar o *amjikin* — termo que pode ser traduzido como festa ou ritual. O *kwyrî* é trabalhado durante o dia, com horários certos para a preparação da comida, das corridas de tora e da cantoria no pátio.

Antigamente, o *kwyrî* era preparado com carne de caça e mandioca. Os homens saíam cedo para caçar no mato e traziam as carnes. Essa prática está se perdendo devido à caça predatória realizada pelos não indígenas, que está acabando com as caças. Por isso, atualmente, para fazer o *kwyrî*, precisamos comprar carne bovina na cidade.

As mulheres vindas da Aldeia Nova escolheram o local do *kîn* (moqué) para o *paparuto* e capinaram o espaço, deixando-o limpo. Os homens trataram o porco comprado de um fazendeiro vizinho e limparam a carne no rio. Uma das mulheres, especialista em pinturas corporais para essas ocasiões, saiu com o marido para coletar *pau-de-leite* — árvore da qual se extrai uma seiva espessa, usada como tinta que não sai facilmente da pele. Essa coleta precisa ser feita pela manhã, antes que o sol aqueça demais e impeça a extração da seiva. Enquanto isso, outras mulheres descascavam mandioca para ralar, e outra pessoa cortava os cabelos das meninas que estavam festejando no ritual.

Minha *inxê* trabalhava o preparo das refeições para todos os presentes. A aldeia é pequena, as crianças brincavam e se banhavam no rio. Cada grupo que terminava uma

atividade, já começava outra. O tempo passou rápido, e logo a comida estava pronta. No fogão a lenha, cozinhavam costela bovina com macaxeira e arroz. Quando realizamos esse *amjikin* na aldeia, a alimentação da festa é liberada para todos e a toda hora tem comida. Alguns ainda não haviam retornado de seus afazeres, mas quem já estava presente começou a se servir. Aos poucos, os demais foram chegando, e após o almoço, muitos descansaram ali mesmo, no local da festa. Apenas o cantor continuava com suas lindas cantorias para alegrar os demais que ali estavam.

Imagem 18 - Minha tia-avó Maria José Kayari Krahô fazendo a tinta de jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia Krahô, Aldeia Sol, julho de 2020

Na foto acima, minha tia-avó, Maria José Kayari Krahô, aparece preparando o jenipapo — uma fruta verde que, após ser descascada e ralada, é utilizada para fazer as pinturas corporais em nossas festividades. Essa tinta natural tem coloração escura e é bastante resistente, permanecendo no corpo por cerca de duas semanas, mesmo com banhos frequentes. O jenipapo é uma tinta importante para nossas pinturas e é utilizado em todas as festas.

Para o corte de cabelo, também chamamos uma *cahhâj* experiente, que foi a esposa do cantor convidado. Ela recebe uma gratificação por realizar essa tarefa, geralmente em forma de presentes como tecidos ou miçangas. A primeira a cortar o cabelo foi minha prima. Foi muito emocionante, pois sua mãe estava em outra aldeia e não pôde participar, e seu pai havia falecido recentemente em um acidente de carro. Foi um momento um pouco triste e de muita emoção.

Em seguida, foi a vez da minha irmã. Ela também se emocionou, pois, essa era a festa de seu primeiro bebê. Logo depois, meu sobrinho Koiamprô cortou o cabelo. Ele havia passado por uma grave enfermidade e, ao se recuperar, minha mãe decidiu incluí-lo na comemoração. Outros parentes também cortaram o cabelo, inclusive minha mãe. Para nós *mehi*, esse momento é importante, pois aqui já começa o ritual de passagem da cortação de cabelo. Fiquei observando tudo e participando em todos os momentos porque é assim que também aprendemos.

As meninas que estavam prestes a cortar o cabelo estavam ansiosas, pois suas vidas mudariam de fase. Após esse momento, encerrariam o período de resguardo. Isso significava que poderiam voltar a comer alimentos que estavam proibidos até então. Para meu sobrinho, minha mãe preparou todos os enfeites para sua participação na festa. Nessa hora, chegou a mulher que havia saído de manhã para buscar o *pau-de-leite*. Ela trouxe um copo cheio da substância — uma tinta espessa — que seria usada para pintar as meninas no dia seguinte.

Continuamos as atividades no dia seguinte. Todos estavam envolvidos de alguma forma. Em aldeias maiores, os homens e as mulheres realizam as corridas de tora, mas a Aldeia Sol é pequena e não possui espaço suficiente para isso. Então, todos se envolveram com outras tarefas. Os homens saíram para o mato em busca de folhas de bananeira, que seriam utilizadas para preparar o *kwyrupu* — o paparuto.

Imagem 19 - Os homens trazendo as folhas de bananeira do mato para fazer o kwyrupu



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Leticia Krahô, Aldeia Sol, julho de 2020.

Os homens saíram para buscar as folhas de bananeira e, em pouco tempo, já estavam de volta. Na foto, aparecem alguns deles — vieram da Aldeia Nova e da Aldeia Capitão do Campo, num total de cerca de quinze pessoas. Os homens ficaram com as atividades mais pesadas, enquanto as mulheres com as tarefas mais leves. Depois de recolherem as folhas, os homens seguiram para buscar as pedras que seriam utilizadas no moquém.

A preparação do moquém é feita em conjunto por homens e mulheres. Primeiramente, são colocados as pedras e os pedaços de madeira para acender o fogo e aquecer as pedras. Em seguida, o *kwyr cupu* — o paparuto — é cuidadosamente posicionado sobre as pedras, sendo coberto com folhas de bananeira e, por cima, uma camada de areia, para que o vapor não escape. Ele foi colocado para assar no final da tarde e permaneceu no fogo durante toda a noite. É necessário que alguém fique por perto, vigiando, para evitar que cachorros se aproximem e tentem revirar o *kwyr cupu*. No caso da aldeia da minha mãe, o moquém foi montado próximo ao pátio, o que facilitou esse cuidado coletivo.

Enquanto o *paparuto* assava, fomos cuidar de outros preparativos pois a noite todos ficariam na cantoria. Enquanto a comida assa, não podemos ficar em silêncio, sem tem cantos. À noite, todos foram jantar, e logo depois seguiram para o pátio, onde permaneceriam até o amanhecer, como ocorre em todo *amjikin*. Minha mãe orientou minha irmã, meu sobrinho e minha prima a dormirem mais cedo, pois deveriam acordar ao raiar do dia para as pinturas corporais.

A movimentação na aldeia era intensa. Alguns rapazes queriam jogar bola, mas minha mãe os advertiu de que não era momento para isso, que era uma festa cultural. Eles então seguiram com a tarefa de colocar a madeira no pátio para preparar a fogueira da noite.

Antigamente, quando não tínhamos muito contato com os não indígenas, não tínhamos muitos adereços para colocar em nossos parentes durante o *kwryhtî*. Eles eram feitos com tiririca, uma planta da qual retiramos contas para os adornos, e cestas. Hoje, com maior contato com os *cupês*, passamos a usar outros elementos, mas ainda seguindo nossa tradição. Colocamos em nossos parentes que estão festejando o *cupexê* (tecidos) e *quênre* (miçangas), esses adereços são caros e difíceis de encontrar.

Cada pessoa usa quatro cortes de tecido: um é colocado na cabeça, como uma coroa; com outro é feita uma saia; e os dois restantes são colocados como faixas no corpo. As miçangas são colocadas sobre os tecidos, especialmente ao redor do pescoço. Os corpos

também são adornados com pinturas feitas com urucum, jenipapo, pau-de-leite e penas de *kênré* (periquito).

Durante toda a noite, todos se reúnem no pátio para acompanhar o cantor na cantoria — mulheres, crianças e homens. As mulheres levam tecidos para estender no chão, onde as crianças podem dormir, e também fazem fogueiras para espantar os insetos e aquecer o ambiente. À noite, o pátio costuma ser frio, por isso todos levam lençóis e mantas. O cantor começa com cantos mais calmos e, depois, com cantos mais animados para não ficarmos com sono. Enquanto isso, na casa de festa — que, neste caso, era a casa da minha mãe — três mulheres se encarregavam da preparação da comida, que foi servida à meia-noite no pátio, para aqueles que acompanhavam os cantos.

Imagem 20 - As *cahhâj* fazendo *kwycupu*, a Wopar e Amcrakwyj



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Leticia Krahô, Aldeia Sol, julho de 2020

Na foto acima, o *kwyrucupu* está sendo preparado pelas mulheres das aldeias Nova e Capitão do Campo. Esse é um momento delicado, que exige atenção e habilidade, pois, se os trançados não forem bem feitos, o *paparuto* pode se desfazer e comprometer toda a preparação. São as mulheres que preparam o *paparuto*, e sabem das possíveis

consequências por não realizarem um bom trabalho, por exemplo podem cortar o cabelo sem querer. Por isso elas tem todo o cuidado com o preparo. Foi *Caxêkwwyj* quem nos ensinou o *kwyr cupu* quando esteve na terra. Desde então, sempre que temos uma festa importante, o *kwyr cupu* é preparado.

Imagem 21 - Finalização do ritual de resguardo na parte da manhã



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia Krahô, Aldeia Sol, julho de 2020. De verde é Rapxê, de vermelho Koiamprô e de azul Ahkrahkwyj.

Esta foto registra o momento final do ritual, com minha irmã, minha prima e meu sobrinho já usando todos os adereços. Depois, esses adereços foram retirados e dados como presente para aqueles que passaram a noite na cantoria no pátio. Eles ainda tiveram todo um trabalho para retirar as pinturas da pele. Há todo um cuidado para retirar as penas do corpo, se tirar de qualquer jeito pode causar coceiras.

Assim que o ritual terminou, acompanhei meus parentes até o rio para realizarmos essa etapa. Utilizamos óleo de cozinha para remover as penas coladas à pele. As meninas ainda estavam com seus bebês pequenos, eles choravam com medo ao ver as

mães enfeitadas com as penas. Passamos mais de duas horas à beira do rio. Ajudei meu sobrinho, que sentia muito frio. Estávamos cansados por termos passado a noite inteira no pátio cantando, mas observei com atenção cada gesto e cuidado.

O *kwyr cupu* ficou ótimo. Quando retornamos ao pátio e ele foi aberto, pudemos ver que estava bem assado e macio. Todos os presentes receberam um pedaço para levar para casa.

Imagem 22 - Ritual de resguardo *kwyhtí*. *Kwyr cupu* já assado



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia Krahô, Aldeia Sol, julho de 2020.

Esse *kwyr cupu*, segundo nossas histórias de origem, como já citado anteriormente, é preparado apenas nas festas grandes, porque exige muito trabalho coletivo e envolve muitos detalhes que não podem ser feitos sozinhos. Para que ele seja feito, são necessárias muitas mãos — cada uma com sua tarefa específica — desde a coleta das folhas de bananeira, a busca das pedras, o preparo da carne, até a construção do moquém, onde ele será assado lentamente durante toda a noite.

Fazer o *kwyr cupu* é também um modo de ativar a memória dos mais velhos, que nos contam como esse preparo era realizado em tempos antigos, quando os alimentos vinham do mato e da roça, e os animais de caça ainda eram abundantes.

Imagem 23 - Minha irmã, meu sobrinho e minha prima com o ritual finalizado



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia Krahô, Aldeia Sol, julho de 2020

Na foto acima estão minha irmã, meu sobrinho e minha prima com o ritual finalizado. A partir desse momento, eles estavam oficialmente liberados dos resguardos e poderiam retomar suas atividades cotidianas. No caso do meu sobrinho, que participou do *amjikin* por ter se recuperado de uma doença grave, ele ainda repetirá esse ritual no futuro, quando tiver seu primeiro filho, como é o costume entre nós.

Já participei de muitos *amjikin* e outras festividades, inclusive da minha própria, quando menstruei pela primeira vez. Lembro com minha *inxê* me colocou para fazer o resguardo por quatro dias, com repouso absoluto. Eu recebia comida e não podia sair de casa, nem correr com as outras meninas. Tinha que ir ao rio tomar banho acompanhada por uma pessoa, em um trecho separado — eu mais embaixo, enquanto os outros tomavam banho mais acima. Depois, minha *inxê* sentou comigo e explicou que fariam o ritual para mostrar à aldeia que eu já era uma moça.

Então, ela foi até a cidade para comprar os tecidos e os alimentos necessários. Voltaram dois dias depois com todos os objetos para o *amjikin*. No dia seguinte, minha *inxê* comunicou à aldeia que iria realizar o *amjikin*. Todos da aldeia participaram e ajudaram nas tarefas. Foram dois dias de festa com cantoria e muita comida

Os *amjikin* são importantes para nossa saúde, para o corpo e a resistência. Os *amjikin*, com as cantorias, as pinturas e o *kwyr cupu* nos alegram, são nossos modos de vida e nossos conhecimentos. É o que ensina o *Kwyr tî* realizado na Aldeia Sol, mesmo em período de pandemia. Crescemos ouvindo que é obrigatório finalizar os rituais de resguardo e que, se demorar muito, a família pode não conseguir finalizá-lo. A pessoa pode ficar doente, isso é muito ruim. Temos medo de não finalizar um ritual. A comunidade pode ficar falando mal, isso também não é bom para a família. Por isso é sempre bom finalizar os rituais o mais rápido possível. Quando finalizamos qualquer *amjikin*, isso tira uma grande responsabilidade da pessoa e da família. Com isso, as pessoas podem e devem seguir com suas vidas normalmente, sem preocupação. As famílias não gostam de adiar os *amjikin*. Além de dar muito trabalho é obrigatório finalizar. Tudo isso é um aprendizado para nós, mais jovens, sobre como é séria a responsabilidade os *amjikin*.

CAMINHADA PÓS-PANDEMIA

Imagem 24 - Aldeia Sol, fevereiro de 2023



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia J. Krahô. Aldeia Sol, fevereiro de 2023.

Relatei até aqui as histórias que compõem a minha trajetória como *mehi* e como acadêmica indígena. Também compartilhei vivências sobre os cuidados das *cahhâj*. Os relatos de minha trajetória aumentam com a experiência, com o passar do tempo. A cada dia que passa tenho mais histórias para contar que são resultado da minha caminhada.

O tema principal desta tese é a saúde das *cahhâj mehi*, como os cuidados com a saúde estão mudando. Assim, as histórias dos resguardos, que acontecem dentro da família, e seus períodos de duração são importantes. Me propus a escrever sobre os cuidados com corpo da mulher *mehi*. Os modos de cuidada que nós, *cahhâj* (mulher), conhecemos. Esses cuidados estão mudando com o contato com os não indígenas.

Nesta seção, trato de um momento de minha trajetória: o tratamento para transtorno do pânico, transtorno do medo, nome dado pela ciência ocidental para o que eu estava vivendo. Neste período comecei a pensar que nosso corpo é muito frágil, que

precisamos nos cuidar mais, não podemos realizar nenhuma atividade se não estamos bem fisicamente.

Sempre me achei uma pessoa forte e que nada me abalava. Não tinha medo de enfrentar desafios, estava presente para minhas amigas quando elas precisavam de mim, aconselhava com palavras de otimismo, falava que tudo daria certo. Na minha comunidade, ajudava todos que me procuravam, me preocupava com todos. Não percebi que estava descuidando da minha saúde, e que estava me esgotando fisicamente.

Antigamente, as doenças dos *cupê* (não indígenas) tinham mais dificuldade para acessar nossas comunidades. Com o tempo, essas doenças passaram a aparecer entre nós, *mehi*. Não sabemos como lidar com elas. Isso me leva a questionar: Quais seriam os motivos do aparecimento dessas doenças? Será que vamos continuar assim, deixando essas doenças nos atacar? Quais estratégias poderíamos pensar em conjunto para barrar essas entradas?

Desde que retornei da cidade durante a pandemia, permaneci na Aldeia Sol. As atividades acadêmicas se tornaram mais difíceis, os deslocamentos para a pesquisa foram interrompidos. Passei a viver com minha mãe, minhas duas irmãs e minhas primas, e nossa aldeia foi crescendo.

Sempre que voltava dos estudos, eu ficava na casa da minha irmã, Liliane Krahô, pois ainda não tinha uma moradia própria. Certo dia, a equipe da Funai esteve na Aldeia Sol para apresentar um projeto do Governo Federal para a instalação de placas solares, levando energia elétrica às aldeias que ainda viviam no escuro. Nos consultaram sobre se aceitaríamos as instalações para termos energia elétrica. O pessoal aceitou.

Depois da reunião, minha mãe veio me comunicar que eu teria minha casa — e que ela também receberia as placas solares. Com isso, precisei me apressar para a construção da casa. Eu estava em Goiatins-TO, única cidade próxima com energia e estrutura mínima para eu continuar escrevendo esta tese, quando minha *inxê* começou a mobilizar os parentes da aldeia para construir minha casa. No dia seguinte, quando retornei à aldeia, conversei com o pessoal e, em forma de mutirão, em apenas seis dias a estrutura principal foi erguida. A parte de cima foi feita com folhas de coco da chapada, e, aos poucos, fomos levantando as paredes de barro. Demoramos para terminar, pois muitos desafios surgiram na aldeia.

Imagem 25 - Construção da minha casa na Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia J. Krahô. Aldeia Sol, 2021

Imagem 26 - *Ijûmkwa* (minha casa)



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia Jôkahkwyj Krahô, Aldeia Sol, outubro de 2024.

Desde que voltei a morar na aldeia, fui trabalhando devagar para esta tese. Nunca pensei em parar com a pesquisa, pois me comprometi a escrever sobre os cuidados e os resguardos das mulheres krahô. Lembro-me de que, antes do exame de qualificação, escrevi que a vida na aldeia era muito calma. No entanto, com o passar do tempo, percebi que, para nós, lideranças e articuladores dos assuntos de reivindicações indígenas, a vida

é uma correria. Nos dispomos a sempre viajar para as reuniões, a resolver assuntos da aldeia e acabamos adoecendo.

Na aldeia tínhamos o desafio do deslocamento para a cidade e também para usar equipamentos como celular e notebook, já que não havia energia e internet. Na época, conversei com minhas irmãs e com minha mãe sobre a necessidade de buscar apoio de algum órgão que pudesse viabilizar a instalação de internet na aldeia. Isso facilitaria não apenas meus estudos, mas também a nossa comunicação e os nossos deslocamentos para a cidade.

Com os conhecimentos que tenho de minha formação, já consegui realizar alguns trabalhos que nos ajudaram muito. Nós, das aldeias que ficam na beira do rio Vermelho, no município de Goiatins-TO, podemos contar com o apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), um órgão não governamental que sempre está ao nosso lado.

Durante os meses em que permaneci na aldeia, recebi um convite da coordenadora local para trabalhar com ela em dois projetos. Parte do que realizamos, descrevo na seção “As Formas de Conhecimentos *Mehi*: Os Resguardos”. Nesse período, participei dos projetos como pesquisadora e intérprete *mehi*.

Essa experiência me possibilitou rever parentes que eu não encontrava há muito tempo, pois não tinha condições de visita-los. Fomos bem acolhidas pelas comunidades nas quais desenvolvemos as atividades. No contato direto com as mulheres, percebi que as mais jovens demonstravam certa timidez ao conversar conosco, diferente das mulheres mais velhas, que se mostravam mais abertas. Mesmo assim, conseguimos estabelecer diálogo com algumas delas, que também me perguntaram sobre a situação da nossa aldeia e sobre nossas famílias.

Ajudo muito na organização da aldeia. Sou uma jovem adulta que já pensa em como a comunidade deve se organizar. Converso com as pessoas na minha comunidade para que deixem de consumir álcool, mas essa é uma questão bastante complicada. Temos parentes que fazem uso abusivo e enfrentam sérias dificuldades por conta disso.

Em agosto de 2022, minha tia, que morava conosco na aldeia, enfrentava problemas pessoais, mas não nos falava sobre o que estava sentindo. Ela tinha oito filhos, mas havia perdido uma filha em um acidente de carro. Naquele período, eu estava na cidade de Goiatins, e minha tia, na aldeia, consumia álcool constantemente, sem parar. Começou a passar mal, não comia mais, vomitava com frequência. Minha irmã acionou o carro da saúde para levá-la ao hospital. O veículo chegou até a beira do rio. Ela fez a travessia já muito fraca. No hospital, tomou medicamentos e ficou internada. No dia

seguinte, seu estado de saúde piorou e ela faleceu. Esse foi um dos momentos mais difíceis para nossa família *mehî*.

Aos poucos, fui retomando meus trabalhos, que também me fazem bem. Já havia passado pelo exame de qualificação do doutorado, fui convidada para participar de atividades com o pessoal do CTI, no projeto “Roda da Saúde”. Primeiro, fomos apresentados no Pinxwyj Hempejxa. Na semana seguinte, começamos as visitas às oito aldeias situadas às margens do Rio Vermelho.

A primeira aldeia visitada foi Kajpekri, a cerca de 70 km de Goiatins, por uma estrada de chão cheia de buracos e pontes precárias. Ao chegarmos à beira do rio, aguardamos a balsa para atravessar e, assim, alcançar a aldeia. Foi a primeira vez que acompanhei o médico Lucas, participante do projeto. Fomos direto para a casa da minha avó, Tuhhóc Krahô, onde também estavam outras pessoas da minha família.

O doutor Lucas explicou que iria fazer uma palestra sobre covid-19, hipertensão e diabetes — doenças que têm atingido muitas mulheres jovens em nosso território. Expliquei que eu estava acompanhando a equipe como intérprete, já que nem todos os *mehî* compreendem o português. Fizemos uma roda de conversa e levamos alimentação. Todos tinham dúvidas sobre o assunto e, assim, conversamos sobre essas doenças que estão entrando nas comunidades e atingindo muito rapidamente nós *mehî*. Percebi que os mais velhos tinham mais curiosidade do que os mais jovens. Quase nenhum jovem participou da roda de conversa. Para as mulheres que não entendiam o que o médico estava explicando, eu conversava na língua *mehî*.

Nós ficamos apenas até o meio dia. Na sequência, descemos a pé para a Aldeia Nova, que fica a cerca de dois quilômetros de distância. Lá moram meus outros parentes, inclusive minha bisavó. Na Aldeia Nova há poucas famílias, mas que se sentem bem ali. Conversamos com o agente de saúde e cacique local, Roberto Krahô. Com a comunidade falamos da importância das orientações que o médico daria e os modos de prevenção, que são importantes. Na Aldeia Nova há mais jovens e não fizeram muitas perguntas ao médico. Na sequência, visitamos mais duas aldeias, a Aldeia Mankraré e a Aldeia Capitão do Campo.

Na Aldeia Capitão do Campo, observamos casos de obesidade e diabetes, isso é muito ruim. Os mais jovens estão cuidando da alimentação, fazendo corrida de tora, corrida tradicional dos *mehî*, e estão tendo o entendimento de que a comida da cidade nos faz mal.

No dia seguinte, visitamos a Aldeia Cachoeira, uma das maiores entre os Krahô. Já fazia muito tempo que eu não ia até lá. Estava ansiosa e curiosa. A viagem foi longa, por estradas de terra. Fomos recebidos pelo cacique e por seus outros parentes. Conversamos com ele e explicamos o porquê da nossa visita. Conseguimos reunir algumas pessoas e conversar, mas poucas pessoas apareceram, nenhum jovem. Fizemos uma roda de conversa com as pessoas mais velhas. Depois da explicação do médico, algumas senhoras tiveram dúvidas, como por exemplo, sobre como se dava o início da diabete e da hipertensão. Essas orientações são importantes, pois assim os mais velhos compreendem o que podem comer na idade em que estão e os jovens podem se prevenir dessas doenças do *cupê*. Depois de todas essas atividades, nos deslocamos para a minha aldeia e a equipe do CTI seguiu para Carolina, no Maranhão.

Percebi, com todas essas visitas, que nós *mehi* ainda precisamos de muitas informações sobre o que vem dos *cupê*, esse outro mundo sobre o qual não temos conhecimento. É um mundo perigoso para nossas futuras gerações, caso não sejam informadas e orientadas. Todas essas atividades que participei fazem parte desta pesquisa. Percebi que os cuidados e os resguardos estão mudando, não cuidamos do corpo e da memória como antigamente.

Nas aldeias, o alimento industrializado está muito presente e tem sido consumido de forma inadequada. Isso causa um grande descontrole nos resguardos das mulheres, pois há excesso de sal e açúcar nas comidas. As meninas mais jovens já se sentem cansadas quando correm com as toras de buriti. Além disso, o uso das plantas do mato tem diminuído, enquanto o uso dos medicamentos da cidade tem aumentado. Na Aldeia Cachoeira conversei com algumas mulheres mais velhas e elas me contaram como está diferente o modo de vida na aldeia hoje. Os alimentos estão diferentes, estão muito pesados. Os alimentos dos resguardos eram leves e sem sal.

Quando voltei para Aldeia Sol, retomei as atividades na aldeia e as etapas da minha pesquisa. Conversei com minha irmã mais nova, Liliane Ahkrakwyj, que tem uma filha, na época com três anos. Ela não fez o resguardo como era recomendado, pois teve a filha no hospital e comeu as comidas pesadas que foram oferecidas no hospital. No hospital a comida tem mais sal e isso não é bom para a mulher. Quando ela saiu da aldeia, não estava amamentando sua filha, pois não tinha leite. Nossa mãe fez remédios caseiros para ela poder amamentar, mas não teve resultado. Então, minha irmã começou a comprar leite para alimentar a sua filha. Assim, a Hohjât está com três anos de idade e está com saúde.

No entanto, atualmente, minha irmã sente falta dos cuidados que não foram feitos. Ela está com 23 anos de idade e se sente cansada, sente dores nas costas, pois não fez o resguardo direito. Sempre que posso oriento as meninas da minha aldeia sobre como devem fazer o resguardo, sobre como cuidar da saúde. Minha prima que mora conosco na aldeia Sol tem 20 anos e já fez uma cirurgia para retirada de pedras na vesícula. Isso é muito ruim para as jovens *mehî*. É uma mudança provocada pela comida do *cupê*, que está sendo introduzida nas comunidades. É de suma importância nas nossas vidas os alimentos que plantamos nas roças, como o *pôhhy* (milho). Esse alimento é o ideal para quem faz resguardo, é leve e não deixa a pessoa pesada para fazer as atividades. Todos dias na aldeia conversamos sobre os cuidados com as mulheres e com as crianças. Tenho sobrinhos e primos a quem dou conselhos para seguirem nossos cuidados no modo *mehî*.

Nesse período em que participei das visitas com a equipe do CTI, ainda estava em luto. Apenas três meses haviam se passado desde a morte da minha tia. Eu estava com ela no hospital, e aquela imagem nunca mais saiu da minha mente. Isso foi aumentando na minha mente, não estava dormindo bem. Até que, em uma noite, comecei sentir os primeiros sintomas de uma crise, pensei que ia morrer. Comecei a sentir formigamento nos meus braços, tonturas e um zumbido no meu ouvido. Não consegui dormir. Quando foi meia noite, esses sintomas foram aumentando. Falei para meu companheiro para que ele me levasse até a cidade, pois não estava me sentindo bem. Logo nos arrumamos e atravessamos o rio, pegamos a moto e saímos no meio da noite. Saímos bem rápido, pois a cada minuto que passava sentia que piorava e só pensava em chegar logo no hospital. A estrada de chão nunca foi tão longa.

A viagem até a cidade durou uma hora. No hospital passei por uma triagem. Contei à médica como os sintomas começaram e fui medicada. Minha pressão estava um pouco alta. Já medicada, senti uma leve melhora e fui para a casa da minha mãe, que fica perto do hospital na cidade. Tentei descansar, mas não consegui dormir. Vi o dia amanhecer. Não consegui tomar café. O dia foi passando e os sintomas foram voltando. Na parte da tarde voltei a piorar. No finalzinho da tarde, fui para hospital novamente e fui atendida por outro médico.

Quando o médico me viu, disse que eu estava muito ansiosa, que me passaria um remédio para melhorar, mas que só faria efeito depois de um mês de uso. Logo pensei que queria o resultado naquele momento, mas fiquei calada. Fui para casa e dormi até o dia seguinte. Acordei com a minha cabeça pesada, mas o dia foi passando e quase não

senti tonturas e o formigamento. Voltei para aldeia e comecei a tomar o remédio todas as noites para dormir. Senti alguma melhora, mas ficava torcendo para anoitecer logo para tomar o remédio para dormir. O pensamento de que ia morrer ainda estava na minha mente. Eu ficava me observando, vendo se algo tinha mudado. Olhava meu olho no espelho para ver se estava mudando. Teve um momento em que pensei que estava ficando doida, pois meus pensamentos estavam negativos. Passei duas semanas tomando esse remédio e os pensamentos não saíam da minha cabeça.

Nesse período, eu não sabia o que estava acontecendo, não tinha condições de escrever, pois me sentia mal todos os dias. Lembrei que uma psicóloga poderia me ajudar. Como não tínhamos internet na aldeia, fui de moto até uma fazenda onde havia sinal. Pedi à dona permissão para usar a internet, e ela me passou a senha. Mandeí mensagem para uma colega com quem trabalhei em um projeto e falei para ela que queria muito conversar com uma psicóloga, pois não estava me sentindo bem. Ela me respondeu: “Vou te passar o contato de uma amiga”, e, assim, conheci a Maýla.

Pelo telefone, comecei a conversar com ela e a explicar o que eu estava passando naqueles dias. Conversamos por uns quarenta minutos. Aos poucos, comecei a entender melhor o que estava acontecendo, pois eu estava muito ansiosa. Quando terminou a conversa com a psicóloga, eu estava me sentindo melhor, parecia que tinha tirado um peso das minhas costas. Voltamos para a aldeia e continuei tomando o remédio para dormir.

O remédio que o médico havia passado estava em falta e só chegou na farmácia quase um mês depois. O farmacêutico me avisou, e fui de moto buscá-lo na cidade. O remédio era muito caro e o SUS não fornecia. Consegui comprar e tomei um comprimido por volta das dez horas da manhã. Quando foi chegando a parte da tarde, comecei a sentir meu corpo tremer, eu não estava entendendo o que era. Cheguei na aldeia e essa tremedeira começou a aumentar, mas consegui dormir.

No outro dia, piorei. Comecei a ouvir um zumbido no ouvido e fiquei com medo de que fosse pressão alta. Fomos de moto para a cidade novamente. Chegando ao hospital, fui medir minha pressão, mas ela estava boa, não estava alterada. Era o efeito do remédio, que estava muito forte. Então pensei: “Vou tomar a metade do comprimido e vou ficar bem.” Assim, comecei a tomar a metade do remédio e a continuar tomando o outro à noite para dormir.

Os dias passaram e eu me sentia um pouco melhor. Ainda tinha algumas crises, ainda com o pensamento de que iria morrer daquilo. Passou-se um mês e fui fazendo meus trabalhos, sentindo-me um pouco melhor. Quando os comprimidos estavam acabando, comecei a tomar menos. Dois dias depois, comecei a sentir umas sensações estranhas no corpo: dor no peito, o corpo tremendo. Não sentia fome de jeito nenhum, apenas muita sede, boca seca, dor na garganta, tontura, formigamento no pescoço, e minha visão começou a ficar embaçada.

No terceiro dia, a situação piorou. O pessoal do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) pediu que eu e meu companheiro fizéssemos o teste de covid-19, pois estávamos juntos com eles fazendo os trabalhos e alguns testaram positivo. Fomos até a Casa de Saúde Indígena, em Goiatins, e fizemos o teste. O meu deu negativo, já o do meu companheiro deu positivo. Então ele ficou quieto em casa, e eu continuava sentindo as crises.

Conversei com o enfermeiro da Casa de Saúde, e ele me recomendou procurar um especialista que pudesse me diagnosticar para que eu tomasse o remédio certo. Voltei para casa e comecei a procurar uma psiquiatra para me consultar. Consegui um número e liguei para um escritório em Araguaína. Marquei uma consulta particular, em teria que pagar. Consegui agendar para as dez horas da manhã do dia seguinte. Araguaína fica a 100 km de Goiatins. Perguntei se meu *ipjên* (companheiro) poderia me levar de moto, e ele respondeu que sim, mesmo estando com covid.

Passei o dia muito mal, sem conseguir comer, com a boca muito seca. Na estrada, fui tendo crises, meu corpo todo tremia. Quando anoiteceu, não consegui dormir. Quando foi cinco horas da manhã, nos arrumamos para sair de moto. Tinha chovido a noite toda e fazia frio. Saímos ainda no escuro. Meu companheiro teve febre durante a noite, mesmo assim fomos. Passamos por dois povoados e pelo Rio Tocantins. A viagem foi tranquila e conseguimos chegar em Araguaína. Procuramos o endereço da médica e, como ainda tínhamos tempo, ficamos aguardando a consulta.

Quando a médica me chamou, entrei na sala muito apreensiva. Ela me pediu para sentar e contar toda a minha história, o motivo das crises. Depois de quase uma hora de conversa, ela me perguntou se eu sabia o que eu tinha. Respondi que não sabia. Ela então me disse: “Você está com transtorno do pânico.” Me explicou o que era esse transtorno e como ele começava: quando a gente vivencia um trauma. No meu caso, vivenciei os últimos minutos de vida da minha tia Kotô, que faleceu de hemorragia interna. Presenciei seus últimos momentos não foi nada fácil.

Toda a minha conversa se voltava para o medo. Desde que comecei com essas crises, parece que vivo assustada. Tudo me assusta, fico o tempo todo esperando que algo ruim aconteça a qualquer momento. Então, a psiquiatra me disse que eu estava tomando o remédio errado e me prescreveu outro, adequado ao meu tratamento.

Não havia como voltarmos para Goiatins no mesmo dia, então procuramos um lugar para dormir, pois estávamos muito cansados. Meu *ipjên* (companheiro) almoçou, mas eu não consegui comer nada. Na parte da tarde, comecei a piorar: minha cabeça estava confusa, não conseguia nem lembrar o número do meu celular, minha língua estava ficando dura, e eu não estava nem conseguindo falar. Eu rezava para anoitecer logo, para poder tomar o outro remédio e dormir. Quando anoiteceu, eu estava com muita dor de cabeça, parecia que minha cabeça ia explodir de tanta dor. E continuava sem fome.

Às oito horas da noite, tomei o remédio e me deitei. Consegui dormir logo. No dia seguinte, tomei um pouco de café e seguimos para Goiatins. Todo o deslocamento foi por minha conta, pago com minha bolsa. Até então, o pessoal da saúde indígena não estava me acompanhando.

Quando chegamos em Goiatins, ficamos dois dias de repouso e depois voltamos para a aldeia. Na tarde do nosso retorno, já estava sentindo muita dor na garganta, como se estivesse fechando, e eu sentia como se estivesse sufocando. Minha mãe pediu para que um pajé fosse até a aldeia nos ver, pois eu estava muito mal e sem apetite. No dia seguinte, o pajé chegou e começou os trabalhos conosco. Me examinou duas vezes e falou para minha mãe que uma pessoa da Aldeia Rio Vermelho havia colocado feitiço no meu corpo e na minha cabeça. Pediu que minha mãe preparasse um remédio do mato.

Os pajés sempre comunicam aos pais o preparo dos remédios. Eram dois: o primeiro, cujo nome não me lembro, era feito de folhas para lavar minha cabeça três vezes ao dia, por dois dias. O outro era a massa ralada do palmito do pati, uma planta do cerrado. Esse remédio é muito amargo, e se a pessoa estiver fraca, ele cura. Tomei o remédio que minha mãe preparou, mas não vomitei.

Fui também a uma benzedeira, pois eu estava muito ruim. Ela rezou na minha cabeça e no meu pescoço. Voltei para a aldeia já era noite, e consegui dormir. No dia seguinte, acordei melhor, com bastante fome e sem ânsia de vômito. Consegui me alimentar, e assim o dia foi passando. De vez em quando, as crises ainda vinham, mas eu já começava a entender e controlar melhor minhas emoções.

Depois de alguns dias na aldeia, fui para a cidade e fiquei alguns dias lá. Foi então que a psicóloga da saúde indígena nos procurou para conversar em nossa casa na

cidade. Quando ela chegou, procuramos um lugar reservado, pois estávamos com parentes de outra aldeia e a casa estava cheia. Minha *inxê* conversou com ela primeiro, e depois fui eu. Até então, era nossa primeira conversa sobre o assunto.

Contei tudo desde o início. Conversamos por cerca de uma hora. Depois, ela me perguntou se eu gostaria de fazer o tratamento no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), em Araguaína, e explicou que, em unidades do SUS, nem sempre o médico está presente para atendimento. Aceitei a proposta. Ela então encaminhou meus documentos e pedidos de consulta ao Polo Base da Saúde Indígena.

Voltei para a aldeia mais tranquila. Na semana seguinte, marcaram minha consulta e me informaram que o carro da saúde iria me buscar. A comunicação era feita por meio da internet da fazenda vizinha. Fiquei esperando o carro na beira do rio. Quando ele chegou, seguimos para a cidade. Ao chegar em Goiatins, fui para a casa da minha *inxê*, não para a Casa de Apoio.

No dia seguinte, nos mandaram de van para Araguaína. Ao chegar, fomos para a Casai, onde ficam os pacientes indígenas. Minha consulta era no dia seguinte, às sete horas da manhã. Eu já estava muito ansiosa. Permanecemos ali, junto de muitos outros indígenas que também aguardavam consulta no CAPS.

Quando chegou a hora, o carro da Casai nos levou até o local. Éramos mais de doze pessoas, todos krahô, a maioria mulheres. Fiquei chocada com aquilo. Me consultei com a médica. A consulta foi boa, mas o remédio prescrito não era fornecido pelo SUS, e precisei comprá-lo. Assim, retornei à aldeia e continuei o tratamento, agora com acompanhamento desses profissionais.

Aos poucos, comecei a entender o que estava acontecendo. Sentia que ainda não estava completamente recuperada, pois ainda tinha muito medo de tudo. Tinha a sensação de que meu coração poderia parar a qualquer momento. Minha pressão estava muito baixa, o que nunca tinha ocorrido antes. À noite, a pressão voltou a cair, tomei um remédio e melhorei. Pensei que poderia ser meu coração, então falei para minha mãe que faria um eletrocardiograma.

No dia seguinte, consegui o contato de uma clínica em Araguaína e marquei uma consulta com um cardiologista. Mais uma vez, viajei para Araguaína em busca de uma resposta. Fomos de moto, e após duas horas de viagem, chegamos à cidade. Procuramos a clínica e, ao encontrá-la, aguardamos o horário do atendimento.

Cerca de uma hora depois, o médico me chamou. Estava muito apreensiva. Sentei-me à frente dele e contei tudo o que estava sentindo. Ele solicitou exames

detalhados do coração — lembro que eram cerca de seis, cada um com um valor diferente. Disse a ele que faria, e pedi ajuda a amigos para o valor dos exames. Consegui realizar dois exames no mesmo dia; os outros ficaram para a semana seguinte.

Quando já estava com os resultados de todos os exames, marquei o retorno ao cardiologista. Parecia que o tempo não passava. As crises de ansiedade voltavam, me deixando mal. Foi um período muito turbulento na minha vida. Eu não sabia mais o que fazer. Parecia que tudo que estava acontecendo comigo não tinha controle. Mas alguma coisa em mim continuava forte e não estava desistindo de nada.

Era uma nova condição de vida que eu estava aprendendo a lidar, com desafios e receios. Tudo muito diferente, como se meu mundo tivesse virado do avesso. O uso de tantos remédios, as dores que não passavam, uma sensação estranha. Estava estranhando até minha casa, minha aldeia, sem paciência com ninguém. Parecia que os dias eram longos demais, meu corpo estava muito fraco, minha cabeça estava confusa e também doía muito. Não sei de onde vieram minhas forças, acredito que das minhas irmãs, minhas sobrinhas. Era uma situação nova e estranha, e minha família demorou a entender que eu estava passando por um momento difícil.

Uma semana depois, retornei ao cardiologista em Araguaína com os resultados dos exames. Quando mostrei ao médico, ele me disse que estava tudo normal. Mas ao ler o laudo por conta própria, notei uma informação que ele não havia mencionado. Perguntei a ele sobre aquilo, e ele explicou que havia uma pequena quantidade de sangue que retornava à válvula quando o coração bombeava, por isso eu sentia o coração acelerar do nada, mesmo quando estava sentada, e as vezes me sentia cansada. No entanto, segundo ele, essa condição não indicava nenhuma doença e nem problema no meu coração. Saí daquele consultório mais aliviada. Depois da consulta, fomos comer alguma coisa, pois estávamos exaustos. Em seguida, retornamos a Goiatins sob um sol muito forte. Graças a *Pahpãm*, fizemos uma boa viagem até nossa casa. No dia seguinte, seguimos para a Aldeia Sol.

Ao chegar na aldeia, fui descansar. Fiquei pensando muito. Essas doenças que estão aparecendo entre nós, *mehi*, talvez não existissem antes. Não tinha noção de como eram causadas e nem sabia que tinham um tratamento tão complicado e delicado, que deveria procurar um profissional específico. Talvez tenha perdido muitos parentes por causa dessas doenças, porque não sabiam o que tomar, a quem recorrer.

Desde os tempos em que eu morava na Aldeia Nova, lembrei que muitas mulheres tinham essas crises que eu tive, mas não procuravam ajuda. Lembro que uma

tia, que faleceu há um ano, tinha muito dessas crises, tinha formigamento nas pernas, nos braços, na barriga. As mulheres mais velhas passavam a espuma de uma raiz no seu no corpo, passavam algumas horas, ela voltava a ficar bem. Eu sabia que ela tinha medo das brigas e ficava nervosa, isso provocava dor na barriga. Na nossa aldeia, as vezes, o pessoal bebia muito e brigava. A gente ficava com muito medo. Fui crescendo e vivendo isso também. Depois de alguns anos mudamos dessa aldeia

Depois que me mudei da Aldeia Nova, não tive muitas notícias dessa tia. Mais tarde, fiquei sabendo que ela estava com diabetes e com pressão alta, mas não fumava e nem fazia o uso de álcool. Acredito que também não fazia exercício físico e nem procurava um tratamento. Depois recebemos a notícia de que ela teve um infarto fulminante, ficamos muito tristes. Fomos ao velório dela na aldeia Nova e depois voltamos para Aldeia Sol. Fico pensando que meus parentes não procuram um profissional para falar o que estão sentindo, talvez tenham vergonha de falar com os *cupês* ou não saibam explicar direito o que estão passando.

Depois de alguns meses de tratamento, observei que fui melhorando física e mentalmente. Durante uma das consultas, a psiquiatra me perguntou sobre como foi a minha infância. Segundo ela, o trauma que tenho vem desde lá, da minha fase de criança. Ela perguntou se a minha família era tranquila ou se havia brigas ou discussões. Falou que eu era uma criança insegura, que na minha fase adulta algum episódio poderia desregular isso e foi isso que aconteceu comigo. Lembrei que meu pai, quando bebia, brigava com minha mãe e eu entrava na briga para que meu pai não a agredisse, então isso foi criando um trauma. Eu não podia ouvir conversas em outras casas que já pensava que era uma briga e, assim, fui crescendo com medo. Medo esse que tem tratamento e cuidado.

Depois de conversar com minha família sobre o que eu havia conversado com a psiquiatra, eles entenderam um pouco o que eu estava passando. A médica recomendou que eu fizesse psicoterapia para trabalhar as causas mais profundas daquele trauma. Então, passei a ir em consultas com uma psicóloga uma vez por mês. Era uma nova realidade de vida. Mudei minha alimentação, pois o alimento ajuda no tratamento. Eu sentia muita dor de estômago que parecia me sufocar. Fui ao hospital três vezes por causa dessa dor, contei para a médica que me receitou tomar *omeprazol* por um mês antes do café. Segui a orientação e também tomei outros remédios do mato, inclusive o que minha mãe fazia pra mim, que amarga muito. Foi assim que melhorei.

O tempo foi passando, fui percebendo que se eu tivesse sido orientada por pessoas informadas, não teria passado por essa situação. Ou que se minha família tivesse sido orientada, teria mais cuidado com as crianças. Falta comunicação e informação em nossas comunidades, e mais cuidado com as crianças das famílias, sobre essas doenças do *cupê*. A aproximação muito rápida das ferramentas da cidade na aldeia, prejudicam a nossa saúde. Em conversa com a psicóloga da saúde indígena Vandia, ela relatou que atualmente muitos jovens têm crises de ansiedade e que não sabem como lidar com isso. Muitas mulheres krahô estão passando por isso, às vezes as crianças também estão em uma situação complicada. Fiquei assustada com quantidade de *mehi* em atendimento no CAPS. Temos apenas uma psicóloga para atender quarenta e uma aldeias, o que dificulta conversar com ela.

O modo como nós, *mehi*, lidamos com as doenças é muito diferente do modo *cupê*. Para nós *mehi* é a família e os parentes que cuidam e não deixam a pessoa adoecida sozinha em momento nenhum. Segundo nossas origens, não podemos deixar os parentes sozinhos porque os *mecarô* (espírito) podem levar o *carô* antes da hora. Somos muito afetivos com nossos parentes, é o modo *mehi*.

Esse relato do meu adoecimento chama atenção para questões sociais que influenciam na formação de uma criança e na nossa saúde, como os efeitos do uso abusivo de álcool. Outro fator é nossa alimentação. Hoje os resguardos não estão sendo feitos como antigamente. São vários fatores que têm consequências fortes. Falo isso por tudo que passei e pelo que vejo que passamos na aldeia. As autoridades *cupê* não estão preocupadas com essas questões. Acredito que se fôssemos mais cuidadosos, não passaríamos por isso.

Hoje, aprendi a controlar minhas crises e minhas emoções, isso me ajudou muito. Aprendi que o apoio da família para uma criança é muito importante, pois pode comprometer sua saúde na fase adulta. Depois de todas essas turbulências, mudei meus hábitos e, da minha forma, tento ajudar as pessoas que me procuram.

Temos uma vida totalmente diferente dos *cupê*. Os *cupê* têm profissionais para as doenças, como os pajés que têm seus conhecimentos, que ajudam na melhoria de algumas doenças. Outras precisam do remédio da farmácia. Não estamos desistindo de equilibrar esses dois modos de cuidado, inclusive com os resguardos, por isso conversamos com as mais velhas, para conhecer as experiências de vida e os resguardos que fizeram.

AS FORMAS DE CONHECIMENTOS *MEHÎ*: OS RESGUARDOS

Minha relação com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização não governamental, remonta a um tempo anterior ao meu nascimento. Os fundadores do CTI têm uma longa história com a minha família. Nos anos 80, dois jovens antropólogos paulistas saíram de São Paulo para conhecer os Krahô, na aldeia Galheiro, e conheceram a minha família, as minhas bisavó e avó. Desde então os laços de parceria têm se mantido. Eles desenvolvem trabalhos para incentivar os povos timbiras a não perderem os costumes que mantêm vivos nos territórios, como as corridas com tora, a corteção do cabelo, a proteção o cerrado, esses elementos importantes. Tive a oportunidade de visitar os parentes através dos projetos que o CTI realiza nas aldeias, e aprendi mais sobre os nossos costumes. Me tornei pesquisadora e ingressei na universidade com o incentivo de Maria Elisa Ladeira, uma das fundadoras do CTI.

Participei de projetos com o CTI que considero bastante produtivos, fizemos levantamento de alguns dados e diagnósticos sobre a situação nas aldeias. O último projeto que participei foi o “Diagnóstico Participativo Sobre Mudanças Climáticas e Impactos à Saúde Timbira”. Nesse projeto, a equipe de atividade nas aldeias era composta por uma antropóloga do CTI, uma consultora antropóloga contratada para elaborar os relatórios, e eu, que atuei como pesquisadora e intérprete *mehî*. A seguir, descrevo as atividades realizadas com o objetivo de tratar da saúde e do corpo, principalmente das *cahhãj*, foco dessa tese.

Aldeia Cachoeira

A primeira comunidade visitada por nossa equipe foi a Aldeia Cachoeira. Assim que chegamos, fizemos contato o cacique e a comunidade, explicamos a proposta do projeto para entendessem e aceitassem participar, para a comunidade contribuir com seus conhecimentos *mehî*. A antropóloga do CTI falou sobre o fundamento e a importância da atividade nas aldeias indígenas e qual sua contribuição: reconhecer a importância do cuidado com o que comemos, para ter saúde em nossos corpos e do nosso território. O fundamento central era refletir sobre as mudanças em nossa saúde em relação às mudanças climáticas, sobre como estão afetando as comunidades krahô. Quais as plantas medicinais

ainda existem e quais não existem mais? Quais os animais ainda existem no nosso território? As nossas nascentes estão secando por falta de água? Sobre as roças, como está o plantio? Todos esses elementos estão interligados conosco, *mehi*.

No primeiro dia, nos reunimos debaixo de uma mangueira, em frente à casa do cacique, e explicamos nossa visita à aldeia. Os homens estavam todos reunidos conosco, debaixo da mangueira, enquanto as mulheres estavam mais afastadas, sentadas sob outra mangueira próxima. Pedimos então a um rapaz que convidasse as mulheres para se aproximarem, sentarem mais perto de nós e, assim, ouvirem e participarem melhor da conversa. Elas não vieram e continuaram sentadas mais afastadas. Nós krahô somos muito tímidos, as mulheres são mais ainda.

Imagem 27 - Apresentação do projeto na Aldeia Cachoeira



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Leticia J. Krahô. Aldeia Cachoeira, novembro de 2023.

Na foto acima, é possível perceber as mulheres sentadas um pouco afastadas do restante do grupo, enquanto a antropóloga do CTI explicava como seriam conduzidas as conversas, as dinâmicas de trabalho e a proposta da atividade, verificando também a disponibilidade da comunidade em participar.

Após essa primeira explicação, todos os homens presentes se apresentaram. Convidamos, então, as mulheres a se apresentarem. Elas ficaram com vergonha, apenas

duas se aproximaram, falaram os seus nomes e, em seguida, retornaram para onde estavam com as outras. A conversa terminou na hora do almoço. As mulheres foram para suas casas, os homens ficaram um pouco mais, até terminarem de almoçar. Combinamos de fazer as reuniões seguintes na escola, que fica fora da circularidade da aldeia.

Na parte da tarde, já na escola, retomamos o diálogo com a comunidade, explicando como as atividades seriam desenvolvidas. Estávamos em uma sala com cadeiras e quadro. A princípio eram dois grupos temáticos para discussão: “corpo” e “território”. Nesse momento, pensei: será que a voz das *cahhâj* iriam aparecer nessa atividade, suas experiências e seus conhecimentos? Falei em particular com minhas colegas de trabalho e expliquei que era importante ter um grupo apenas com as *cahhâj*, para termos mais momentos de conversa e elas se sentirem mais à vontade para se expressarem. Elas gostaram da ideia e aceitaram fazermos os três grupos.

Fiquei com o grupo das *cahhâj* por três motivos: Primeiro, as *cahhâj* iriam se sentir à vontade para conversar; segundo, porque sou *mehî* mulher; e terceiro, porque nesse grupo algumas perguntas seriam melhor conversadas na língua *mehî*. Na conversa com as *cahhâj*, as perguntas que se destacaram foram sobre os resguardos. Percebi o interesse de muitas mulheres mais velhas, na faixa dos 60 anos, com bastante experiência de vida. Cada grupo se reuniu em uma sala diferente para discutir sobre os temas propostos.

Trabalhamos com papel e lápis de cor para que as/os participantes pudessem escrever ou desenhar. Também foi possível gravar as falas, caso a pessoa preferisse. Apresentamos algumas perguntas orientadoras para o grupo das *cahhâj*, e expliquei em *mehî* para compartilharem como foi a experiência de quando engravidaram pela primeira vez, quais os alimentos podiam ser ingeridos e os cuidados com o corpo naquela época. Qual a importância do corpo e a saúde das crianças? Como eram as plantas medicinais utilizadas e quais não são mais utilizadas? Quem repassava esses conhecimentos?

As *cahhâj* têm mais dificuldades de conversar em reunião, acredito que pelo nosso modo de vida, em que aprendemos a ouvir e observar mais. Para ajudar a discussão, fizemos um painel de cartolina na qual iríamos escrever sobre o que é o corpo da mulher *mehî*. Nessa primeira aldeia, mulheres acima dos 60 anos, participaram mais. Não soubemos porque as mais jovens não apareceram. Expliquei a importância de suas falas e experiências de vida, que é bom sabermos como era antes.

Durante a roda de conversa, fui compreendendo o quanto ainda tenho a aprender com essas mulheres. A maioria das mulheres falou que o corpo da *cahhâj mehi* é diferente do corpo da mulher *cupê*. A *cahhâj mehi* faz resguardo para ser corredora, para não ter o cabelo branco (envelhecer precocemente), para ter uma boa visão vista e, principalmente, para ter saúde longa. A *cahhâj mehi* faz resguardo em conjunto com a família, faz remédio para não os seios não crescerem, pois poderão ter dor na coluna. Ao contrário das *cahhâj*, as *cupê* fazem cirurgia para aumentar os seios.

As *cahhâj* fazem remédios, com a casca de árvore, para não engravidar. No resguardo, só comiam algumas frutas do mato, como macaúba cozida com suco de bacaba, o suco de buriti com beiju de mandioca, o milho de pipoca sem sal e a carne de veado fêmea, que não fazem mal. Na gravidez não sentiam dores, faziam os trabalhos de casa, ajudavam a plantar na roça, não pegavam doenças da cidade. Os partos ocorriam na aldeia, com a presença das parteiras e dos pais, que também deviam fazer resguardo. Os relatos de todas as mulheres que estavam presentes na atividade foram parecidos, sobre como eram suas vivências nas aldeias.

Uma pergunta importante que feita na reunião foi: “O que plantam e comem hoje nas aldeias?” A maioria contou que plantam mandioca, arroz, feijão, fava, melancia, inhame, batata. Nos quintais plantam mamão, abacaxi, feijão e goiaba. A partir disso, pudemos visitar uma roça com todas as mulheres que estavam na reunião, o que foi bastante produtivo. No caminho da aldeia até a roça, as mulheres foram cantando e contando histórias. Algumas delas explicaram sobre as plantas medicinais que encontraram no trajeto.

Visitamos a roça da senhora Terehkwj. Era uma roça grande, já tinha mandioca plantada e inhame. Estavam esperando a chuva para plantar o arroz, pois a terra ainda estava muito seca para plantar. Sentamos um pouco à sombra, pois o sol estava quente e estávamos cansadas. As mulheres pegaram pau-de-leite para nos pintar, pois nos protege de doenças e dos *mecarô*, depois passaram o urucum que é vermelho.

Imagem 28 - As mulheres na roça da dona Vilma se pintando com pau-de-leite



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Letícia Jôkâhkwyj Krahô. Aldeia Cachoeira, 2023.

Depois de alguns minutos, retornamos à aldeia. No caminho, as *cahhâj* foram colhendo algumas folhas que seriam de remédio para levar e mostrar na atividade na escola. Na parte da tarde, as *cahhâj* começaram a explicar sobre as folhas que pegaram na estrada, que serviam de remédio para dor de barriga, febre, mal-estar, enjoo e ferimentos. As *cahhâj* estavam à vontade para falar de seus conhecimentos, não tinha disputa sobre quem tinha mais conhecimento. Quando uma falava, todas mostravam que estavam de acordo. Percebi que antigamente havia mais saúde, as mulheres se movimentavam mais, tinham mais disposição para trabalhar nas roças.

Os ensinamentos são repassados de diversas formas. Alguns aprendem com os pajés, que ensinam os remédios e os modos de preparo. As pessoas vão observando e aprendendo. Assim, quando alguém estiver doente, já sabe fazer algum remédio caseiro que aprendeu com pajé. Assim os mais velhos foram aprendendo e repassando esses conhecimentos para os jovens. Contudo, alguns remédios e o modo de prepara-los, os pajés não podem repassar, apenas eles podem fazê-los. Por exemplo, o remédio para picada de cobra. Este é feito apenas pelo pajé, que se prepara, começa a fazer o remédio e o resguardo até a pessoa ficar boa, o que pode levar semanas.

Alguns remédios não são mais encontrados perto da aldeia, apenas bem longe. Alguns são encontrados perto da aldeia, como cascas e folhas. Nos quintais das casas, plantamos alguns remédios, como as folhas de capim santo e pimenta, que usamos as folhas e as sementes, entre outras.

As *cahhãj* relataram que a vida, no passado, era muito mais saudável. Não tinham muito acesso às comidas da cidade. Segundo elas, o que mais enfraquece o corpo é o sal e o açúcar; estas foram palavras de uma *cahhãj*. Antigamente não se consumia tanto sal e açúcar, comiam muitas frutas que eram doces e também frutas que eram azedas, consumiam muito batata-doce, que fortalece, e inhame, que deixa o corpo forte. A abóbora também é doce, era consumida com leite de coco. Assim era a vida das *mehi*.

Observei o quanto nossa alimentação mudou. Uma *cahhãj*, com um olhar de tristeza, levantou da cadeira e falou que, no seu primeiro filho, fez um resguardo rígido e se sentiu bem de saúde, não sentiu dores em nada, nem cansaço. Além disso, seu filho cresceu sem ficar doente. Já no segundo filho, o resguardo foi diferente, seus pais não foram tão rígidos, pois já havia a experiência com o primeiro. Assim, a rigidez dos resguardos vai diminuindo ao longo da vida. As *cahhãj* que conversaram comigo nessa atividade, contaram que nunca fizeram cesárea, tiveram partos normais, e os resguardos foram bem feitos, não tiveram que tomar remédios dos *cupê*.

As mesmas mulheres que se reuniram no primeiro dia da atividade, que estavam distantes na conversa inicial, se sentiram com vontade de conversar conosco, com alegria de poder compartilhar suas experiências de vida. Eu também compartilhei um pouco da minha experiência, do resguardo que fiz quando me tornei moça. Contei da experiência em mundos diferentes, que é o mundo *cupê* e o mundo *mehi*, com pensamentos e práticas muito diferentes. Elas gostaram de ouvir e comentaram que a falta de informação faz com que deixem de se cuidar e que comam as comidas da cidade.

As mudanças no cuidado do corpo e na alimentação, ao longo do tempo, estão afetando o corpo da mulher *krahô*. As *cahhãj* estão ficando sedentárias, isso contribui para o aumento de doenças como diabete e pressão alta. As crianças não nascem mais na aldeia, mas na cidade. A maioria das meninas jovens fazem cesáreas para ter o bebê, e não seguem mais o resguardo como antigamente. No hospital, as mães recebem alimentos como arroz e macarrão, que são alimentos pesados no nosso costume, com isso não fazem o resguardo corretamente. As mães não tiram as sobrancelhas dos recém-nascidos, não cortam os cabelinhos, nem pintam com o líquido do pau-de-leite, que são cuidados com os recém-nascidos.

Uma *cahhãj* relatou que, quando teve o primeiro filho, não sabia nem fazer força para parir o *craré*. Ela contou que foi uma experiência única, pois não teve mais filhos. Disse que sentiu dores, nada parecida com qualquer outra, que era uma dor que parecia quebrar todos os ossos do quadril e que ela não sabia como reagir. Sua mãe não orientou

sobre como era o processo do parto. Ela acredita que fez um resguardo forte, já que seu filho não ficou doente. Ela não teve outros filhos, e hoje é avó. Ela fez o resguardo do seu filho, como aprendeu com as *cahhâj* mais experientes.

O cacique também compartilhou seus conhecimentos sobre as plantas medicinais, reconhecendo as plantas que as *cahhâj* trouxeram do mato.

Imagem 29 - Atividade na Aldeia Cachoeira



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Paula Sobral, dezembro de 2023.

A foto acima registra um momento da nossa atividade na Aldeia Cachoeira. As mulheres gostaram da atividade, deixaram de fazer as coisas em suas casas e foram participar. Gostei muito, aprendi mais com as experiências das *cahhâj* e sobre as plantas medicinais.

Durante os dias em que estivemos na aldeia, ouvi relatos de mulheres que tiveram seus filhos em um tempo em que não tinham muito acesso à cidade. Elas enfrentaram a timidez para estar conosco. No último dia, três mulheres foram à frente da turma para falar de suas experiências sobre a prática dos resguardos. Levantaram e começaram a falar dos remédios que conheciam. Esses foram os relatos das *cahhâj* que estiveram conosco durante os três dias de atividade. Cada ensinamento compartilhado fortalece a luta pela valorização dos conhecimentos *mehi*, que são caminhos de cuidado e de resistência.

Imagem 30 - As *cahhãj* na Aldeia Cachoeira



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Paula Sobral. Aldeia Cachoeira, dezembro de 2023.

Depois de três dias de atividade, senti que nos aproximamos mais. Sugeri para *cahhãj* que ficassem à vontade para falar o que quisessem sobre o conhecimento das plantas. Ao final, pedi para as *cahhãj* para tirarmos uma foto no pátio da escola. Todas concordaram, e tiramos a foto acima.

Cada *cahhãj* tem muita experiência de vida *mehi*, que não é possível conhecer em apenas três dias muito corridos. Fiquei feliz em poder aprimorar meus conhecimentos *mehi* com elas. Uma riqueza de conhecimentos que guardo com orgulho, são conhecimentos de mulheres fortes e felizes com o que têm, uma comunidade toda.

Demos continuidade à nossa rota de atividades do projeto em outra aldeia krahô, desta vez no município de Goiatins, a Aldeia Capitão do Campo, uma comunidade nova que se formou da aldeia Rio Vermelho.

Aldeia Capitão do Campo

A Aldeia Capitão do Campo, segunda a ser visitada pela equipe do projeto, fica do outro lado da Terra Indígena Kraolândia, em relação à Aldeia Cachoeira. Nas atividades nesta aldeia, tivemos mais presença de mulheres jovens. Também visitamos uma roça, onde tiramos bacaba, macaúba e manga. Também nos pintamos e voltamos

conversando. Chegamos na escola na hora do almoço. Ficamos um tempo na escola e, depois, fomos tomar banho no rio. Retornamos no período da tarde para conversar e apresentar as plantas medicinais e as frutas que trouxemos do mato, como bacaba, buriti e macaúba. Conversamos sobre esses remédios e frutas, e sobre as mudanças que podem estar afetando a comunidade. Sabemos das mudanças em nossas comunidades com a aproximação da cidade e dos produtos que agora consumimos, o nosso corpo está sendo modificado e ficando mais frágil. Porém, nossa percepção é que, mesmo com tantas mudanças em nossas aldeias, nós continuamos praticando os nossos costumes, fazendo as roças e guardando as sementes.

Fomos bem recebidas na Aldeia Capitão do Campo. Logo na chegada, conversamos com o cacique, que estava passando por um momento complicado por conta do agravamento da diabetes, teve uma perna amputada. O chamador começou a chamar o pessoal para se reunir na casa do cacique. Naquele momento, somente os homens apareceram. Conversamos sobre a atividade, e o cacique falou que era melhor continuarmos na escola, pois ali teríamos mais espaço. Ele explicou que suspendeu as aulas para a nossa atividade ser realizada na escola. Seguimos, então, para a escola e organizamos os grupos de trabalho, como havíamos feito na aldeia anterior.

No primeiro momento, apareceram apenas duas mulheres, que se sentaram mais afastadas. Convidei-as para se aproximarem, expliquei em *mehî* a importância do projeto sobre a concepção dos *mehî* em relação às mudanças do clima, se estão afetando a saúde e o território.

À tarde, novamente, apareceram apenas duas mulheres. Então, perguntei: “Cadê as outras *cahhâj*?” Um rapaz me respondeu: “Elas não gostam de participar de reunião, não”. Preferi não responder. No dia seguinte, momento em que iríamos conversar sobre as perguntas orientadores, apareceram três mulheres. Levantei-me e falei em *mehî*: “Mulheres, viemos de longe fazer este trabalho com vocês, mas se vocês não estiverem a fim de fazer, a gente não vai fazer”. Então, a esposa do cantor da aldeia respondeu que iria buscar as mulheres em suas casas e convidá-las para participarem da atividade. Cerca de meia hora depois, muitas mulheres chegaram na escola, todas jovens. Gostei muito de vê-las ali conosco, na reunião.

As *cahhâj* têm vergonha de falar em público, mas algumas falam em *mehî jahkwa*. Expliquei para as participantes sobre a importância do corpo, como mencionei, a maioria eram jovens, na faixa dos 30 anos. Elas também relataram que nosso corpo é diferente do corpo das *cupekwyjrê*, que só ficam na sombra, não fazem comida, só pedem

comidas já prontas. Já as *cahhãj mehi* vão buscar a comida no mato, e depois a preparam em casa. Com isso se exercitam, não ficam apenas sentadas o dia todo.

Na Aldeia Capitão do Campo, propusemos uma caminhada até a roça, pela chapada, para observar as plantas medicinais e as sementes plantadas pelas mulheres com ajuda dos homens. Essa vivência foi importante para nos aproximar.

Imagem 31 - Visita a roça na Aldeia Capitão do Campo



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Letícia Krahô. Aldeia Capitão do Campo, 2023.

No momento da foto, procuramos um lugar com sombra para sentar e descansar um pouco. O sol estava muito quente, fazia calor e estávamos caminhando com crianças. Carregamos *cahhá* para coletar algumas frutas que encontrávamos no mato. Conseguimos pegar macaúba e manga.

Passamos perto de uma lagoa bem grande e perguntei se havia muito *tep* (peixe) por ali. As mulheres responderam que tinha pouco, e que tinha sucuri, que elas tinham medo de passar por ali, mas que era o caminho para algumas roças. Continuamos a caminhada até chegarmos em uma roça. Havia um pé de bacaba, e as mulheres foram ver se conseguiam tirar a bacaba, uma fruta do cerrado. Essa fruta fica no mato, em uma palmeira, algumas são bem altos, apenas as mulheres com pernas fortes conseguem subir, retirar o cacho e descer com a bacaba.

Naquele dia, nenhuma das *cahhãj* que estavam conosco conseguiu subir – ou por vergonha ou por conseguirem mesmo. Encontramos outro pé de bacaba na roça de uma senhora, as meninas também não conseguiram subir. Nesta roça havia um machado, que

foi usado para cortar o pé de bacaba e conseguir, assim, trazer o cacho no *cahhá* até a aldeia e fazer o suco.

Durante a caminhada, também recolhemos outras frutas e plantas medicinais, como buriti, que catamos embaixo do pé, macaúbas e mangas. Foi uma caminhada boa, vimos que ainda existam plantas e frutas perto da comunidade.

Voltamos para aldeia, fomos tomar banho no rio e descansar um pouco antes de retornar para a escola. Depois, houve a apresentação para os outros grupos do que tínhamos encontrado em nossa caminhada e da importância das plantas e frutas coletadas. À tarde finalizamos a atividade com a comunidade, falamos que a comunidade precisa de iniciativa para manter as atividades nas roças e a proteção do território.

Aldeia Sol, uma aldeia menor

Na Aldeia Sol, onde vivo, a conversa com a comunidade foi tranquila. Pela manhã, realizamos a apresentação da atividade e, à tarde, seguimos com os trabalhos voltados às perguntas sobre corpo e território. Na minha aldeia fiquei mais à vontade e participei dos dois grupos, falei o que percebemos sobre corpo e território. Sobre o corpo, refletimos que está mais fraco devido ao consumo de comidas da cidade. Percebemos também que, com as mudanças climáticas, as roças não estão plantadas, pois não estava chovendo, e não há água suficiente para as plantas crescerem e darem frutos. O rio que passa por nossa aldeia está raso, a temperatura aumentou muito, e o clima está muito ruim. O desmatamento entorno do território está afastando os animais. O nosso território está cercado de plantações de soja e eucalipto, isso está prejudicando a saúde da nossa comunidade.

Acredito que precisamos preservar o que ainda temos em nosso território, como animais e plantas. Precisamos conscientizar a população a cuidar mais do nosso lugar de viver, monitorar o local em que há plantas medicinais, frutas, o local de concentração de animais que servem como nosso alimento.

Sobre corpo, assim como discutimos nas outras aldeias, percebemos que ele está mudando. Percebemos a nossa fraqueza e as mudanças por causa das comidas que trazemos da cidade.

Imagem 32 - Desenho do entorno da Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Paula Sobral, Aldeia Sol, dezembro de 2023.

Na foto, vemos o momento em que os meninos explicam, com o mapa produzido, os elementos que compõe o nosso território, que estão ao redor da nossa aldeia. Os indígenas andam pelo território, caçando e observando as mudanças nos matos e chapadas devido à falta de água, o que está acontecendo em nosso mundo. Além disso, a queimada descontrolada prejudica as plantas e os animais que ainda temos. Muitas vezes o fogo atravessa os rios e se espalha para outros lugares.

Nas aldeias, fazemos pequenas roças, que não queimam grandes áreas. Produzimos os nossos alimentos para manter nossas famílias. Com falta de chuva, muitas sementes, que foram plantadas nas roças, secaram, não aguentaram o sol quente. A terra ficou seca. As pessoas perderam suas sementes e estão preocupadas, como ficaremos sem comida nas roças, se o que a gente planta não vai nascer? O que as famílias vão comer? As mudanças do clima estão nos afetando de todos os jeitos, as nascentes estão secando, e estamos muito preocupados.

Na aldeia, as pessoas também sofrem com o calor intenso. Isso afeta a saúde das crianças, os velhos ficam cansados e precisam se hidratar a todo momento. O fogo,

quando mal usado, é um elemento que prejudica a saúde da comunidade, pois traz muita fumaça e calor, além de matar os bichos e plantas que usamos.

Diante desse cenário, fizemos algumas reflexões sobre o que podemos fazer para melhorar a saúde de nossas comunidades: o reflorestamento de nossas nascentes, a proteção das matas ciliares de nossos rios, o plantio de árvores frutíferas nas nossas aldeias e no entorno, a prática das nossas corridas de tora, a produção de nossas roças, a prática dos resguardos, que são fundamentais para o fortalecimento do corpo. Não adoecemos quando fazemos os resguardos direito.

Também pensamos que os mais velhos devem aconselhar os mais jovens sobre os remédios do mato, que ajudam a curar algumas doenças. As parteiras podem aconselhar as meninas sobre os cuidados durante e após a gravidez. Hoje, os partos estão acontecendo no hospital, e as meninas têm vergonha. Muitas vezes, a equipe médica não sabe se comunicar com as *cahhãj*, e as meninas acabam passando por momentos difíceis sozinhas. Podemos melhorar a saúde de nossas comunidades em que trabalhamos em grupo.

Imagem 33- Finalização das atividades na Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Paula Sobral. Aldeia Sol, dezembro de 2023.

Finalizamos nossa atividade na Aldeia Sol com muito aprendizado e com o comprometimento de cuidar de nosso território. Assim, manter nossas comidas naturais, que vêm do mato, junto com o rio, que precisamos tanto. As conversas que realizamos

foram de aprendizado e comprometimento com nosso corpo e com nosso território, para que nossas crianças cresçam entendendo que temos, em nossa terra, muitas matérias-primas do mato que nos servem, alimentam e curam.

A pesquisa permitiu que as pessoas se expressassem, que falassem dos desafios que encontram na vida. Percebi, ao longo dos encontros, que falta informação nas nossas comunidades, por exemplo sobre mudanças climáticas. É uma palavra nova, assim outras palavras que não conhecíamos, mas que sentimos no dia a dia.

Atividade nas aldeias Krahô, janeiro de 2024

O projeto desenvolvido pelo CTI contou com uma segunda fase. Em janeiro de 2024, retornamos às aldeias Cachoeira, Capitão do Campo e Sol. Planejamos passar três dias realizando atividades e conversas com algumas pessoas da comunidade, como por exemplo, o cacique, os pajés, as parteiras, os/as jovens, os/as agentes de saúde. Programamos bastante trabalho para esses dias, e novamente iniciamos as atividades na Aldeia Cachoeira.

Imagem 34 - Entrevistando Terehkwyj, esposa do cacique, Aldeia Cachoeira



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia de Paula Sobral, Aldeia Cachoeira, janeiro de 2024.

Essa parte da pesquisa foi a continuação do trabalho iniciado em dezembro de 2023, com a mesma equipe e nas mesmas aldeias. Foi bom voltar às aldeias onde realizamos as atividades, as pessoas comentaram que sentiram saudades.

Existe uma estrutura em nossa comunidade que é necessário entender melhor quando se visita uma aldeia *mehî*: primeiro vem a família, que é a base de tudo na aldeia. Em seguida, vem o *pahhî* (cacique), escolhido pela comunidade para ser o representante. Depois, vem o pajé, em quem a comunidade confia no que diz respeito às doenças. Há também os conselheiros, que são os mais velhos da aldeia, que aconselham os mais jovens e que podem punir aqueles que fazem algo de errado na comunidade. E há as parteiras, que ajudam as mulheres durante o parto. Essa é a estrutura do povo krahô. A comunidade do meu povo existe na coletividade, em que há muito afeto. O povo krahô é muito afetuoso com a família e com todos.

Chegamos à tarde na Aldeia Cachoeira, percebi que a casa do cacique estava diferente — era lá que ficaríamos durante o trabalho. Diferente da Aldeia Sol, que fica às margens do rio, a Aldeia Cachoeira tem acesso por estrada, e o carro chega até ela. Ao chegarmos, tivemos uma surpresa: a família do cacique realizaria o *amjikin* da neta, que começaria no dia seguinte e duraria três dias. Fiquei surpresa, não estava preparada para aquele *amjikin*. O *pahhî* comunicou à nossa coordenadora que precisaria de apoio para buscar o cantor na Aldeia Capitão do Campo.

No jantar, as meninas *cupê* que estavam fazendo o trabalho comigo perguntaram como era essa festa do *wyty*: “O que é *wyty*?” Expliquei como era esse ritual, que *wyty* é uma criança escolhida pela comunidade. A partir desse ritual, os encontros para as festas e reuniões serão organizados na casa de sua família. Isso pode durar de três a quatro anos. O *wyty* tem que ser uma criança. Depois desse período, a família se prepara para terminar o *wyty*, o que dá trabalho, toda a comunidade precisa estar envolvida, ajudando, buscando lenha para fazer comida e para fazer o *kwyr cupu*.

O *wyty* é uma criança, de dois a quatro anos de idade, escolhida pela comunidade e é muito respeitada. A casa da criança escolhida passa a receber, por obrigação, as pessoas com mais atenção, inclusive oferecendo alimentação. Quando a criança cresce, atinge 12 ou 13 anos, a família se prepara para terminar o *wyty*. O encerramento do *wyty* demanda muitas despesas, são três dias de muita comida, cantoria e corrida de tora. É um ritual que não podemos deixar de praticar, pois faz parte da vida social da comunidade krahô. Não podemos ter aldeia se não tiver *wyty*.

Naquela noite, houve cantoria que aconteceu na casa do cacique. Como chovia, não foi possível que a cantoria ocorresse no pátio da aldeia. O pessoal de outras aldeias já tinha chegado, mas ainda faltava o cantor para a noite principal.

Na manhã seguinte, conseguimos juntar o pessoal da aldeia para conversar. Fomos iniciando a atividade conforme a disponibilidade das pessoas, pois estavam em festa e tinham muitas demandas. À tarde, combinamos de fazer entrevistas com três pajés, nos organizamos para ir até suas casas. Mas também haveria corrida de tora e queríamos assistir os meninos correndo. Fomos até a casa do primeiro entrevistado, o senhor Juarez Krahô, que nos recebeu junto com sua esposa.

O senhor Juarez Krahô e sua esposa nos receberam e nos convidaram para sentar. Assim, iniciamos a conversa, perguntamos se ele poderia nos relatar como se tornou pajé. Ele respondeu que não era pajé. Na verdade, disse que não era mais pajé. Ele não queria que soubéssemos. Não insistimos, respeitando sua vontade, e perguntamos sobre as plantas medicinais que ele conhecia, se poderia nos contar um pouco de sua experiência. Ele contou que conhecia muitas plantas medicinais, que inclusive tinha ervas em sua casa para qualquer emergência. Contou também que conhecia plantas tratar picadas de cobras perigosas, e que já havia curado algumas pessoas, mas que esses remédios não podiam passados para qualquer um. Em sua casa, ele tinha óleo de jiboia que, segundo ele, servia para dores musculares e para picada de cobra. As plantas medicinais que ele conhecia eram para feridas e diabetes. Perguntamos se ele fazia remédios para todos na aldeia, ele respondeu que se um *mehi* da aldeia precisasse dele, fazia o remédio sim.

Senhor Juarez Krahô contou que sabe fazer garrafada de entrecasca de jatobá para diabetes, e garrafada de casca de aroeira para pressão alta. Também tinha o remédio da casca de sucupira e pau-de-leite, que também é bom para pressão alta, para diabetes e cansaço, para quando a pessoa tem dificuldade de respirar. Hoje, ele não anda mais para longe da aldeia para procurar remédio, só busca os remédios em locais próximos da aldeia, na área da chapada. Disse que também sabe sobre o remédio para evitar gravidez.

Ele contou que certa vez seu neto, na Aldeia Rio Vermelho, foi picado por uma cobra. Ele foi até lá para cuidar do neto com plantas. Precisou fazer resguardo, só se alimentou com carne de gado ou carne de veado, não pôde comer arroz, nem feijão. Segundo ele, o feijão faz o local da ferida inchar. Tanto o pajé, como toda a família da pessoa picada por cobra, precisa fazer resguardo. Sem isso, a vítima pode morrer devido a complicações da picada. Todos da família fazem o resguardo, deixam de comer certos

alimentos como, por exemplo, carne de caça. Para a picada de Cascavel, tomamos a gordura da jiboia, duas colheres de sopa, pois a jiboia mata as outras cobras.

Senhor Juarez tem conhecimentos especializados sobre o tratamento de picadas de cobra. Ele conversou conosco em português, estava à vontade na cozinha de sua casa dele. Também contou outras histórias que apenas os pajés podem ver, por exemplo, sobre conversar com os espíritos.

Nossa conversa foi boa. Estávamos atentas para não perder a corrida de tora, é uma prática importante na aldeia. Quando terminamos a conversa, a corrida ainda não tinha acontecido, então voltamos para a casa do cacique. A corrida de tora, como mencionei, é uma tradição do povo Krahô. No momento da corrida percebemos quem fez resguardo e quem não fez, uma observação importante. Além disso, também é possível observar qual das metades da aldeia está precisando de mais membros para a corrida. Neste dia, acompanhamos a corrida de longe. Depois que ela foi finalizada, foram cantar no pátio.

Chegamos na casa do cacique e já tinha comida pronta para nosso jantar. À noite estávamos cansadas, mas queríamos acompanhar a cantoria. Descansamos e ficamos ouvindo a cantoria no pátio.

No dia seguinte, o cantor de outra aldeia chegou, e o pessoal foi buscar carne para preparar o *paparuto*. Como a Aldeia Cachoeira é antiga, as matérias-primas estão distantes. Assim, foi preciso buscar as palhas da folha de bananeira de carro. A macaxeira foi comprada em uma fazenda, e a lenha para o *moquém*.

Combinamos de ir até a casa do próximo entrevistado, um senhor já de idade que também era pajé. Seu filho nos levou até a casa, do outro lado da aldeia. Chegamos e sentamos para conversar.

O pajé Alcides Krahô nos contou como se tornou pajé. Segundo ele, para que um animal escolha uma pessoa para ser pajé, é necessário que o animal goste dela. No caso de Alcides, foi um cavalo que o transformou em pajé, que conversou com ele. Quando ele era jovem, durante uma caçada no mato, o cavalo falou com ele. O cavalo pediu para que ele não contasse a ninguém que estava se transformando em pajé.

Ele também relatou que faz resguardo quando trata alguém com feridas. Nesse período, não come carne de porco nem peixe, consome apenas carne de gado. Toda a família da pessoa adoecida também deve seguir o resguardo. Quando fala com um doente e sua família, o senhor Alcides aconselha sobre como fazer o resguardo e não comer

qualquer comida, também orienta sobre as plantas para o remédio. Com isso, a recuperação do paciente pode ser mais rápida.

Os pajés também conversam entre si para o aprimoramento de seus conhecimentos. Em alguns casos, sentam juntos e conversam sobre qual é o melhor e mais eficaz tratamento para o paciente. A maioria dos krahô vão aprendendo esses conhecimentos na aldeia, na convivência com os mais velhos.

Acredito que muitos jovens, hoje, têm receio de se tornarem pajé. Primeiro porque não fazem mais caçadas como antigamente. Segundo porque os jovens parecem não ter mais interesse de ir para o mato. Se ficarem apenas na aldeia e não saírem para o mato, possivelmente não se tornarão pajé. Hoje em dia não tem caçador. Tem muita carne de caça, mas não tem caçador. Nenhum jovem é caçador porque não passou pelo resguardo. Para ser um caçador precisa fazer resguardo.

Alguns meses após o encontro com o cavalo, um parente do senhor Alcides adoeceu. O acesso à cidade era difícil, então ele precisou revelar que era pajé, que poderia ver o que o parente tinha e fazer o remédio para que se recuperasse. Foi assim que sua família ficou sabendo o que tinha acontecido. Desde esse tempo, nunca deixou de cuidar de seus parentes e de algumas pessoas da aldeia onde mora.

O cavalo o aconselhou a não colocar feitiço nos outros, pois poderia perder os poderes que tinha ganho. Assim, o pajé, mesmo já idoso, continua com seus poderes de pajé, morando com sua família.

Depois dessa conversa, seguimos para a casa do senhor Joselindo Krahô, grande conhecedor das plantas medicinais na área krahô. Um jovem professor da aldeia nos levou até sua casa. Chegando lá, sentamos e perguntamos se ele se sentia à vontade para conversar. Ele respondeu que sim, que não tinha problema em falar conosco.

O senhor Joselindo começou a contar sua história. Quando era jovem, foi caçar no mato com uma espingarda. Foi caminhando até que viu um *awxê*t (tatupeba) vindo em sua direção. Ele pensou em atirar no animal, mas, quando preparou a arma para atirar, o animal falou com ele, disse para não atirar, pois queria conversar. Neste momento, o *awxê*t se transformou em pessoa. Ficaram conversando, e o *awxê*t disse que queria muito transformá-lo em um pajé. O *mehi* respondeu que aceitava receber seus poderes. O animal se preparou e, então, colocou seus poderes nos braços, na visão e na cabeça de Joselindo. No exato momento em que recebeu os poderes, ele já começou a enxergar diferente, começou a ver os objetos que estavam longe, inclusive as pessoas na aldeia. O animal pediu que ele, por um certo tempo, não revelasse para ninguém seus poderes e que, depois,

voltasse a se encontrar com ele. Joselindo interrompeu a caçada e, daquele local, retornou para a aldeia. Desde esse dia, sua vida mudou. Depois, como combinado, foi encontrar com o *awxêt* (tatupeba). O *awxêt* falou: “Como vai?” O *mehî* respondeu que estava bem. O animal percebeu que ele havia seguido a orientação de não contar a ninguém, então, a partir desse reencontro, quando retornasse para a aldeia, poderia trabalhar como pajé e todos poderiam ficar sabendo. E assim ele fez.

Com passar do tempo, foi ficando velho, mas não deixou de ser pajé. Já curou muitas pessoas da aldeia, inclusive de picada de cobra, e sempre ajudou as pessoas o procuraram.

Ao final da conversa com o pajé, voltamos para casa. O pessoal já tinha colocado o *paparuto* para assar. Não conseguimos acompanhar direito o *amjikin*, pois estávamos dedicadas à pesquisa. Quando terminamos de jantar, vi que os cantores foram para o pátio cantar. As mulheres também foram.

Imagem 35 - Cantoria no pátio na Aldeia Cachoeira



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Lilian Mourão, Aldeia Cachoeira, janeiro 2024.

Voltamos para casa e fomos ouvir a cantoria, pois a festa continuava enquanto estávamos realizando as entrevistas com os mais velhos. Na casa do cacique, já havia chegado mais gente de outras aldeias, inclusive o cantor. Todos foram recebidos pelos

parentes com muita comida. No *amjikin* (festa), reuniram-se seis aldeias, convidadas para participar e ajudar a família com as atividades da festa.

Essas aldeias foram escolhidas pelo cacique, pois nelas vivem seus parentes, que precisavam estar presentes no *amjikin* de sua neta. Todos vieram. Notamos que, entre os convidados, havia poucos jovens; a maioria era composta por adultos, principalmente aqueles que sabem cantar, fazer o *kwyr cupu* e realizar as pinturas corporais.

No dia seguinte, com todos os convidados já na aldeia, as mulheres se reuniram para descascar macaxeira e preparar o *paparuto*. Foram feitos dois: um com carne de gado e outro com carne de porco e frango. Já estavam prontos dois *moquéns* grandes para assar os *kwyr cupu*. As mulheres ficaram muito ocupadas com os preparativos da festa, por isso não conseguimos fazer entrevistas com elas até aquele momento. O *wyty* exige a colaboração de muitas pessoas, que ajudam os donos da festa, e é também um direito da comunidade estar presente até o final.

A menina que era *wyty* tinha 7 anos, e sua família já havia preparado muitos adereços para colocarem nela. Havia muitas miçangas de várias cores e tamanhos. No modo *mehi*, na finalização desse ritual, a família precisa dar muitos presentes para a comunidade, como tecidos, miçangas, utensílios de cozinha e alimentos. Todos esses itens são levados ao pátio pelo representante da aldeia e distribuídos aos convidados. Eu mesma ganhei um tecido e um colar de miçangas.

Imagem 34 - As cahhâj ralando o kwyrpej para fazer o kwyr cupu do wyty



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Paula Sobral, Aldeia Cachoeira, janeiro de 2024.

Como citado anteriormente, as *cahhãj* se desocuparam e conseguimos conversar com a esposa do cacique, Dona Vilma Terhkwyj Krahô, anciã e conselheira da Aldeia Cachoeira. Sentamos na casinha que haviam construído e iniciamos a conversa. Com os pajés, perguntamos sobre os conhecimentos deles. Com a *cahhãj*, as perguntas foram sobre os conhecimentos dela, sobre os resguardos que realizou quando teve filho, sobre como faziam para não ganharem nenê na cidade.

Ela contou que, na época em que era jovem, tudo era muito diferente. Quando teve seu primeiro filho, fez resguardo firme: comia apenas batata e inhame, às vezes comia milho. Seu marido também fez resguardo, comendo apenas o mesmo que ela. Quando seu *craré* foi crescendo, ela passou a acompanhá-lo até a roça, e levava seu filho junto. Depois teve outros filhos, e os resguardos foram diminuindo. Ela nunca tomou remédio para evitar gravidez, e também não o ensina para suas filhas e netas. Todos os seus partos aconteceram na aldeia, nenhum ocorreu na cidade, apenas com o apoio de sua mãe e de outros parentes. Ela percebe que as coisas foram mudando. Hoje, as meninas têm os filhos na cidade, elas têm medo de que algo ruim possa acontecer com elas ou com o bebê. Algumas ainda são muito jovens e não tiveram os conselhos dos mais velhos para se prepararem para o momento do parto.

Essas mudanças têm afetado os costumes na aldeia. Dona Vilma Terhkwyj comentou que as meninas não querem mais correr com tora, não gostam de se pintar com jenipapo nem de cantar. Os meninos só querem jogar bola, não cortam mais o cabelo como *mehî* – preferem o corte de cabelo no estilo dos *cupê* -, não furam mais orelha como se fazia antigamente. Ela compartilhou que não está gostando do modo como essas mudanças estão se dando na aldeia. Além disso, sobre o clima, comentou que está muito quente, e que isso está afetando a vida das mulheres, pois se sentem cansadas e ficam fracas, precisam tomar muita água. Isso foi um pouco do que ela observou na aldeia onde mora junto com sua família.

Algumas entrevistas foram feitas em português, outras em *mehî jarkwa*. Deixamos os/as participantes à vontade para escolherem falar na língua com que se sentiam mais confortáveis. As mulheres preferiram falar em *mehî jahkwa*, assim se sentiam mais à vontade para conversar. Primeiro, consultávamos se a pessoa gostaria de conversar, de contar um pouco sobre o que conhece como *mehî*: os conhecimentos das

plantas medicinais e os resguardos que praticaram quando mais jovens. Percebemos que as mulheres tinham receio ou vergonha de falar sobre alguns assuntos.

Também visitamos o postinho de saúde para conversar com os agentes indígenas de saúde. Chegando lá, já estavam nos aguardando. Sentamos em um banquinho que estava debaixo de um pé de manga, na parte de trás do postinho, e conversamos com a agente Soleane Pahpre Krahô. Perguntamos sobre como estava o atendimento da equipe médica que visitava a aldeia.

Ela nos relatou que os profissionais de saúde influenciam as mulheres para terem os filhos no hospital e a comerem comida da cidade. No nosso costume *mehî*, é uma obrigação fazer resguardo, o que exige restrição alimentar. As meninas que ganham bebê na cidade passam por cirurgias para a retirada do bebê, com cortes grandes na barriga, e isso não é bom. As meninas jovens não sabem fazer o resguardo direito para a cicatrização rápida. Muitas vezes, o corte inflama e é necessário que voltem para a cidade. No hospital, as comidas oferecidas são feijão e carne, para que a mãe produza leite para o bebê, mas não seguem as orientações do resguardo. As meninas não ganham mais neném na aldeia, assim, há mudança nos hábitos alimentares e no modo de vida na aldeia.

Claudete Terehkwyj Krahô é uma jovem *mehî*, moradora da Aldeia Cachoeira. Casada, ainda não tem filhos. Ela expressou ter medo de engravidar e ir para o hospital. Relatou que sempre segue os conselhos de sua mãe, faz uso de remédios caseiros e leva uma vida tranquila cuidando de sua família. Sua irmã mais nova perdeu um bebê que estava enrolado no cordão umbilical. Ela foi levada ao hospital, onde foi submetida a uma cesariana. Segundo o médico que a atendeu, se ela não tivesse ido ao hospital, também morreria. A partir dessa experiência, Claudete Terehkwyj ressaltou a necessidade de conscientizar as mulheres e os homens sobre a gravidez de meninas muito novas. Explicou que há remédios do mato, que as meninas podem usar para não engravidar cedo e passar por situações difíceis, como a que compartilhou.

A conversa com Claudete Terehkwyj e Soleane Pahpre, agente de saúde da aldeia Cachoeira, foi muito significativa. Elas queriam muito contar o que estavam sentindo e vivendo na aldeia. Já Dona Vilma Terehkwyj deixou registrado sua preocupação como anciã que participou de grandes festas e viveu quando tudo diferente. Acredito que sua preocupação era com as mudanças, com os jovens não praticarem mais os nossos costumes *mehî*. Senti isso durante nossa conversa. Foi importante registrar sua fala, a preocupação de uma *cahhâj* mais velha, para repensarmos, como *mehî*, nossos atos na aldeia.

Finalizamos as nossas conversas na Aldeia Cachoeira. Conforme o que planejamos, conseguimos realizar as entrevistas com diferentes pessoas. À noite, comunicamos a comunidade que seguiríamos para a próxima aldeia que estava em nosso roteiro. Assim, nos despedimos e, no dia seguinte, partimos para a Aldeia Capitão do Campo.

A Aldeia Capitão do Campo está localizada às margens do rio. Ambas aldeias são da mesma área, mas possuem hábitos diferentes. Isso quer dizer que cada aldeia tem seus costumes, cada família tem suas especificidades. Eu, como *mehî*, percebo essas diferenças que as pessoas não indígenas não conseguem perceber.

Nós, *mehî*, temos modos de recepcionar diferentes dos *cupê*. Quando visitamos uma outra aldeia, nós *mehî*, geralmente, ficamos na casa de parentes, não podemos ficar na casa de pessoas estranhas. Já os *cupê*, quando visitam as aldeias Krahô, ficam na casa do cacique, o que não tem relação com o parentesco, mas por ele ser o representante da aldeia. O que considero importante destacar é que nós, mulheres *mehî*, sempre começamos a conversa com as mulheres que já conhecemos de algum lugar. Já a conversa com o pajé é mais complicada, pois geralmente são homens e são mais fechados. Conseguimos falar com os pajés porque as meninas que estavam comigo eram *cupê*, e com elas o pajé fala com menos receio.

Os pajés detêm conhecimentos sobre as plantas medicinais que a comunidade talvez não tenha. Eles são respeitados pela comunidade e também temidos. A comunidade tem medo das habilidades que o animal passou pra ele. Os pajés também são vistos como protetores. Em uma aldeia que não tem pajé, não sabemos o que está acontecendo no outro mundo que só eles podem ver. Eles sabem a hora que as mulheres devem se banhar no rio, sabem quando uma doença se aproxima da aldeia. A maioria dos pajés são casados, e suas esposas sabem quase tudo o que eles sabem. Isso porque elas os acompanham em quase tudo. O papel da mulher junto com o pajé é importante.

Nas conversas com as mulheres, pude perceber o quanto de experiência elas possuem, mas que ficam com receio de falar. É um modo de vida da comunidade, as mulheres ficam na expectativa das atividades que os homens fazem na aldeia. Este cenário está mudando, algumas mulheres estão tendo voz em encontros da comunidade, estão expondo suas vontades.

Na aldeia em que estávamos, entre uma conversa e outra, pude observar que duas famílias não estavam se visitando por causa de conflitos internos, isso não têm fim. Como

já contei, esse movimento faz parte da comunidade. Muitas vezes as aldeias se dividem por causas de conflitos, uma parte das pessoas acaba se mudando para outra aldeia.

Em algum momento na Aldeia Capitão do Campo, uma senhora me perguntou porque eu ainda não tinha filho, porque andava com os *cupê* fazendo trabalho e não estava cuidando do meu marido. Respondi que hoje precisamos fazer parte desses dois mundos, *mehi* e *cupê*, e que podemos fazer escolhas do que queremos, por isso escolhi ainda não ter filho, e que meu companheiro estava na aldeia fazendo o trabalho dele. São perguntas que sempre ouço nas aldeias que visito e que dizem sobre o que é esperado das mulheres *mehi*.

Seguimos viagem até a Aldeia Capitão do Campo. Após algumas horas, chegamos à margem do rio Vermelho. Para acessar a aldeia, era preciso atravessar o rio de barco.

Imagem 36 - Apresentação da atividade na Aldeia Capitão do Campo



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Letícia J. Krahô, Aldeia Capitão do Campo, janeiro de 2024.

Após a apresentação da nossa equipe de trabalho na escola da aldeia, realizamos perguntas coletivas para a turma presente na atividade. Fomos muito bem acolhidos pelo cacique e por seu filho, que atua como agente de saúde indígena. Conforme o combinado, realizamos entrevistas com algumas mulheres, alguns homens mais velhos e o próprio cacique.

No dia seguinte, iniciamos as entrevistas com as pessoas contatamos previamente. Enquanto minha colega entrevistava um senhor, fui ao encontro de uma *cahhâj* para nossa conversa. Procuramos um local mais tranquilo, pois a aldeia tem muito barulho de crianças, animais domésticos e pássaros. Sentamos debaixo de uma árvore, havia um vento leve.

Para essa etapa do trabalho, contamos com a presença de um rapaz vinculado ao Centro de Trabalho Indigenista, responsável por realizar registros em vídeo com nossa autorização e da comunidade. As mulheres que aceitaram participar da entrevista se prepararam primeiro: colocaram colares de miçangas, um tecido novo, se pintaram com urucum e passaram óleo de bacaba nos cabelos, para ficar *impej*.

Minha primeira entrevistada na Aldeia Capitão do Campo foi tia Delma Cupakrô Krahô, uma jovem indígena, mãe e avó, professora na aldeia. Comecei a conversa perguntando sobre os resguardos que ela fez quando teve seus filhos e netos, e sobre está a comunicação no modo *mehî* na escola, com as crianças que ela acompanha.

Primeiro, ela me explicou como fez o resguardo de seu primeiro filho. Disse que foi forte e com o cuidado dos pais. Sua alimentação consistiu em milho pipoca sem sal, inhame, buriti sem açúcar e macaúba, tudo em pequenas quantidades, sem sal e sem nada de óleo. O sal deixa o nosso corpo sem força, e os *mehî* gostam do corpo forte para as suas atividades, como ir para a roça e fazer corrida de tora nos *amjikin*.

Delma Cupakrô contou que, durante o resguardo, o casal não dormia junto. Precisavam manter a distância por causa do cuidado com o bebê. Depois, os dias foram passando, a criança foi crescendo com saúde e não precisou tomar remédio. Cerca de um ano após o nascimento do primeiro filho, ela teve o segundo filho. Dessa vez, sua mãe não estava mais tão presente, não cuidava como no primeiro nascimento. Ela foi aprendendo com sua mãe.

Delma observou que as comidas foram mudando. Com isso ela foi percebendo que as crianças estão ficando com o corpo mais fraco, estão adoecendo, e que logo procuram os remédios da cidade. Ela contou que as comidas que mais consomem são da cidade, as comidas das roças estão mais raras. Não sabia o porquê de a comunidade não estar mais interessada em fazer as roças. Com isso, afirmou: “estamos comendo comida ruim da cidade!” Pensou, então, que é preciso conversar com a comunidade sobre as roças para termos mais saúde e não ficarmos doentes.

Já na escola, segundo ela, são pouco discutidas as questões dos costumes da aldeia e dos cuidados com o corpo para a comunidade ter mais saúde, para a saúde das

crianças e das mulheres. Esse foi um pouco do relato da tia Delma Cupakrô, de nossa conversa em um dia meio nublado.

Na parte da tarde, continuei as entrevistas com outras *cahhâj*. A conversa seguinte foi com outra pessoa que carrega muita experiência de vida no modo *mehî*. Fui ao encontro de Maria Pahká Krahô, sogra do cantor da aldeia, e perguntei se poderíamos conversar sobre suas experiências com os resguardos. Maria Parká já foi falando que não ganhou nenhum filho na cidade, teve os filhos todos na aldeia. Segue um trecho de seu relato:

As meninas de hoje não ganham nenê na aldeia, todas vão para a cidade e não fazem mais o resguardo, comem todas as comidas pesadas, não tem nenhuma que é corredora pois não fazem resguardo. Não tem notícia de nenhuma menina por aí que é corredora, não ouvimos nome de ninguém. Na época que fiz resguardo, meus pais só me davam para comer inhame e batata e um pouco de farinha seca. Não poderia comer nada pesado quando eu corria, eu era muito corredora e ficava feliz quando a tora do meu partido chegava primeiro na aldeia. A notícia se espalhava pelas aldeias. Quem que eram as mulheres que corriam muito na época, era Potyc, Cohcakác, Jók. Essas mulheres já faleceram, só restam três mulheres da minha época que viemos morar aqui na Capitão do Campo. Fico vendo as meninas de hoje e falo que não é assim, bom era nossas festas de cultura, como wyty, pár cahhác, ahpyrné, esses sim que eram bons, vamos começar a fazer o ahpyrné qualquer dia desse, e querendo que vocês tragam para nós tecidos e missangas para fazemos enfeites. Antigamente as mulheres que iam para o mato com arco e flecha, não ficavam esperando os homens não, iam no mato buscar frutas e traziam e não ficava esperando o marido não. Faziam muitas festas e não tinham tempo de ficarem cansadas e nem com corpo fraco, como as meninas de hoje. No tempo de mulheres fortes e corredoras, que faziam resguardos firmes e não comiam nada com sal, muito menos comer comida pesada da cidade (MARIA PARKÁ, Aldeia Capitão do Campo, janeiro de 2024).

Segundo o relato de Maria Pahká Krahô, antigamente as *cahhâj* tinham muita disposição para caminhar para coletar frutas ou para ir à roça. Com as mudanças nos hábitos alimentares, essa disposição está sendo esquecida ou foi deixada de lado. Hoje, quase todos os alimentos são da cidade. Poucas pessoas fazem e plantam as roças. Ter uma roça é um processo longo, de meses de cuidado até a colheita.

Maria é mãe da jovem Wôpár Krahô, que também foi entrevistada. Ela participou de todas as atividades que realizamos na aldeia Capitão do Campo, colaborando com a nossa equipe. A seguir apresento um trecho de seu relato:

Então! Hoje em dia moro aqui nessa aldeia Capitão do Campo, me chamo Wôpár e no cupê, Rosimeire. E minha primeira gravidez foi com dois anos de casada e, quando descobri, falei para meu marido que minha menstruação estava atrasada. Falei para minha mãe e meu pai, para que já fiquem sabendo que eu ia ter um craré. E assim passou os meses até que tive meu craré, tinha completado nove meses, resguardamos bem na gestação, eu e meu marido. E quando nasceu, não me deram comida normal logo. Comi quatro macaúba e depois dois kreró para nós e pipoca de milho para mim e meu marido. Não podíamos comer outras coisas, aconselhavam a gente e nós ouvia, porque eu queria meu filho bem. Fizeram meu kwyrupu, e jokren numa panela bem pequena, comemos duas colheres dividido! No outro dia achei que ia fazer mais comida para nós, mas não, fizeram bem pouquinho. Dizem que talvez quebre a barriga do meu craré por ser pequeno. E como era só um, eu tinha medo de fazer algum mal, então ouvia tudo que me falavam sobre os resguardos dos mais velhos. Tinha banana, melancia, cana e carne perto de mim, mas eu não queria nada, me deixaram só e foram para amjikin, mas nem assim eu não queria nada disso pelo meu craré. Demoramos para comer carne, depois de oito meses que comemos carne e outras comidas. E assim foi meu resguardo e meu craré cresceu saudável e gordinho. Falavam que se eu não cumprisse o resguardo, não seria boa para correr. Eu ouvia e cumpri, e por isso não ando sentindo dor no corpo. E cumpri o resguardo em todas as gestações e depois de ganhar, por isso meus filhos vivem bem de saúde, não tem nenhum doente (TYRÉ WÔPÁR, aldeia Capitão do Campo, janeiro de 2024).

Esse foi um pouco do relato de Tyré Wôpár, da Aldeia Capitão do Campo, esposa do meu tio, o cantor Olavo Tepjôpir Krahô. Os relatos que recolhemos são lindos, pois estamos mudando e o tempo passado não volta, só ficamos na saudade.

Tivemos outras conversas com o pessoal da aldeia e finalizamos o trabalho. Agradecemos pela atenção e pelo acolhimento que recebemos. Espero que possamos retornar logo para outras atividades. No dia seguinte, depois do café, nos despedimos do cacique e partimos em direção ao rio, onde atravessamos de barco rumo à Aldeia Sol.

Ao chegarmos à margem do rio, o meu pessoal já estava nos esperando para ajudar carregar as bagagens. Pouco depois, começou a chover. Esperamos por algumas horas até que o tempo melhorasse, e então conseguimos reunir o pessoal da aldeia para apresentação da equipe e do trabalho. O clima estava mais frio após a chuva, mas o encontro aconteceu. Explicamos que essa era a segunda etapa do nosso trabalho e a finalização do mapeamento, e que a realização das entrevistas com algumas pessoas era necessária para completar a pesquisa.

Na parte da tarde, no formato de roda de conversa, fizemos perguntas coletivas sobre como percebiam as mudanças climáticas. Foram bem firmes em responder que o clima está muito estranho, que uma hora está muito calor e, de repente, chove com vento forte. Disseram que ninguém está entendendo.

Explicamos as entrevistas. Como a comunidade é pequena, poderíamos entrevistar as mulheres com mais calma. Todos concordaram. Em um primeiro momento, as mulheres ficaram com vergonha, estavam nervosas. Falei que podiam ficar calmas e se sentirem à vontade para compartilhar experiências. Então, Mônica Xuckwyj falou que poderia ser a primeira entrevistada, pois ela tem um bebê que poderia chorar ou querer mamar. Assim, ela a primeira entrevistada. Segue um pouco de seu relato:

Haapa mê. Meu nome é Xuckwyj. É assim quando tive meus primeiros filhos que atualmente são adultos, casados e tem filhos. Minha dormida, comida, minha caminhada, minha visão eram diferentes, eu tinha mais força em meu corpo e não era fraca como hoje me sinto. Me ensinavam a fazer os remédios do mato e eu tomava e me sentia bem, agora me sinto muito diferente, me sinto cansada, fraca, minha memória está um pouco ruim. Fui tendo mais filhos e meu corpo não é mais o mesmo, com isso já não faço mais resguardo, já como de tudo, não tenho mais restrições em comida, por isso acredito que já quase fiquei doente de uma doença do cupê, que ainda comecei a tomar remédio do cupê. Por causa dessas mudanças, meu corpo vem ficando mais fraco exposto a mais doenças, não corro mais com tora, já como comida misturada, o resguardo não é mais o mesmo, já me alimento de todas as carnes de caça. Essa mudança de clima afeta diretamente em nossas vidas, sentimos mais cansaço, o folego é curto, não é mais o mesmo, não tem mais sereno de manhã, só muito calor. É ruim para nosso corpo hoje, a gente come temperos da cidade e muito sal na comida, isso enfraquece o nosso resguardo e não ficamos nada bem. Hoje meu corpo está tão fraco que não consigo nem pegar um jabuti, minhas juntas doem, meu joelho dói, é isso. Nós mulheres fazia um resguardo

muito forte, os cuidados eram de que você nunca poderia sentar de costa para os outros nem de pernas cruzadas, não poderia passar por cima de ninguém, não poderia virar a panela para seu corpo para pegar comida, ninguém pode passar atrás de você, tinha que passar areia na barriga. Os jovens de hoje ganham nenê na cidade e não fazem resguardo e não tem os cuidados que precisam, por isso acontece algumas doenças e não sabem explicar. Não fazem esses resguardos, as meninas não fazem parto normal, não sabe nem fazer força para ganhar nenê, não sabem os cuidados do bebê, por isso que os resguardos não fazem mais resguardo e já sentem dor de cabeça, e comem muito sal e ficam com muito sono, e teimoso. Onde moro atualmente na aldeia Sol, gosto de ficar por aqui tenho bons momentos, já tive momentos muito ruins na minha vida, isso não quero passar mais. Aqui os meus filhos e nós precisam de serem cuidados e eu também, principalmente da nossa água que não está limpa para o consumo. As plantas medicinais que a gente costumava usar, a gente não encontra por perto. Têm algumas raízes que já secam com sol quente ou por causa de fogo, têm algumas cascas que a gente também não tira porque a planta já morreu seca, tem esse capim liso que a gente usa para remédio, estão secando. Talvez Pahpãm quer assim, não sabemos, isso está dificultando nossos tratamentos com essas plantas. Faço alguns remédios para meus filhos, como fazer banho de casca para feridas no corpo, coceira, gripe, dor de barriga. Vejo que esses cuidados estão sendo deixado de lado pelos mais jovens que não querem mais fazer esses remédios que são bons para o nosso corpo. Em relação às nossas plantações em nossos quintais e roça, gostamos muito de plantar e colher, comer as coisas da roça e ficamos bem. Acredito que Pahpãm que começou a fazer ficar muito calor, por causa das coisas que cupê fazem com a mata, derrubando tudo. É isso. (MONICA XUCKWYJ, Aldeia Sol, janeiro de 2024).

O relato de Xuckwyj, uma *cahhãj* que enfrentou e superou muitos desafios, trouxe muitos conhecimentos sobre os resguardos e o cuidado com o corpo, sobre a importância das planas e das roças para nossa saúde. Além disso, sua fala também chama atenção para a mudança do clima, que afeta nossas plantações e nossa saúde. “*Pahpãm* que começou a fazer ficar muito calor, por causa das coisas que *cupê* fazem com a mata”, ela disse. O modo como os *cupê* tratam a mata prejudica nosso modo de viver, nossa saúde.

No dia seguinte, demos continuidade ao nosso trabalho e fomos conversar com Luana Capekwyj — filha, mãe e avó — para que nos contasse um pouco de sua

experiência de vida como *mehi* cahhãj residente em uma comunidade. Ao iniciar sua fala, ela disse: “Haapa, meu nome é Capekwyj, minha tyj é lá da Aldeia Morrão. É a primeira vez que sou entrevistada e meu coração está acelerado, mas está *impej*”.

Imagem 37 - Entrevista com a Luana Capekwyj Krahô na Aldeia Sol



Fonte: Arquivo pessoal. Foto de Letícia J. Krahô, Aldeia Sol, janeiro de 2024.

Moro aqui na aldeia Sol, já morei na aldeia Galheiro, Nova, Kajpekri, e atualmente moro aqui junto com nossa irmã mais velha, Creuza Krahô. Ela aconselha a gente. Gosto daqui, tenho sete filhos, todos moram aqui menos uma que é casada com cupê, que não mora aqui na aldeia. Eu sei cantar, faço cantoria para meus filhos, ensino meus netos a fazer linha de tucum, uma linha que nós usamos para fazer artesanato. Meu pensamento, agradeço a Pahpãm que vocês chegaram aqui na aldeia e vão gravar meu icarô e vão levar para longe, fico feliz e só espero que as coisas melhorem para nós aqui na aldeia. Nem todas as vezes que a gente adoece a gente vai na cidade. Tomamos remédios do mato, os cupê da cidade não trata nós bem não, por isso tomamos remédios na aldeia mesmo. Às vezes quando a pessoa fica doendo a cabeça, fazemos remédios para a pessoa melhorar, fazemos também remédio de vaporização de alguns remédios. A gente coloca alguma casca de uma árvore e espera ferver e retira do fogo e coloca uma cadeira. A pessoa senta e coloca a panela de remédio embaixo e fica pegando o ar quente que

sobe. A pessoa tem que estar embrulhada com um lençol para o calor não espalhar, fica uns 10 minutos e pode se retirar. E fica mais uns minutos embrulhado, só depois a pessoa pode sair, esse é um tipo de remédio. Eu entendo que meu pai e minha vó falavam e a chuva chegava no mês de outubro. Setembro já é para plantar, para começar a nascer. Não está tendo chuva, muitas das crianças passam mal, com dor de barriga, diarreia, vômitos. Antes não tinha crianças sentindo dores de cabeça, agora já tem, e sentem febre, antes não tinha. Tem gripe que é doença véi de cupê. A gripe vem do açúcar, desde pequeno vão comendo açúcar e vai tendo doenças por causa do açúcar, diabetes, vem atacando. Óleo de soja, toddy. Nós podia comer era óleo de bacaba, buriti, pequi, né? Coco babaçu, coco-rasteiro, usar as sementes para tirar azeite, para passar no cabelo. Nos resguardos se usa algum tipo desses óleos, eles fazem seu cabelo ficar bonito. Usa também o óleo da banha do quati, passa na cabeça da pessoa que não tem cabelo para seu cabelo crescer. Não tem igualmente caçador, não tem caçador pra matar porque não faz resguardo. Não tem os mais velhos para fazer remédio, nem para ensinar, aqui não tem alguém mais velho para ensinar os jovens. Igualmente meu pai que está aqui, ele era caçador, sabe, matava os bichos, sabe de alguns remédios de raízes e me ensina para eu fazer para os meus filhos. Eu sei remédios que os pajés me ensinam, criei meus filhos com os remédios do mehî mesmo, dos pajés. Agora tenho esses craré pequenos que são meus netos, tenho que brigar com os pais para voltarem a usar os remédios do mato. Até os cupês do hospital falam que nós temos os remédios na aldeia, não é só pra ficar usando os remédios da cidade não, os remédios da cidade vão acabando com o rim, o coração. Tem o problema da água também, que sentimos cansaço e dor de barriga, vômito. Eu mesmo não sentia nada disso, a gente tinha um córrego, mas secou. Antes, nessa época, já tinha água lá e tinha peixinho, agora a chuva começou tarde e estamos passando esse calor demais. Se secar essa água, como ficaremos? Se eu for daqui até a roça e sentir sede e não tem água, como nós vamos viver assim sem água? O cupê está desmatando tudo, estão acabando com as matas, os animais, as aves. O Pahpãm está vendo isso tudo, ele está vendo tudo isso, as coisas ruins que os cupês estão fazendo de ruim e não está gostando e está com raiva, deve estar pensando: “vou secar a água, quero ver se vocês vão aguentar sem água” E nós estamos sofrendo por causa dos outros, nós mehî trabalhamos com as mãos. O cupê faz desmatar muita área, tira as raízes da terra, isso acaba com a vida da terra. O Pahpãm não gosta disso não. Estão acontecendo muitas coisas na nossa área, os mehî estão brigando e as vezes se matando por causa disso. As coisas acontecem por causa do poré, não podemos fazer isso, vem acontecendo muitas

coisas em nosso território. Os meninos não sabem mais cantar a nossa música, tem que trazer os cantores para ensinar os meninos a cantar. Estamos perdendo esses nossos costumes, só fazem festa de cupê. Não podemos deixar isso acontecer, na aldeia Sol ainda não tem escola, mas estamos juntos para conseguir as melhorias para a aldeia e para meus filhos, todos têm vontade de estudar aqui na aldeia. É isso por enquanto. (LUANA CAPEKWYJ KRAHÔ, Aldeia Sol, janeiro de 2024).

Nesse relato ficou evidente a preocupação com nossa mata, pois o *mehî* se preocupa muito com a natureza, as frutas e os animais. Nós *mehî* temos o hábito de andar no mato e gostamos de ouvir os passarinhos, gostamos de ver o mato verdinho depois da chuva, de ver as frutas. A nossa preocupação é essa, devemos preservar o nosso meio ambiente para nossos futuros jovens.

Logo após essa conversa, perguntei a Juliana, que se encontrava no local das entrevistas, se também gostaria de conversar com a gente. Ela aceitou. A seguir, compartilho um trecho da fala de Juliana Hôhpryj Krahô:

É para falar na língua do mehî mesmo? Eu moro na aldeia Sol, e não estamos precisando de outra coisa se não for da saúde aqui na aldeia. Para a nossa saúde, todo mês eles têm de vir para nos atender, olhar nossos filhos, netos e adultos, para que nós fiquemos bem. E que eles arrumem a água, porque a água aqui não é boa, quando chove ele fica cheio. Queremos o motor para canoa para atravessar no rio. E nós só queremos mais saúde, ter nossos próprios enfermeiros para cuidar de nós. Estamos precisando muito que eles arrumem logo para nós e que ele possa ficar aqui na aldeia ou passar um mês. Queremos essas coisas pela parte da saúde e que eles ajudem logo com água. Eu moro aqui na aldeia Sol, em julho vai fazer um ano que estou morando aqui, sou moradora nova. (JULIANA HÔHPRYJ, Aldeia Sol, janeiro de 2024).

Essas conversas aconteceram em lugares diferentes, e as mulheres tinham que se sentir à vontade, pois muitas estavam. Nós explicamos que só participaria quem quisesse e se sentisse à vontade. Assim, tudo foi tranquilo, realizamos as entrevistas com as mulheres que se dispuseram a compartilhar suas experiências de vida.

Esse trabalho realizado nas aldeias, ocorreu em duas visitas em três aldeias. Foram muitos dias de conversa, na escola e nas casas. Ouvimos histórias, experiências,

conhecimentos das plantas medicinais, sobre os modos de convivência na aldeia e o cuidado com a saúde dos *mehi*.

Fizemos o máximo possível para ter informações das comunidades, pois o acesso às aldeias é difícil. Esta parte da tese foi produzida a partir de minha participação em um projeto do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que possibilitou nossas idas às aldeias, as conversas com o pessoal, a convivência, mesmo de poucos dias, com as comunidades participantes. Cada aldeia tem suas especificidades que devemos respeitar. Foram dias de aprendizado, de compartilhamento de conhecimentos sobre os resguardos das mulheres, dos pajés e das professoras das aldeias. Ainda temos muito a pesquisar sobre nossos costumes que estão mudando com o passar do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar e escrita desta tese acompanha um sentimento que não sei explicar. Foram muitas leituras e muitos caminhos percorridos. Foram dias lindos de sol e dias nublados, muitos sorrisos e choros, em que me esforcei para concluir aquilo que me comprometi: escrever sobre a saúde e o cuidado do corpo das mulheres *mehî*, sobre como eram os nossos resguardos e como estão sendo feitos hoje. De alguma forma, tudo passa por transformação, inclusive os resguardos *mehî*, nossos modos de vida, mas como ficará o futuro do nosso povo? Não devemos esquecer que fazemos parte de dois mundos, o mundo *mehî* e o *cupê*. Não podemos negar essa relação em nossas comunidades, mas temos que equilibra-la. O que quero dizer é que nós, *mehî*, não podemos esquecer que fazemos parte do povo Krahô.

Cada relato aqui registrado foi escolhido por ser relevante em nossas vidas, carrega histórias de vida, memórias e resistências. Ao me tornar pesquisadora *mehî*, pude compreender melhor minha cultura, nossos modos de vida, e também as teorias dos *cupê*. Assim, posso ajudar minha comunidade e minha família. Passei por muitos obstáculos, dentro e fora da academia, nas aldeias e na minha caminhada de vida, mas que me fortaleceram como *mehî*, e como mulher indígena.

Escrevi esta tese em seções, no modo *mehî*. Por mais que tentasse escrever e organizar capítulos, meu interior foi mais forte, o que aprendi durante toda a minha vida, o modo de vida *mehî*. Quer dizer, não pensamos muito, não agimos de modo que a nos estressar – como fazem os *cupê*. Fomos aconselhados a não agir assim, porque a pessoa que pensa muito, envelhece logo, fica com os cabelos brancos e a memória fraca. Por isso fazemos resguardo e não nos estressamos. Assim, fui escrevendo relatos e contando histórias que, depois, foram organizadas nas seções desta tese, sem a intenção de concluir, mas de apresentar nosso modo de vida e os saberes das *cahhãj mehî*. Quero dizer que há outras possibilidades de viver, de ser mais alegre, de olhar o outro com igualdade e também de escrever uma tese, que escape do mundo *cupê*, muito individualista e ambicioso.

Como contei, passamos por momentos de muito medo com a chegada da pandemia em nosso território, doença que não conhecíamos. Tivemos medo de perder nossos parentes. Tomamos remédios caseiros e, com os resguardos que fizemos, ninguém precisou ir para o hospital da cidade mais próxima. Neste período, nosso medo aumentava

quando víamos pela televisão muitos *cupê* morrendo, os hospitais lotados, sem espaço para os doentes. Graças a *Pahpãm*, nenhum *mehi* precisou ir para a cidade. Com o passar do tempo e com a vacina, ficamos mais tranquilos. E assim continuamos nossas vidas nas aldeias.

No entanto, há outros desafios. Aos poucos, o entorno do nosso território está ficando descoberto, pois há muito desmatamento ao nosso redor. Esse é um problema que está atingindo a nossa saúde. Ficamos doentes se não temos os remédios caseiros e realizamos os resguardos. A nossa comunidade vai enfraquecendo. Nossos animais, que são nossos alimentos, estão morrendo, e nossa água, em que tomamos banho, está poluída. Às vezes, sentimos muita fraqueza e tomamos os remédios do mato para melhorar. Os nossos anciões e anciãs estão morrendo e, se a gente não deixar nada escrito e ouvir seus conselhos, o nosso futuro pode estar ameaçado. Por isso que nós, que temos a possibilidade de ajudar as nossas comunidades, devemos ajudar, para que continuemos preservando nossos costumes, cuidando de nossa saúde de forma que não seja necessário ir para os hospitais das cidades, que são ruins para nós, *mehi*.

As comunidades krahô, apesar de tudo isso, continuam fazendo os *amijkin* e os conselheiros continuam orientando os mais jovens, na medida do possível. E contamos com os pajés para a nossa orientação. Apesar das dificuldades, eles apoiam as comunidades. Os pajés também estão diminuindo, mas ainda temos pajés mais velhos, que são muito experientes e que já ensinaram muitos jovens a preparar alguns remédios. Eu mesma já aprendi a preparar alguns remédios e a orientar as meninas da minha família, como fui orientada quando era criança e adolescente. Nos casos de adoecimentos, primeiro devemos ouvir o pajé e, depois, se não houver melhora, levamos a pessoa para o hospital. Um trecho do trabalho de minha mãe fala sobre essa situação desigual entre as formas de tratamento *mehi* e *cupê*:

Há uma insistência em levar a pessoa ao hospital e quando está no hospital é difícil controlar o retorno, mesmo se a pessoa quer voltar para casa. Não há participação dos Krahô no tratamento que está sendo realizado. Não deixam os Krahô levarem remédios feitos por eles para o hospital. O problema está na falta de diálogo e possibilidade de participação dos Krahô no tratamento. Não há o respeito às práticas de cuidado dos Krahô e a escolha dos Krahô sobre como se cuidarem. Não respeitam o

pajé que conhece vários tipos de adoecimentos e o movimento do corpo da pessoa em seu ciclo de vida. Na aldeia, o pajé acompanha a pessoa que adoece e realiza procedimentos terapêuticos que o médico desconhece, os profissionais de saúde não acreditam no pajé e não o respeitam. (Prumkwyj Krahô, 2017, p.09)

Essa citação retrata a situação em nossas comunidades. Na convivência entre o sistema de saúde *cupê* e os saberes *mehî*, ainda há muitas violências. Por exemplo, as meninas só ganham nenê na cidade e, assim, comem o que é oferecido no hospital. Como as *cahhãj* contaram, antigamente as mulheres tinham o nenê na aldeia, e eram cuidadas por suas mães e avós. Nossas práticas de cuidado são desrespeitadas pelos *cupê*. São situações que devemos discutir em nossas comunidades. Nossos cuidados com o corpo são importantes e devemos cuidar para termos longevidade e saúde.

Ao longo dessa pesquisa, fui percebendo que quanto mais conhecimentos tivermos sobre os cuidados com o corpo, mais vamos nos preservando. Por isso também foi importante conhecer práticas de cuidado de outros povos indígena. Li muitos trabalhos de autores indígenas e, assim, ampliei meus conhecimentos como pesquisadora *mehî*. Percebi como temos lutas e modos de resistir semelhantes. Afinal, somos todos indígenas que lutam para serem reconhecidos por suas histórias, saberes, escritas e pelo seu modo de vida. Além disso, tive a oportunidade de acompanhar o trabalho de minha mãe e percebi que nossas intenções eram semelhantes, escrever sobre os resguardos. Com ela e minha avó, aprendi sobre as práticas de cuidado *mehî*, que levo comigo. Fui aprendendo em minha trajetória de vida.

A escrita desta tese não foi fácil. Escrever em uma segunda língua, o português, foi desafiador. Mas *Pahpãm* me fortalece e me dá saúde, e caminho com minha vontade de lutar pelos nossos direitos junto com meu povo Krahô. Esta tese tem a identidade de uma krahô, de uma *cahhãj* que veio da aldeia e que, por curiosidade e vontade de aprender a ler e escrever, foi trilhando um caminho, que hoje finaliza a escrita no doutorado. Continuarei nessa caminhada de pesquisa, buscando e aprimorando meus conhecimentos, entre os mundos *cupê* e *mehî*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDZU, Fábio Ubre'a. **“Podem quebrar o maracá, mas não vão quebrar nossa Tradição”**: Datsimadzébré, Ritual Xavante de Iniciação dos danhohuiwa e dos Wapté. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/188/o/2018_-_F%C3%A1bio_Ubre'a.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

ALVES, Lidianne da Conceição. **Movências, encantarias e retomadas**: uma natnografia sobre o corte e a cura dos Kariú Kariri no Maranhão. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/14854159-e3af-422e-ae3a-095723da4471>. Acesso em: 14 nov. 2024.

APINAJÉ, Júlio Kamêr Ribeiro. **Mẽ ixpaxà mẽ ixàhpumunh mẽ ixujahkrexà**: território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar Panhĩ. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11500>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BARBOSA DUARTE DOLLIS, Nelly. **Nokẽ mevi revõsho shovima awe**: "o que é transformado pelas pontas das nossas mãos". Campos - Revista de Antropologia, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 23–36, 2018. DOI: 10.5380/cra.v19i1.61162. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/61162>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BARRETO, João Paulo Lima. **O mundo em mim**: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto Rio Negro. Brasília: Editora Mil Folhas, 2022.

CANELA, Oziel Irongukre. **Amji kin cukrêj jakràjti kôt, me pancaca xà impejti pê Memõrtumre-Kanela jô amji kin kôt haren xá**: os valores culturais Memõrtumre-Kanela por meio de objetos sagrados e enfeites rituais. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11299211. Acesso em: 14 nov. 2024.

CHUVA é cantoria na aldeia dos mortos. Direção: René Nader Messoria; João Salaviza. Produção: Brasil; Portugal, 2018. 1 filme (113 min), son., color.

FILME com índios brasileiros krahô conquista crítica na França. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/05/filme-com-indios-brasileiros-krahoconquista-critica-na-franca.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GUARANY, Vilmar Martins Moura. **Nhandereko**: nosso direito. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

JÔKÀHKWYJ KRAHÔ, Letícia. **Pjê ita jê kâm mã itê ampô kwy jakrepej**: das possibilidades das narrativas na educação escolar do povo Krahô. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Os indígenas antropólogos**: desafios e perspectivas. Novos Debates, Brasília, v. 2, n. 1, p. 2-17, jan. 2015.

MELATTI, Júlio César. **O messianismo Krahô**. São Paulo: Herder, 1972.

MELATTI, Júlio César. **Reflexões sobre algumas Narrativas Krahó**. Brasília: Universidade de Brasília, 1974. (Coleção Antropologia). Reedição em 2012: Contos de guerra dos índios craôs. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie008empdf.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MELATTI, Júlio César. **Ritos de uma tribo Timbira**. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Ensaios; 53).

PEREIRA, Rosilene Fonseca. **Cuidados na criação de gente**: habilidades e saberes importantes para viver no alto rio negro. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231199>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PRUMKWYJ KRAHÔ, Creuza. Mulheres-cabaças. **Revista Piseograma**, Belo Horizonte, n. 11, p. 110-117, 2017a. Disponível em: <https://piseograma.org/mulheres-cabacas>. Acesso em: jun. 2018.

PRUMKWYJ KRAHÔ, Creuza. **Wato ne hômpu ne kâmpa**: convivo, vejo e ouço a vida *Mehi* (Mâkrarè). 2017. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Universidade de Brasília.

QUINTILIANO, Marta. **Redes afro-indígenaofetivas**: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

TAPIRAPÉ, Koria Valdvane. **A produção do corpo e da pessoa entre o Apyãwa - resguardos, alimentos para os espíritos e transição alimentar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11238>. Acesso em: 14 nov. 2024.

TSA'E'OMO'WA, Michael Rã'wa. **Danhônô**: ritual de passagem A'uwê Uptabi (Xavante). 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11804>. Acesso em: 14 nov. 2024.

TSELOUIKO, Stéphanie. **O mundo dos projetos socioambientais visto pelas mulheres indígenas:** para repensar o ecofeminismo com o caso dos Mëbêngôkre -Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá (TITB, Pará, Brasil). Campos - **Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 87–112, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/61208>. Acesso em: 14 nov. 2024.

WAURÁ, Autaki. Wauja Qnáka, **Qnakiyejetuwāpitsana: reclusão pubertária, saúde, beleza e o saber-fazer do algodão.** 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11275599. Acesso em: 14 nov. 2024.

XERENTE, Afonso Tiikwa. **Iknô kâtô, Ísitro nã akwe krsakrtamnôze dasîpsêwa Kâtô kmã psêkwaĩnõrĩ, Danõhikwa – a corrida de toras curtas e longas entre o povo Akwe Xerente no Das Pê:** festa cultural. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11213>. Acesso em: 14 nov. 2024.